

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

MARCELO MORAES DE ANDRADE

**RACIONALIDADE LIMITADA ENTRE AGRICULTORES
FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO NO VALE DO RIO
PARDO-RS**

**PORTO ALEGRE
2014**

MARCELO MORAES DE ANDRADE

**RACIONALIDADE LIMITADA ENTRE AGRICULTORES
FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO NO VALE DO RIO
PARDO-RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Série PGDR – Dissertação n° 171

**PORTO ALEGRE
2014**

CIP - Catalogação na Publicação

Andrade, Marcelo Moraes de
Racionalidade limitada entre agricultores
familiares produtores de tabaco no Vale do Rio Pardo-
RS / Marcelo Moraes de Andrade. -- 2014.
179 f.

Orientador: Leonardo Xavier da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Racionalidade. 2. Produção de tabaco. 3.
Agricultura familiar. I. Silva, Leonardo Xavier da ,
orient. II. Título.

MARCELO MORAES DE ANDRADE

**RACIONALIDADE LIMITADA ENTRE AGRICULTORES
FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO NO VALE DO RIO
PARDO-RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – Orientador
UFRGS/PGDR/PPGA

Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado
UFRGS/PGDR

Prof^ª. Dr^ª. Carlise Porto Schneider Rudnicki
UFRGS/PPGCOM

Prof. Dr. Ronaldo Guedes de Lima
IFPR

AGRADECIMENTOS

Cumprida mais uma etapa de descoberta e conhecimento muito significativa em minha caminhada em busca de desenvolvimento pessoal e profissional, alegro-me com o fato de ter encontrado pessoas dispostas a colaborar de diversas formas. Este trabalho só foi possível de ser executado graças ao empenho de muitas pessoas que, assim como eu, se preocupam e se dedicam ao estudo do rural. Mas também, há aquelas pessoas que, mesmo não estando vinculadas ao rural, estão dispostas a estender a mão aqueles que precisam. Deste modo, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos:

Ao professor orientador, Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva, por sua dedicação e paciência;

Aos professores do PGDR, em especial à Prof^ª. Flávia Charão Marques, que desde a graduação tem estimulado minha dedicação ao estudo do rural;

À professora Rumi Regina Kubo, sempre disposta a colaborar;

Ao CNPq pelo apoio financeiro;

Ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, que através do historiador Gerson Borges e ao Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – CEDEJOR, na pessoa do amigo Martin da Rosa Dorneles, disponibilizaram apoio logístico para a execução da pesquisa de campo;

À colega e amiga Chaiane Agne Leal, por sua disposição para discutir, conversar e contribuir com as reflexões sobre o rural;

A todos os colegas, em especial aos queridos e bons amigos que tive a sorte de conhecer: Janine Demenighi, Lucas da Rocha, Bianca Espíndola, Ana Lúcia Oliveira e Claudia Ribeiro;

Aos professores que aceitaram compor a banca de defesa deste trabalho por suas sugestões;

Ao apoio logístico de Jocélio Roos, por sua colaboração em disponibilizar o escritório de sua empresa, mesmo estando em reforma;

Ao meu amigo, Jonas Seelig, que mais uma vez, me acolheu em sua casa e têm papel essencial em minha vida acadêmica;

À minha mãe e meus sete irmãos que me ensinaram a valorizar o trabalho, a dedicação e a retidão de caráter;

E à minha querida e doce esposa, Danielle Wagner, por seu apoio, companheirismo, dedicação, paciência, amizade e amor.

Mais coisas sobre nós mesmos nos ensina a terra que todos os livros. Porque nos oferece resistência. Ao se medir com um obstáculo o homem aprende a se conhecer; para superá-lo, entretanto, ele precisa de ferramenta. Uma plaina, uma charrua. O camponês, em sua labuta, vai arrancando lentamente alguns segredos à natureza; e a verdade que ele obtém é universal.

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

Através desta dissertação objetivou-se analisar o processo de racionalidade que sustenta a decisão de agricultores familiares em produzir ou deixar de produzir tabaco. Para tanto, foram entrevistados 63 agricultores da microrregião do Vale do Rio Pardo, no estado do Rio Grande do Sul. As informações foram analisadas tendo como auxílio analítico a racionalidade limitada proposta por Herbert Simon e utilizada pelos estudiosos da Nova Economia Institucional. Por meio desta abordagem, buscou-se compreender quais as motivações e fatores que agem na conduta dos agricultores em produzir tabaco. A análise foi desenvolvida através de dados quantitativos e qualitativos, tendo sido utilizado para coleta de dados empíricos questionário semi estruturado para condução das entrevistas com os agricultores. Por meio da identificação dos principais agentes envolvidos na produção de tabaco, constatou-se que a atividade é resultado de uma estrutura organizacional e social complexa, constituída por diversos agentes interdependentes. Suas atuações são baseadas em normas sociais, culturais e econômicas estabelecidas pelo contexto institucional. As relações dos agricultores e as agroindústrias se caracterizam por um padrão de evolução desigual e contraditório. Apesar da racionalidade limitada, as reações dos agricultores frente ao conflito cognitivo causado pelo descontentamento com sua situação atual e as poucas ou inexistentes alternativas de mudanças, estão, essencialmente, ligadas a elementos estruturais e subjetivos. Mesmo considerando a ação da racionalidade limitada, os elementos estruturais e subjetivos, a situação atual dos agricultores e seus projetos futuros, em muitos casos encontrados nesta pesquisa, suas reações frente a decisão em produzir ou deixar de produzir tabaco são mais pautadas por falta de opção do que pela ação da racionalidade limitada dos agricultores. Soma-se a esses fatores carências de organização dos agricultores e informações incompletas sobre o setor produtivo.

Palavras-chave: Racionalidade. Produção de tabaco. Agricultura familiar.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the process of rationality that sustains the decision of family farmers to produce or stop producing tobacco. To that end, 63 farmers from Vale do Rio Pardo microregion, in the state of Rio Grande do Sul, were interviewed. The information was analyzed with the analytical aid of bounded rationality, proposed by Herbert Simon and used by scholars of the New Institutional Economics. Using this approach, it was sought to understand the motivations and factors that lead the farmers to grow tobacco. The analysis was developed through quantitative and qualitative data empirically obtained in a semi-structured questionnaire used to conduct the interviews with farmers. Through the identification of key players involved in tobacco production, it was found that the activity is the result of a complex organizational and social structure consisting of many interdependent agents. Their performances are based on social, cultural and economic rules established by the institutional context. The relationships between farmers and agribusinesses are characterized by a pattern of uneven and contradictory development. Despite the bounded rationality, the reactions of farmers across the cognitive conflict caused by dissatisfaction with their current situation and few or no alternatives for change are essentially linked to structural and subjective elements. Even considering the action of bounded rationality, structural and subjective elements, the current situation of farmers and their future projects, in many cases found in this study, their reactions to the decision to produce or stop producing tobacco are more guided by lack of choice than by the action of bounded rationality of farmers. Added to these factors are farmers' deficiencies in organization and incomplete information on the productive sector.

Keywords: Rationality. Tobacco production. Family farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Elementos que compõem o processo de decisão	31
Figura 2 - Esquema do modelo da tomada de decisão	32
Figura 3 - Modelo do processo racional de tomada de decisão.....	33
Figura 4 - Esquema do processo de decisão do Homem Administrativo.....	41
Figura 5 - Esquema representativo dos três níveis da configuração institucional de uma economia de mercado proposto por Williamson.....	45
Figura 6 - Relação entre os conceitos utilizados e as categorias de agricultores familiares produtores de tabaco.....	65
Figura 7- Localização dos municípios do Vale do Rio Pardo e dos municípios da pesquisa ..	70
Figura 8 - Ilustração da classificação do tabaco conforme sua posição na planta.....	80
Figura 9 – Atividades desenvolvidas pelos técnicos da Cooperfumos.....	105
Figura 10 - Esquema dos integrantes da rede de relações sociais dos agricultores entrevistados no VRP (2013).....	112
Figura 11 - Ilustração de algumas atividades produtivas para autoconsumo desenvolvida pelos entrevistados na pesquisa no VRP (2013).....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de impostos sobre a venda de cigarros em alguns países e suas posições no ranking (2007-2010).....	86
Gráfico 2 – Comparação do preço (US\$) do maço de cigarros, no ano de 2008, em sete países selecionados.....	87
Gráfico 3 - Classe de idade por categoria de agricultores entrevistados no VRP (2013).....	116
Gráfico 4 - Nível de escolaridade dos agricultores de acordo com as categorias encontradas no VRP (2013).....	118
Gráfico 5 - Média de anos que os agricultores entrevistados se dedicam às atividades agrícolas no VRP (2013).....	121
Gráfico 6 - Situação fundiária dos agricultores entrevistados (média das áreas) no VRP (2013)	124
Gráfico 7 - Principais dificuldades da produção de tabaco	145
Gráfico 8 - Aspectos positivos da produção de tabaco.....	146
Gráfico 9 - Aspectos negativos da produção de tabaco.....	147
Gráfico 10 - Elementos que constituem a estrutura da racionalidade dos agricultores.....	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos principais fatores bloqueadores de decisões	35
Quadro 2 - Tipos e características de racionalidades apresentadas por Williamson (1985)	50
Quadro 3 - Modelo do comportamento adaptativo de unidades de produção familiares	55
Quadro 4 - Esquema das categorias de agricultores entrevistados no VRP (2013), em relação às suas vinculações com o cultivo do tabaco.....	64
Quadro 5 - Tipologias das famílias de acordo com as categorias de agricultores pesquisados no VRP (2013).....	131
Quadro 6 - Dispersão dos fatores que interferem no entendimento dos agricultores em relação ao cultivo do tabaco segundo as tipologias e categorias	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados do impacto da produção de tabaco na safra 2009/2010 nos municípios contemplados na pesquisa no VRP (2013) em comparação ao estado do RS e ao Brasil.....	25
Tabela 2 - Dados da geração de recurso e ICMS na produção de tabaco nos municípios do Vale do Rio Pardo	25
Tabela 3 - Distribuição das entrevistas de acordo com os municípios e por categoria de agricultor no VRP (2013)	67
Tabela 4 - Evolução da produção de tabaco, número de municípios e de famílias produtoras no Brasil (2000 a 2012)	81
Tabela 5 - Evolução da produção, área plantada e rendimento por hectare do tabaco no RS (1997-2012)	83
Tabela 6 - Evolução da área plantada e produção nos municípios da amostra	84
Tabela 7 - População dos municípios da amostra (2000 a 2011)	90
Tabela 8 - Índice de desenvolvimento Humano (IDH), ano 2009 nos municípios da amostra e média do Estado	92
Tabela 9 - Estrutura fundiária dos municípios da amostra no ano de 2006, com os índices em percentuais	93
Tabela 10 - Atividades agrícolas e produtos produzidos pelos agricultores DIVERSIFICADOS e que SUBSTITUÍRAM o cultivo de tabaco entrevistados no VRP (2013)	122
Tabela 11 - Presença de mão de obra nas atividades dos agricultores entrevistados no VRP (2013)	124
Tabela 12 - Satisfação dos agricultores com a agricultura	127
Tabela 13 - Agricultores com vontade de mudar de atividade	139
Tabela 14 - Grau de dependência dos agricultores em relação às indústrias, conforme escala <i>Likert</i>	143
Tabela 15 - Nível da relação dos agricultores com as indústrias, conforme escala <i>Likert</i>	144
Tabela 16 - O que os agricultores almejam para o futuro, em ordem de importância	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIFUMO	- Associação Brasileira da Indústria do Fumo
AFUBRA	- Associação dos Fumicultores do Brasil
AMVARP	- Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo
AMS	- Assembleia Mundial da Saúde
ATC	- Associated Tobacco Company
CAPA	- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAI	- Complexo Agroindustrial
CEDEJOR	- Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CNA	- Confederação Nacional da Agricultura
CONTAG	- Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CQCT	- Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
CTA	- Continental Tobaccos Alliance
DESER	- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	- Estados Unidos da América
FAMURS	- Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FAO	- Food and Agriculture Organization
FEE	- Fundação de Economia e Estatística
FETRAF	- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAP	- Instituto Brasileiro de Pesquisas
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDESE	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
LDB	- Lei de Diretrizes e Base da Educação
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MPA	- Movimento dos Pequenos Agricultores
NEI	- Nova Economia Institucional
NUPES	- Núcleo de Pesquisa Social

OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONG's	- Organizações Não Governamentais
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	- Programa das Nações Unidas para O Desenvolvimento
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SINDITABACO	- Sindicato das Indústrias do Tabaco
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINTRAFUMO	- Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo
SIPT	- Sistema Integrado de Produção de Tabaco
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISC	- Universidade de Santa Cruz do Sul
VRP	- Vale do Rio Pardo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	19
1.2 OBJETIVO GERAL.....	26
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	27
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	28
2.1 PROCESSOS COGNITIVOS E DECISÃO: O SER HUMANO COMO AGENTE REFLEXIVO.....	28
2.2 A CONCEPÇÃO DE RACIONALIDADE LIMITADA E O HOMEM ADMINISTRATIVO.....	36
2.3 A RACIONALIDADE NA ABORDAGEM DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL	42
2.3.1 As características das transações e as hipóteses comportamentais dos agentes econômicos: incerteza e racionalidade limitada	47
2.4 A RACIONALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONEXÃO ENTRE MÚLTIPLAS DIMENSÕES	50
2.4.1 Processo de decisão e racionalidade na agricultura familiar	53
2.4.2 Algumas contribuições de estudos sobre racionalidade e agricultura familiar	56
3 PERCURSO METODOLÓGICO	62
3.1 ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	62
3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	66
3.3 UNIVERSO EMPÍRICO: O VALE DO RIO PARDO.....	69
3.4 FERRAMENTAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	71
3.4.1 Coleta de dados.....	71
3.4.2 Análise dos dados	73
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE TABACO E AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO RIO PARDO	77
4.1 DE USO CERIMONIAL AO USO SEM CERIMÔNIAS: O TABACO DO PASSADO AO PRESENTE	77
4.1.1 Números da produção de tabaco nacional, estadual e regional	80
4.1.2 Os conflitos e tributação do setor fumageiro	84
4.2 AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO DE TABACO NO VALE DO RIO PARDO	87
4.2.1 Ocupação da microrregião do VRP, colonização, municípios e dinâmica populacional	88
4.2.2 Características socioeconômica, ambientais e dinâmica produtiva.....	91
4.2.3 Evolução da produção de tabaco no Vale do Rio Pardo.....	94

4.3 OS ATORES ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DE TABACO NO VALE DO RIO PARDO.....	97
4.3.1 As bases da cadeia produtiva: os agricultores e o sistema de integração.....	97
4.3.2 Entidades de apoio e representação dos agricultores: MPA, CEDEJOR, AFUBRA e EMATER	101
4.3.3 As indústrias manufatureiras de tabaco	105
4.3.4 Os órgãos de representação das indústrias processadoras de tabaco.....	109
4.3.5 As organizações: o governo e os bancos	110
5 A DIVERSIDADE DAS RACIONALIDADES DOS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO DO VALE DO RIO PARDO	114
5.1 PERFIL DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS NO VALE DO RIO PARDO	115
5.2 PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES PRODUTORES DE TABACO: RACIONALIDADE E CONTRADIÇÃO.....	130
5.3 A DIVERSIDADE DOS FATORES NA RACIONALIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES	142
5.4 A CONSTRUÇÃO DAS RACIONALIDADES: RELAÇÕES ENTRE A SITUAÇÃO E OS OBJETIVOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES	151
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	162
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	174

1 INTRODUÇÃO

As polêmicas recentes em torno da produção e consumo do tabaco¹ têm exigido da sociedade novas concepções e a necessidade de diálogos mais abrangentes sobre os paradigmas que sustentam o setor. Ponderar sobre os problemas históricos relacionados à produção e comercialização da folha de tabaco implica em refletir sobre o funcionamento de um setor produtivo deveras centralizador e contraditório. Porém, é um exercício que também requer análise dos anseios e da racionalidade das famílias agricultoras inseridas na cadeia de produção.

Muitos estudos (SIMON, 1965, WILLIAMSON, 1985, NORTH, 1994, KANAANE, 1999, SILVA, 2002, RUDNICKI, 2012) têm demonstrado que a compreensão do comportamento e das escolhas dos agentes é fundamental para o entendimento do modo como o sistema econômico é organizado e desenvolvido. No Brasil, em anos recentes, o questionamento por parte dos agricultores familiares produtores de tabaco sobre seu bem estar e condição socioeconômica marcada pela falta de autonomia e de alternativas de renda, têm comprometido as relações dos agentes e posto em xeque o papel que as famílias exercem no desenvolvimento econômico e social do setor. Sendo o Brasil o segundo maior produtor mundial de tabaco e o primeiro em quantidade exportada, essa discussão torna-se importante para o país, uma vez que parcela significativa de famílias dedica-se a esta atividade.

Na região de Santa Cruz do Sul/RS, cujo complexo fumageiro constitui o maior pólo industrial de tabaco do mundo, os efeitos desses fatores combinados se refletem em conflitos entre agricultores familiares que cultivam tabaco e as indústrias processadoras em relação aos rendimentos dos agricultores, à intermediação da indústria na obtenção de créditos para a produção, assim como na definição da representatividade dos fumicultores nos fóruns que negociam os preços pagos pelo tabaco em cada safra. Além disso, a região como um todo - região do Vale do Rio Pardo (VRP) - começa a se questionar sobre a sustentabilidade da produção de tabaco, motivadas por campanhas e medidas nacionais e internacionais de combate ao tabagismo.

¹ No que diz respeito à denominação, os termos ‘tabaco’ e ‘fumo’ costumam ser empregados como sinônimos absolutos, não havendo, *a priori*, entre um e outro vocábulo, distinção significativa. Na literatura em geral salienta-se apenas a diferença de radical, sendo o termo ‘fumo’ empregado para designar as folhas (e a própria planta) da qual é fabricado o artigo consumido, e que é identificado por ‘fazer fumaça’ (BELING, 2006, p. 16). Porém, ambos vocábulos são designações vulgares de diversas plantas do gênero *Nicotina* (família das *solanáceas*), particularmente a *nicotina tabacum* e a *nicotina rústica* e dos produtos que são elaborados com suas folhas (ETGES, 1989, p. 39).

No entanto, a produção de fumo segue sendo uma alternativa aos agricultores do VRP, o que torna importante também entender a racionalidade da decisão dos mesmos em escolher essa atividade agrícola. Sendo toda decisão uma escolha entre alternativas, logo a vida é uma sequência de escolhas. Nesse sentido, denota-se que analisar uma decisão é pensar sobre um dos aspectos mais significativos da vida (PEREIRA; FONSECA, 1997). Escolher entre uma atividade profissional, então, é tarefa das mais complexas para uma pessoa. Assim, quais seriam as motivações para um agricultor optar por produzir ou deixar de produzir tabaco?

A partir dessa descrição inicial, o tema deste estudo refere-se à análise do processo de racionalidade que antecede a tomada de decisão de agricultores familiares produtores de tabaco do VRP. Para tanto, esta análise se inspira no conceito de racionalidade limitada de Herbert Simon (1965; 1972) e toma-o como ponto de partida e eixo norteador da análise.

Para Simon (1972), as reflexões sobre decisão e racionalidade têm um elemento central, o ser humano. Nelas, o indivíduo que toma decisões² é o homem no momento da escolha, prestes a decidir entre um ou outro dos caminhos que partem da encruzilhada (SIMON, 1972). Contudo, não se pode esquecer que a maioria dos apontamentos encobrem a questão da decisão porque se concentram apenas no momento final. Elas ignoram a extensão integral, o complexo processo de reflexão, investigação e análise que precede esse momento (SIMON, 1972), ou seja, a racionalidade do processo.

Considerando que para Simon (1965) a racionalidade é limitada porque é impossível para um indivíduo conhecer todas as alternativas disponíveis e as suas consequências. O indivíduo, não possuindo meios para maximizar os resultados, suas decisões são satisfatórias, não ótimas (SIMON, 1965). As decisões são restritas ou influenciadas pelas limitações do ser humano em ter acesso à informação (devido a problemas de custo e tempo) e em processar cognitivamente todas as opções, devido às crenças, conflitos e jogos de poder que estão envolvidos na situação (SIMON, 1965).

A partir desses apontamentos iniciais surge a primeira hipótese deste trabalho: a racionalidade limitada influencia o comportamento dos agricultores à medida que dificulta que os mesmos vislumbrem alternativas de substituição ao cultivo do tabaco.

O sentido principal das ações e das escolhas de agricultores pode estar vinculado, em certa medida, à materialidade (condições de vida). Em outras palavras, pode estar relacionada à reprodução social e econômica do agricultor e sua família, independentemente do tipo de ocupação no meio rural, seja na produção de fumo ou noutras atividades (LIMA, 2012).

² É importante fazer um esclarecimento, neste trabalho o termo ‘decisão’ e ‘escolha’ são entendidos como sinônimos, ambos com intuito de designar um processo de seleção de alternativas (SIMON, 1965, p. 4-5).

Neste tipo de análise, é necessário reintroduzir os indivíduos no lugar que lhes pertence no âmbito do trabalho. Para tanto, é imprescindível compreender o ponto de vista do sujeito, seu desejo em face das suas atividades profissionais e a contribuição essencial do trabalho para a construção harmoniosa de seu ser (CHANLAT, 2009).

Neste sentido, reproduzindo a questão levantada por Gasson (1973), em relação aos profissionais do campo, os agricultores, eles desenvolvem orientações de valor distintas, porque são agricultores ou eles se tornaram agricultores em resposta a determinadas orientações de valor? De acordo com a referida autora, o mais provável é que os valores dos agricultores foram formados “[...] em resposta ao ambiente do indivíduo, o filho crescendo na expectativa de que ele vai seguir os passos de seu pai e, inconscientemente, absorver os valores apropriados para o seu chamado” (GASSON, 1973, p. 531). Contudo, há também aqueles filhos que rejeitam esses valores e decidem deixar a agricultura para outras ocupações mais agradáveis para os seus sistemas de valores pessoais (GASSON, 1973).

Com isso tem-se a segunda hipótese: para muitos agricultores cultivar tabaco não foi uma opção realizada individualmente de forma deliberada por eles, mas foi uma condição herdada de seus pais e sustentada por seus contextos socioeconômicos.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos. O primeiro é composto por esta introdução onde são apresentados o tema do trabalho e mais três seções: a problemática e justificativa da pesquisa, em seguida o objetivo geral do trabalho e os específicos.

No capítulo dois é apresentado o referencial teórico, as abordagens e teorias utilizadas na análise, que são provenientes, principalmente, dos domínios das áreas de Administração e Economia. Desta forma, utilizou-se contribuições da abordagem comportamental e da escola de relações humanas da administração, apresentando uma breve descrição sobre processos cognitivos e de tomada de decisão. Discute-se também a concepção de homem administrativo e suas características. Apresenta-se a concepção de racionalidade limitada e sua aplicação dentro da Nova Economia Institucional (NEI).

O capítulo três expõe a metodologia utilizada na pesquisa e está dividido em quatro seções. Na primeira são explicadas as estratégias desenvolvidas para operacionalizar a análise, a forma como os conceitos foram tratados e a sua vinculação com a divisão da amostra. Na seção seguinte apresenta-se a definição da amostra, a quantidade de famílias entrevistadas, os municípios compreendidos e os apoios utilizados. A terceira seção faz uma breve apresentação do universo empírico e na quarta as ferramentas de análise e a forma de interpretação dos dados.

No capítulo quatro são apresentados a contextualização da produção de tabaco no VRP, por meio de várias seções. Inicia-se com uma pesquisa histórica sobre o surgimento e a produção de tabaco, estatísticas mundiais, nacionais, regionais e municipais, além de expor os principais conflitos do setor. Em seguida apresenta-se um panorama da produção de tabaco no VRP e dos principais agentes envolvidos na produção.

O quinto capítulo é dedicado a apresentar e discutir os resultados dos dados empíricos e está dividido em quatro seções. Após a apresentação da tipologia criada para análise, na primeira seção discute-se o perfil dos agricultores entrevistados, na segunda as percepções dos agricultores frente ao tabaco, na terceira a diversidade dos fatores em suas racionalidades e na última a construção de suas racionalidades. No capítulo seis são realizadas as considerações finais quando é efetuado um retorno às hipóteses apresentadas anteriormente.

1.1 PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

De acordo com dados da *Food and Agriculture Organization* - FAO (2003), no período entre os anos 1962 e 2005, a participação dos países em desenvolvimento na produção total de tabaco passou de 51% para 85%, enquanto que em países desenvolvidos, no mesmo período, houve redução de suas participações na produção de 49% para 14,8%. Conforme o *World Bank* (1999), diversos fatores são apontados como responsáveis pelo aumento da participação dos países em desenvolvimento na produção mundial de tabaco.

O primeiro são os baixos custos de produção nos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. O segundo fator é a demanda, nos países em desenvolvimento – tanto para a produção quanto para exportação – que está aumentando, enquanto nos países desenvolvidos está diminuindo. Em terceiro lugar, a partir da década de 1990, como parte de uma tendência global mais ampla, as empresas multinacionais de tabaco aumentaram sua presença nos países em desenvolvimento e estimularam a expansão do cultivo do tabaco para abastecer as novas plantas industriais (*WORLD BANK*, 1999).

Por fim, o quarto fator está relacionado à rentabilidade, em muitos países em desenvolvimento, o tabaco ainda é considerado um cultivo relativamente rentável, especialmente se comparado com outras culturas alimentícias tradicionais (*WORLD BANK*, 1999). Além disto, existem benefícios oferecidos pelo Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) “[...] que colocam obstáculos aos esforços de transição do fumo para culturas alternativas” (VARGAS; OLIVEIRA, 2012, p. 181).

No cenário nacional, os três estados da região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) destacam-se na produção de tabaco. A produção de tabaco desenvolvida nesta região funciona através do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), onde os dois principais componentes desse sistema são os agricultores familiares e as agroindústrias (PRIEB, 2005). Este setor opera por meio de características marcantes, “[...] cuja marca central é o elevado controle das empresas agroindustriais que não se limitam a concentração da produção no âmbito da comercialização e processamento, mas também atuam enquanto fornecedores dos principais insumos” do processo de produção (PRIEB, 2005, p. 38).

Os reflexos das transformações ocorridas no cenário mundial do tabaco têm conduzido no Brasil as relações profissionais e as famílias agricultoras a dificuldades³ de vários tipos (PRIEB, 2005), cujas soluções os agricultores percebem que estão além de seu controle e possibilidade de manejo. Soma-se a isso o fato de que as decisões mais importantes e impactantes do setor são tomadas pelas indústrias processadoras: a forma como será produzido o tabaco, a quantidade, a escolha dos insumos e defensivos a serem utilizados, sobre o tipo e a qualidade das sementes, sobre o preço da matéria-prima a ser pago ao agricultor (tanto a fixação do preço quanto a classificação do produto). São as indústrias, agindo sob a lógica de mecanismos do mercado internacional, tanto da matéria-prima quanto do produto industrializado, quem exercem pressão sobre o Estado em favor de seus interesses.

Em vista disso, observa-se que há certo desequilíbrio nas relações estabelecidas entre os principais agentes do setor, agricultores familiares e agroindústria, uma vez que esta disputa se dá entre dois agentes desiguais. De um lado está o oligopsonio (SILVA, 2002) formado pelas empresas multinacionais de tabaco, com controle total, tanto em nível nacional como internacional, sobre o mercado da matéria-prima. E de outro lado, os agricultores, com entidades legitimamente constituídas para representá-los na defesa de seus interesses, mas que possuem pouco poder de barganha (ETGES, 1989).

Assim, este sistema parece operar sob os pilares do que caracteriza o próprio subdesenvolvimento, que, para Abramovay (2001, p. 5) são um conjunto de instituições, ou seja, as regras do jogo, as “[...] normas e valores que orientam a conduta do dia a dia, de orientações que reduzem a incerteza dos indivíduos - que dissociam o trabalho do conhecimento, que dificultam o acesso à terra e que bloqueiam a inovação”. Neste cenário, “[...] as organizações que emergem deste quadro institucional são altamente eficientes em sua

³ Conflitos em torno do estabelecimento dos preços do tabaco, campanhas antitabagismo, aumento da produção da folha de tabaco em países africanos, aumento da demanda de cigarro em países em desenvolvimento, entre outros.

capacidade de inibir o aparecimento dos potenciais produtivos da sociedade e de dificultar as formas não hierárquicas de cooperação em que se pode fundamentar” (ABRAMOVAY, 2001, p. 5) o desenvolvimento.

Dessa forma, a produção de tabaco, assim como possui a capacidade de dinamizar toda a economia de um setor, da mesma forma consegue gerar muitas controvérsias. As principais questões ligadas a esta atividade estão relacionadas aos seguintes fatores: o tabagismo, com o qual são gastos boa parte dos recursos recolhidos através dos impostos; o uso intensivo de defensivos agrícolas; impactos ambientais devido ao uso de agrotóxicos e desmatamentos em algumas regiões; empobrecimento e endividamento das famílias; penosidade do trabalho, uma vez que o sistema de produção exige mão de obra intensiva (ZOTTI, 2010). Esses itens aparecem como desafios a serem enfrentados e superados pelo setor.

As estratégias organizacionais adotadas pelas indústrias transnacionais de tabaco têm permitido que estas mantenham-se conectadas com a produção agrícola, de modo que este fato também se reflete na direção sobre o processo de produção e as atividades dos agricultores familiares vinculados a elas (CAVALCANTE; PINTO, 2004). Alguns autores e críticos (ETGES et al., 2002; SILVA; BORGES, 2010) apontam que a relação entre os agricultores e as indústrias de tabaco é caracterizada por uma dependência por parte dos agricultores, que passam a trabalhar como operários dessas indústrias integradoras. Contudo, assumem todos os riscos, o que tem gerado altos índices de endividamento com as empresas e instituições financeiras (SILVA; BORGES, 2010).

Nesta perspectiva, os agricultores foram incorporados a um sistema de subordinação quase completo às agroindústrias (LIEDKE, 1977; ETGES, 1989). Em vista disso, embora o setor gere emprego e renda, não se pode afirmar que os benefícios sociais dessa inserção se refletem em melhor qualidade de vida para os agricultores familiares, e tampouco que contribui para sua autonomia.

No âmbito dessas discussões, há carência de estudos que avaliem o impacto psicológico de políticas públicas, sobre o contentamento ou descontentamento desses agricultores com suas atividades, sobre aspectos de liderança, na área de organização do trabalho, sobre cooperativismo e associativismo, sobre transferência de tecnologia, saúde mental e bem-estar psicológico de agricultores familiares produtores de tabaco. Com isso, ao se analisar essa categoria de agricultores, surgem algumas questões relevantes: essas particularidades não requerem uma metodologia específica de análise? Em relação aos

estudos que têm sido realizados, a generalização dos dados não limita a validade das conclusões?

Ademais, o que mais atinge as famílias de agricultores são os fatores que as tornam submetidas a esse cenário de megaempresas: altos níveis de lucratividade, trabalho duríssimo, vigilância severa e posição subalterna nas negociações que lhes dizem respeito (FERREIRA, 2006). Neste circuito, os ganhos no comércio internacional estão longe de serem partilhados com as famílias de agricultores. As preocupações de organismos especializados pelo tema são evidentes, as declarações, as propostas e recomendações das conferências internacionais e locais são precisas e bem intencionadas. Porém, os desequilíbrios sociais são cada vez mais evidentes, bem como a concentração da renda (GIOVENARDI, 2003).

É notório que a produção de tabaco, na maioria dos casos analisados na, é uma atividade que se reproduz de pai para filho, assim, a referência dos agricultores para suas escolhas são seus pais e sua própria experiência, uma vez que começam a trabalhar ainda na infância. Deste modo, a cultura e a experiência dos agricultores formam o universo de suas escolhas, é por meio delas que ele cria seu sistema de valores, crenças e regras elementares.

Apesar do conhecimento sobre tais questões, há escassez de informações e análises sobre o comportamento e a racionalidade dos agricultores familiares produtores de tabaco. Tendo isso em conta, a opção por produzir tabaco é uma escolha ou uma falta de escolhas? Sendo uma escolha, quais as variáveis que influenciam diretamente a opção dos agricultores?

Decidir sobre o cultivo de determinada cultura não é tarefa fácil, esta decisão é complexa porque envolve diversos elementos. Sabe-se que, em geral, os aspectos pessoais dos agricultores influenciam suas decisões, bem como o ambiente organizacional no qual estão inseridos, e esses, conseqüentemente, os resultados econômicos de suas propriedades (CANZIANI, 2001). Considerando esses fatores, a opção dos agricultores em produzir ou deixar de produzir tabaco, é uma ação reflexa, condicionada por seu contexto (terra escassa, pouco recurso financeiro, pouca informação e desconhecimento de alternativas disponíveis), ou é um produto de sua racionalidade, planejamento e projeção para o futuro? Em circunstâncias de satisfação ou insatisfação com o cultivo do tabaco, são efetuadas avaliações de perdas e ganhos, ou com a permanência, ou com a substituição dessa atividade? Quando decidem mudar de atividade produtiva, realizam análise de custo benefício, ou seguem alguma norma econômica?

O SIPT tem se mostrado um eficiente mecanismo de inserção de agricultores a um mercado globalizado, além de oferecer várias garantias aos integrados, tais como assistência técnica, fornecimento de insumos, garantia de compra do produto etc. A eficiência do SIPT se

manifesta também à medida que consegue deixar bem evidente para os agricultores as consequências de sua recusa à integração. Ao passo que, para os agricultores, as consequências de se adotar outro cultivo são incertas, por envolverem fatores que escapam ao seu domínio (tecnologia necessária, mercado, preço etc.). Em virtude disso, a matriz institucional criada pelo SIPT é responsável por determinar as consequências que os agricultores podem antever, assim como as que ele não preverá.

Neste sentido, os agricultores familiares sofrem pressão de várias formas. Seu conhecimento da realidade do setor produtivo do tabaco como um todo é fragmentado, seu tempo para buscar e avaliar alternativas é limitado. O comportamento humano sofre influência contínua de aspectos do ambiente, em razão disso, surgem alguns questionamentos: as referências dos agricultores sofrem influência das indústrias processadoras, por meio do SIPT, de seus objetivos, seus mecanismos de controle, formas de coerção, estabelecimento de padrões, etc.?

Diante desse quadro e das diversas questões levantadas, a pesquisa a ser desenvolvida será conduzida, tendo como referência a seguinte questão: **como se caracteriza a racionalidade dos agricultores familiares que optam por continuar a produzir tabaco ou que desistem dessa atividade?**

A base da cadeia produtiva do tabaco é formada por famílias que vivem num cotidiano de contato com agrotóxicos, numa atividade que exige praticamente um ano de trabalho e dedicação e, muitas vezes, oferece uma remuneração que nem sempre está de acordo com os esforços despendidos. Por outro lado, essa mesma atividade, pode conferir a possibilidade de remuneração mais atrativa do que outras culturas possíveis em pequenas áreas, por oferecer financiamento, acompanhamento técnico e mercado para venda da produção, possibilitando assim, áreas de terra, equipamentos e insumos para custear outras culturas, aquecendo dessa forma a economia local (ZOTTI, 2010).

São inúmeras as possibilidades que um estudo acerca do Sistema Integrado de Produção de Tabaco poderia enfocar (PRIEB, 2005). Ainda são escassas as análises feitas nas áreas das ciências sociais aplicadas, no que diz respeito ao tabaco (SILVA, 2013). Contudo, neste trabalho, a análise está concentrada na racionalidade da decisão dos agricultores em optar por produzir ou não tabaco. Ou seja, embora uma prática produtiva possa influenciar diretamente nas decisões de gestão e mobilização de recursos para a safra, não se está estudando o processo de decisão no que tange ao gerenciamento e estratégias adotadas pelos agricultores em suas unidades produtivas, mas sim como se manifesta sua racionalidade ao optar por uma prática agrícola, neste caso, o tabaco. Assim, o ponto central é a racionalidade

do agricultor, enquanto agente econômico, no momento de decidir entre a produção de tabaco ou abandonar essa atividade produtiva.

Para Silveira (2007, p. 31) “o espaço regional apresenta pronunciadas diferenças ambientais, socioculturais, econômicas e de organização política”. A microrregião do VRP representa um importante elo na indústria fumageira do Brasil, representando cerca de 20% da produção nacional de fumo (VARGAS; OLIVEIRA, 2012). Contudo, a renda é muito concentrada, o que se reflete em fracos indicadores sociais e em outros desequilíbrios sociais na microrregião (PRIEB, 2005). Muitos municípios são especializados na produção de tabaco, gerando como consequência direta a concentração de recursos em determinados municípios, acarretando como efeito instabilidade econômica devido às oscilações de mercado a que a cultura está submetida, em âmbito local e global (KARNOPP, 2003).

Um levantamento realizado pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) e pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), referente à safra 2009/2010 e publicados pela Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo – AMVRP (2012), revelam a importância do cultivo do tabaco para o estado do RS. Segundo o levantamento, que considerou vários fatores, são 28.122 famílias produtoras na microrregião do VRP, cultivando 58.756 hectares, com uma produção de 78.751 t., envolvendo 73.143 trabalhadores na produção e na indústria.

Na Tabela 1 a seguir, pode-se observar alguns dados levantados pelo estudo, referentes aos municípios contemplados na pesquisa dessa dissertação, que ajudam a evidenciar a importância do cultivo do tabaco para os municípios. A tabela confronta dados dos municípios com dados do estado e do país.

Os dados apontam que nos municípios da pesquisa são 19.568 famílias produtoras, com área cultivada de 40.559 hectares, onde a produção foi 78.751 t. e empregou 73.143 trabalhadores. Cabe lembrar que o município de Santa Cruz do Sul apresenta maior número de trabalhadores devido ao fato de concentrar grandes indústrias de processamento de cigarros.

Observa-se que, 26,70% das famílias produtoras de tabaco do estado estão localizadas nos municípios contemplados nesta pesquisa. Essas famílias são responsáveis por 28,15% da produção de tabaco do estado.

Tabela 1 - Dados do impacto da produção de tabaco na safra 2009/2010 nos municípios contemplados na pesquisa no VRP (2013) em comparação ao estado do RS e ao Brasil

Municípios pesquisados	Famílias produtoras	Hectares plantados	Produção (Ton)	Nº trabalhadores indústria e produção
Venâncio Aires	5.159	11.123	21.389	19.650
Santa Cruz do Sul	4.209	8.128	15.847	23.500
Vera Cruz	2.546	5.050	9.836	11.891
Vale do Sol	2.907	6.339	12.344	6.200
Sinimbu	2.478	4.201	8.228	6.000
Rio Pardo	1.571	4.043	7.834	3.730
Herveiras	698	1.675	3.273	2.172
Totais	19.568	40.559	78.751	73.143
Dados RS	73.280	153.360	279.660	
Dados Brasil	222.110	405.110	726.050	

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do Boletim Informativo da AMVRP (2012) e Anuário Brasileiro do Tabaco (2010).

No tocante à questão da geração de recursos e arrecadação fiscal, o mesmo estudo mencionado acima, apresenta dados que elucidam a importância do tabaco em termos de geração de valor e arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS (Tabela 2). Os dados demonstram que o município de Venâncio Aires foi o que mais arrecadou com o tabaco, seguido por Santa Cruz do Sul e Vale do Sol.

Tabela 2 - Dados da geração de recurso e ICMS na produção de tabaco nos municípios do Vale do Rio Pardo

Municípios pesquisados	Valor R\$	ICMS gerado prod. tabaco R\$	%	ICMS total municípios R\$	Orçamento anual 2011 (R\$)
Venâncio Aires	143.306.300,0	3.730.758,09	20,1	18.565.638,0	117.955.000,0
Santa Cruz do Sul	106.174.900,0	2.670.630,64	4,2	63.001.680,0	249.905.587,0
Vera Cruz	65.900.530,0	2.394.173,55	39,2	6.106.254,0	41.108.571,0
Vale do Sol	82.706.810,0	2.328.005,19	59,8	3.889.956,0	10.850.000,0
Sinimbu	55.126.260,0	1.381.376,98	40,5	3.412.248,0	18.766.716,0
Rio Pardo	52.487.800,0	1.140.325,99	10,9	10.500.630,0	39.850.000,0
Herveiras	21.931.780,0	772.645,26	61,0	1.266.594,0	9.615.994,0
Totais	527.634.380,0	14.417.915,70		106.743.000,0	488.051.868,0

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do Boletim Informativo da AMVRP (2012).

Conforme observa-se por meio dos dados, em Herveiras e Vale do Sol o valor da arrecadação do tabaco com ICMS equivale a mais da metade do total arrecadado no município, os valores equivalem a 61% e 59,8%, respectivamente. Em Santa Cruz do Sul e Rio Pardo o impacto da produção primária de tabaco é menor, 4,2% e 10,9%, respectivamente.

Os dados apresentados são importantes para demonstrar o impacto do cultivo do tabaco em termos socioeconômicos para o VRP, no entanto, estudos que se proponham a estudar questões comportamentais de agricultores familiares ainda são incipientes. Muitas

entidades se dedicam a avaliar dados econômicos, deixando de lado questões de ordem subjetiva, tais como a opção por uma prática agrícola em detrimento de outra.

Dessa forma, o conhecimento sobre a racionalidade e comportamento das famílias agricultoras que produzem tabaco, ou que deixaram de produzir, no tocante à organização de suas atividades econômicas, produtivas e sociais, suas motivações, regras, valores e normas apresenta-se como um importante instrumento de apoio aos formuladores e pesquisadores de políticas públicas. O entendimento sobre a racionalidade das famílias, sobre tomada de decisão e os fatores que influenciam a organização produtiva das unidades familiares é o primeiro passo para o planejamento de políticas para este público-alvo.

Ademais, a globalização da economia e a crescente articulação entre a produção agrícola e o conjunto das atividades econômicas, têm contribuído para que a dinâmica de desenvolvimento da agricultura passasse a ter o seu funcionamento e sua modernização cada vez mais orientados e regulados pelas relações de produção e distribuição globalizadas, em detrimento, especialmente nos países da periferia, da produção agrícola para a subsistência e melhoria da qualidade de vida da população rural (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Com isso, entende-se que a análise proveniente da pesquisa é relevante pelos seguintes fatores:

- a) contribuir com a análise do conhecimento e do comportamento dessa categoria de agricultores;
- b) conhecer o processo ‘lógico-racional’ que antecede as decisões dos agricultores na opção pelo cultivo ou abandono do tabaco;
- c) avaliar a importância e as fontes das informações utilizadas no processo de racionalidade dos agricultores;
- d) contribuir com as reflexões relacionadas aos agricultores dedicados à produção de tabaco da microrregião do Vale do Rio Pardo.

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de racionalidade que sustenta a opção de agricultores familiares em produzir ou deixar de produzir tabaco.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para se alcançar o objetivo geral, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) contextualizar a cadeia produtiva do tabaco na microrregião do Vale do Rio Pardo;
- b) descrever as características dos perfis dos agricultores entrevistados nos municípios selecionados do Vale do Rio Pardo;
- c) identificar e analisar os fatores que influenciam na racionalidade dos agricultores que optam por produzir e os que optam por desistir da produção de tabaco.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são reunidos e apresentados os elementos que suscitam a análise da racionalidade dos agricultores referentes às suas opções em produzir ou deixar de produzir tabaco. Neste sentido, buscou-se elementos, termos, conceitos, teorias, abordagens e noções interdisciplinares que fossem capazes de auxiliar na compreensão da ‘racionalidade’ dos agricultores.

Parte-se de revisão bibliográfica sobre o processo racional de tomada de decisão e os aspectos cognitivos envolvidos. Posteriormente, apresenta-se a concepção de racionalidade limitada e a abordagem do Homem Comportamental. A terceira parte contém as apreciações da racionalidade analisada dentro da concepção da Nova Economia Institucional - NEI. Por fim, na quinta seção, discute-se a agricultura familiar do ponto de vista teórico empregado no trabalho e suas características.

2.1 PROCESSOS COGNITIVOS E DECISÃO: O SER HUMANO COMO AGENTE REFLEXIVO

A preocupação do homem com seu destino, com a possibilidade de moldá-lo ou de exercer controle sobre ele, data dos primórdios da civilização. É bem provável que suas origens remetam a períodos anteriores ao surgimento da própria economia (PEREIRA; FONSECA, 1997). O ser humano sempre procurou referências para as suas escolhas. Atualmente, os estudos sobre as características e motivos da ação humana são numerosos e debatidos nas ciências econômicas (LUZ; FRACALANZA, 2013).

Segundo North (2009), as ações dos homens são o produto complexo da forma como a consciência interage com a variedade de experiências humanas, produzindo indivíduos com características específicas e crenças que levam a padrões variados de comportamentos sociais. March e Simon (1970, p. 212) contribuem com essa perspectiva afirmando que “[...] os passos que conduzem o agente a definir a situação de determinada maneira envolvem um complexo entremeadado de processos afetivos e cognitivos”.

Para Chiavenato (2000), é possível distinguir dois modos de comportamento, “[...] o cognitivo (dirigido pelos processos de raciocínio das pessoas e que se baseia na racionalidade, na lógica e no uso da mente e da inteligência) e o afetivo (dirigido pelos sentimentos das pessoas e que se baseia nas emoções e na afetividade)”. Neste sentido, Voss (2009, p. 256) considera que “[...] para que os operadores cognitivos possam colocar o pensamento em

movimento precisam acionar nos sujeitos estados que se referem à cultura e à sua experiência, que juntos compõem o universo de escolhas”. A interpretação que cada pessoa faz do mundo é inteiramente vinculada à estrutura biológica, cultural e comportamental (PEREIRA; FONSECA, 1997).

A natureza da situação que envolve a pessoa é o que irá determinar a predominância de um modo de comportamento sobre o outro. Chiavenato (2000, p. 430), constata que:

Em situações em que o indivíduo não recebe o impacto dos eventos e nem sofre pressões de tempo para decidir, seu comportamento é cognitivo racional. Porém, quando os eventos ou pessoas produzem tensão ou ansiedade, seu comportamento tende a ser afetivo e emocional.

Os seres humanos agem racionalmente com relação a um conjunto de dados característicos de determinada situação (MARCH; SIMON, 1970). Disso, depreende-se que tais processos de avaliação, tanto na forma de interpretar quanto na forma dar significado às situações, são os determinantes das emoções que gerarão os pensamentos que, por sua vez, orientarão o comportamento dos agentes (MEIRELES; SANCHES, 2009). Assim sendo, “[...] as operações cerebrais que objetivam a cognição reportam-se à vida do agente, à comunidade onde está inserido, a um tempo e a uma sociedade” (VOSS, 2009, p. 256).

Sobre essa perspectiva, Meireles e Sanches (2009, p. 9) corroboram afirmando que a cognição está relacionada a um processo “[...] pelo qual as pessoas emitem juízos e tomam decisões a partir das interpretações dos eventos que ocorrem a sua volta, das atitudes e atos das outras pessoas”. A cognição refere-se à definição da situação para a especificação de objetivos – definição dos meios para alcançar os fins. A cognição interfere no processo de formação de objetivos porque os objetivos usados como critérios de escolha raramente representam valores definitivos. Ao contrário, eles refletem as relações entre meios e fins e, conseqüentemente, modificam-se à medida que mudam as convicções a respeito dessas relações (MARCH; SIMON, 1970).

No que concerne ao ato de decidir, do ponto de vista da ciência, trata-se de um atributo humano porque resulta da racionalidade. Para Pereira e Fonseca (1997, p. 177) a questão “[...] da decisão foi discutida por todas as ciências do comportamento, mas todas, sem exceção, tomaram como base o ‘homem como animal racional’, composto de corpo, mente e razão”.

Do ponto de vista teórico, há diversas maneiras de estudar o processo decisório. Porém, a Teoria da Escolha Racional e a Teoria da Decisão são as mais destacadas. A primeira se preocupa em estudar e prever padrões de comportamentos e a segunda tem

características normativas e busca informar o que um agente faria se fosse racional (BAERT, 1997).

Segundo Baert (1997), os estudiosos da escolha racional consideram quatro noções chave em suas análises:

- a) a premissa da intencionalidade;
- b) a premissa da racionalidade;
- c) a distinção entre informação completa e incompleta e, no caso da última, a diferença entre risco e incerteza;
- d) a distinção entre ação estratégica e ação interdependente.

Mas, para melhorar as perspectivas humanas é preciso entender as fontes do processo decisório. Essa condição é necessária para a sobrevivência humana (NORTH, 2009).

Em se tratando de ‘ação racional’, uma definição exata do que se entende por esse termo não aparece de modo claro nos trabalhos da teoria da escolha racional. Não há uma ideia precisa do que pode ser caracterizado como conduta racional, ainda que as pesquisas enfatizem a centralidade da cognição individual na explicação dos fenômenos sociais (CARVALHO, 2008). Contudo, segundo Pereira (1993), o aspecto mais evidente do termo racional refere-se a uma relação entre meios e fins, ou mais precisamente, à adequação dos meios usados aos fins propostos, de tal modo que aqueles sejam minimizados e estes maximizados. O termo racional implica também o conhecimento ou domínio do maior número possível das consequências futuras da ação.

Quando existe mais de uma alternativa para uma ação, surge a necessidade de optar. Toda decisão é uma opção entre alternativas. Se não há possibilidade de escolha, não há decisão; há apenas um fato (PEREIRA; FONSECA, 1997). No âmbito do processo decisório, as interpretações diferem de acordo com a intenção explicativa, incluindo os aspectos racionais, organizacionais, políticos, psicológicos e intuitivos (ANDRADE, 2010). Para Chiavenato (2000, p. 416) “decisão é o processo de análise e escolha entre as alternativas disponíveis de cursos de ação que a pessoa deverá seguir”. Para o autor, esse processo envolve seis elementos, apresentados na Figura 1.

Chiavenato (2000, p. 417) ao referir-se ao processo de decisão racional, corrobora com Simon (1965), atestando que:

O tomador de decisão está inserido em uma situação, pretende alcançar objetivos, tem preferências pessoais e segue estratégias (cursos de ação) para alcançar resultados. A decisão envolve uma opção. Para a pessoa seguir um curso de ação, ela deve abandonar outros cursos que surjam como alternativas. O processo de seleção pode ser uma ação reflexa condicionada (como digitar as teclas do computador) ou produto de raciocínio, planejamento ou projeção para o futuro. Todo curso de ação é orientado no sentido de um objetivo a ser alcançado e segue uma racionalidade. O tomador de decisão escolhe uma alternativa entre outras: se ele escolhe os meios apropriados para alcançar um determinado objetivo, sua decisão é racional.

Figura 1 - Elementos que compõem o processo de decisão

Tomador de decisão	<ul style="list-style-type: none"> • É a pessoa que faz uma escolha ou opção entre várias alternativas futuras de ação.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • São os objetivos que se pretende alcançar com suas ações.
Preferências	<ul style="list-style-type: none"> • São os critérios que definem as escolhas.
Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> • É o curso de ação escolhido para atingir seus objetivos. • São os critérios que definem as escolhas.
Situação	<ul style="list-style-type: none"> • São os aspectos do ambiente que envolve a pessoa, alguns fora de seus alcance, conhecimento e compreensão e que afetam sua escolha.
Resultado	<ul style="list-style-type: none"> • É a consequência ou resultante de uma dada estratégia.

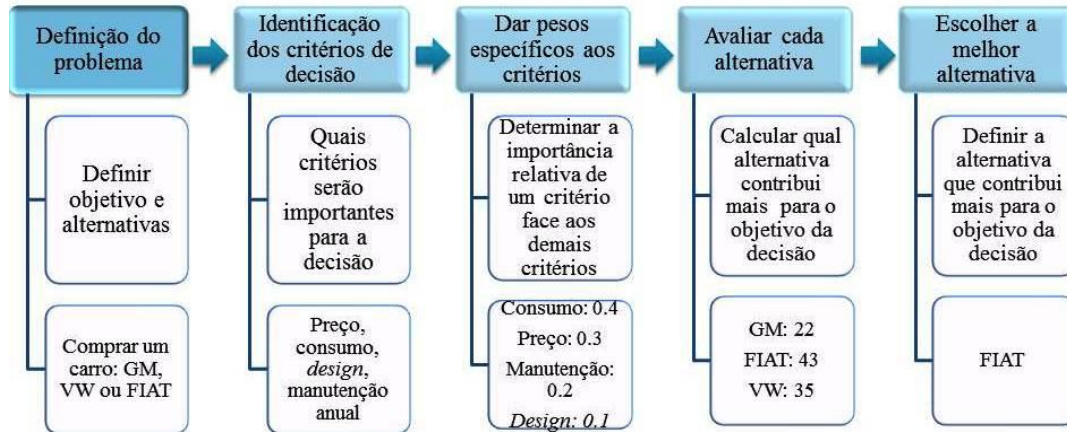
Fonte: Adaptado a partir de Chiavenato (2000, p. 417).

Toda escolha é significativamente influenciada pelas características estruturais da pessoa que decide (inteligência, *status* social, sexo, cultura, crenças, motivações, auto-organização, saúde, dinheiro etc.) e por seu estado emocional no momento da escolha (PEREIRA; FONSECA, 1997). Em vista disso, ao decidir, o indivíduo deve entender as causas de sua opção, numa tentativa de justificar para si próprio o motivo pelo qual está agindo de determinada maneira. Tal justificativa é entendida como uma avaliação que o orienta para discernir.

Desta maneira, para efetuar uma escolha, o indivíduo faz automaticamente uma avaliação com relação aos seus valores, discernindo sobre a circunstância, porém, com o objetivo de avaliar se ela traz ganhos ou perdas. As avaliações baseadas nas crenças e valores irão definir a decisão e este processo está associado com o que o indivíduo pensa de si em relação à circunstância em julgamento (MEIRELES; SANCHES, 2009).

Meireles e Sanches (2009) propõem um modelo de análise do processo de decisão no qual a definição do problema é o ponto de partida. Abaixo, na Figura 2, observa-se uma síntese do processo racional de tomada de decisão desses autores.

Figura 2 - Esquema do modelo da tomada de decisão

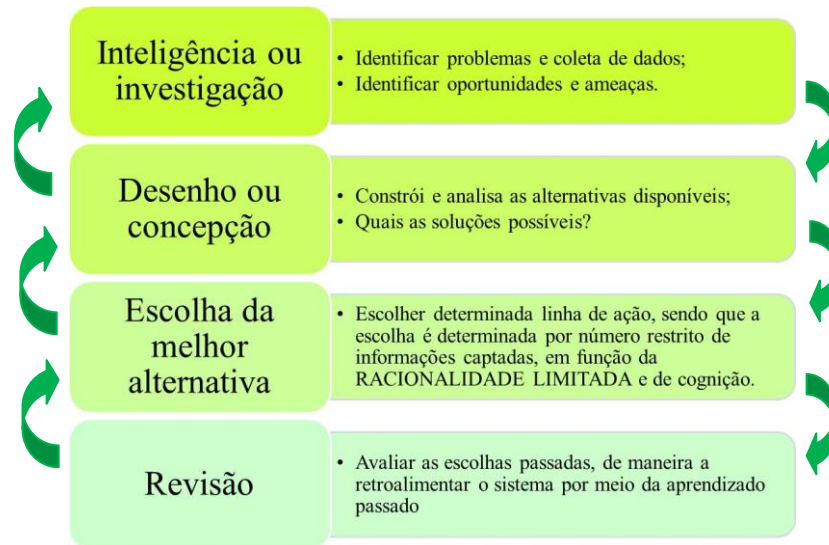


Fonte: Adaptado a partir de Meireles e Sanches (2009, p. 15).

Herbert A. Simon, cientista social, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1978, é considerado um dos grandes estudiosos da tomada de decisão e racionalidade. Esse autor desenvolveu a visão de que o indivíduo racional é organizado e institucionalizado (MOTTA, 1998) e suas pesquisas abrangeram as áreas da psicologia cognitiva, informática, administração, sociologia, economia e filosofia.

Para Simon (1965, p. 283), do ponto de vista do indivíduo, uma decisão é racional, “[...] se for congruente com os valores, as alternativas e as informações que considerou ao tomá-la”. O autor propõe um modelo de decisão simplificado (Figura 3), capaz de captar os principais aspectos de um problema, contudo, sem envolver todas as suas complexidades. Na sua visão, esse processo é cíclico e compreende quatro etapas que se intercomunicam.

Figura 3 - Modelo do processo racional de tomada de decisão



Fonte: Adaptado a partir de Simon (1965).

Para March e Simon (1970), o processo decisório compreende quatro aspectos:

- o conhecimento (ou pressupostos) de eventos futuros ou das distribuições de probabilidades relativas a eventos futuros;
- o conhecimento de alternativas de ação disponíveis;
- o conhecimento das consequências dessas alternativas, que pode ser mais ou menos completa;
- regras ou princípios segundo os quais o indivíduo estabelece uma ordem de preferências para as consequências ou alternativas.

Na perspectiva de March e Simon (1970), a teoria da escolha racional incorpora duas características fundamentais:

- a escolha sempre é feita em função de um modelo da situação real, restrito, aproximado e simplificado. Esse modelo representa a definição da situação, por parte da pessoa que faz a escolha;
- os elementos da definição da situação não são dados, - isto é, não os tomamos por pressupostos de nossa teoria - mas constituem o produto de processos psicológicos e sociológicos que incluem as atividades da pessoa que faz a escolha e as de outros integrantes do ambiente (MARCH; SIMON, 1970).

Independentemente de qual seja a finalidade da decisão, ela fundamenta-se em um processo caracterizado pela sequência de fases que vão desde a identificação da situação até a escolha e aplicação da ação ou solução (ANDRADE, 2010). Na proposta de Pereira e Fonseca (1997), o processo decisório é estudado a partir de três ângulos:

- a) o da percepção do problema;
- b) o dos fatores que direcionam a escolha das alternativas;
- c) o das consequências da decisão.

No tocante aos processos cognitivos do processo de decisão, Meireles e Sanches (2009, p. 11) ressaltam que:

No momento da tomada de decisão, o sistema cognitivo com base nas crenças registradas no inconsciente faz uma interpretação da realidade que gerenciará as emoções produzindo pensamentos automaticamente. Se ocorrerem crenças registradas como emoções negativas, a interpretação atual do evento será igualmente negativa, portanto, com distorções cognitivas. Essas distorções influenciam a resposta emocional, que por sua vez orientará o comportamento de forma disfuncional. Sendo assim, a tomada de decisão sofrerá interferência emocional distorcida, gerando uma escolha também distorcida da realidade.

Pereira e Fonseca (1997) chamam atenção para duas particularidades do agente que decide:

- a) a face técnica representada pela experiência do agente com o assunto sobre o qual ele tem de decidir. Nela atuam seus conhecimentos e habilidades em lidar com aquela questão específica. Quanto maior for sua habilidade e treinamento, mais fluente será sua ação no processo decisório;
- b) a face existencial: são as condições emocionais, intelectuais, físicas e o estado de satisfação de suas necessidades existenciais. Esta face é imprevisível e, de certa maneira, ‘incontrolável’. É nela que se situam a maior parte dos obstáculos do processo decisório, principalmente: o medo, o impasse entre o prazer e o sofrimento, o grau de satisfação, os bloqueadores das decisões, valores individuais etc.

Toda decisão envolve risco e fatores que escapam de nosso controle, como os ambientais, as estratégias e recursos, gerando incerteza. Por esses motivos, tomar uma decisão

é sempre estressante e no momento em que cessa a ansiedade provocada pelas tensões da escolha, acontece um relaxamento geral no organismo. Em algumas pessoas, essas situações são marcadas por manifestações psicossomáticas, tais como dores de cabeça, sono, perturbações gástricas, manifestações de euforia ou depressão etc. (PEREIRA; FONSECA, 1997).

Conforme apresentado anteriormente, no processo de tomada de decisão estão envolvidos fatores diversos que, de certa maneira, interferem no comportamento dos agentes. Pereira e Fonseca (1997) desenvolveram uma lista com os principais fatores bloqueadores de decisões, no Quadro 1 abaixo, pode-se observar uma síntese de alguns bloqueadores selecionados.

Quadro 1 - Síntese dos principais fatores bloqueadores de decisões

Medo	É o mais comum dos bloqueadores de decisão; influencia o humor, a auto estima, a criatividade, o raciocínio, os relacionamentos interpessoais, podendo transformar-se em doenças.
Procrastinação	Adiamento indefinido da escolha, postergação injustificada por medo da mudança e de suas consequências.
Falta de consciência de si	Está profundamente ligado à percepção. Quando uma pessoa toma consciência de algo, passa a ter condições de promover mudanças efetivas.
Auto ilusão	Manifestada de modo muito diverso pela alienação, perfeccionismo, idealização, auto depreciação, preocupação com a própria imagem ou "complexo de anjo".
Otimismo ingênuo	O otimista ingênuo parte da falsa expectativa de que as coisas vão melhorar sem que se faça nenhum esforço para que isso aconteça. Sonha acordado, confunde a realidade com o desejo e, com isso, evita a decisão.
Cabra-cega	Apresenta grande dificuldade de avaliar alternativas, o que faz com que ele evite a decisão. A idealização e o medo do conflito são suas grandes causas, é comum quando se está sob forte pressão emocional, estressado ou cansado.
Pressão de tempo	A pressa e a velocidade excessiva produzem confusão. A ilusão auto imposta de que não haverá tempo produz uma enorme pressão que leva ao pânico e suas consequências.
Falta de criatividade, de imaginação e pobreza de ideias	Levam a escolhas mesquinhas nascidas de alternativas pobres. Na maioria das vezes, está relacionada com a acomodação e à preguiça, algumas vezes pode ser causada por falta de informações fidedignas.
Desorganização interna	O processo decisório mobiliza todas as faculdades humanas, a falta de integração entre os aspectos lógicos, biológicos e psicológicos causam um evidente transtorno emocional.
Ideologias e referenciais teóricos muito rígidos	Limitam a visão do decisor. Os paradigmas, a cultura organizacional, a religião, o compromisso ideológico e a pressão institucional são alguns desses fatores.
Focalização perceptiva	Percebemos as coisas na medida de nosso interesse ou intencionalidade. Se não temos interesse ou motivação, desconectamos nossos sensores e as opções que nos serão oferecidas.

Fonte: Adaptado a partir de Pereira e Fonseca (1997).

Muitos dos fatores apontados acima fazem parte do psiquismo humano, um aspecto importante a ser considerado na compreensão do comportamento, uma vez que muitas ações adotadas pelo indivíduo estão distantes do significado efetivo das mesmas. Dessa maneira, o comportamento humano sofre influência contínua de aspectos do meio ambiente, o que, de certa forma, lhe confere o caráter de adaptação constante aos determinantes sócio organizacionais (KANAANE, 1999).

Contudo, além dos bloqueadores e demais aspectos do meio ambiente que influenciam nas escolhas dos agentes, outros fatores são necessários para explicar a conduta e motivação do ser humano. Os processos cognitivos e a capacidade de reflexão são habilidades limitadas. Ao estudar as motivações humanas, é necessário ter em mente a concepção de homem que está se adotando e os fatores que influenciam esta concepção. Assim, na seção a seguir, são discutidos a concepção de racionalidade limitada e de Homem Administrativo.

2.2 A CONCEPÇÃO DE RACIONALIDADE LIMITADA E O HOMEM ADMINISTRATIVO

O conceito de racionalidade, na perspectiva econômica, foi desenvolvido por Adam Smith. Para ele, através da racionalidade, os agentes buscariam a maximização da produção de valor por meio dos recursos disponíveis da forma mais eficiente. O aumento constante da riqueza e do nível de bem estar da sociedade seria resultante do somatório desta racionalidade individual, uma vez que todos estariam maximizando a satisfação individualmente (RAMALHO JÚNIOR, 2012).

Muitos autores abordam em seus estudos o termo 'racionalidade' (FOULCAULT, 2010; WEBER, 1978; SEN, 1999; SMITH, 2010, SIMON, 1965; WILLIAMSON, 1985), entre outros. As definições permitem uma diversidade de interpretações do termo e, sobretudo, de sua interação com a economia. Contudo, parece comum uma preocupação em encontrar um conjunto de características da racionalidade que possa ser aplicada à totalidade ou à grande maioria dos intervenientes na atividade econômica (PIMENTA, 1999).

Salienta-se que a capacidade da mente humana em formular e resolver problemas complexos é bastante pequena, em comparação ao tamanho dos problemas para os quais uma solução objetivamente racional é requerida no mundo real (CARVALHO, 2008). Isso é decorrência da racionalidade limitada. Nesta abordagem, a concepção de homem é mais complexa do que a da Teoria da Escolha Racional.

Nesta dissertação, o entendimento de racionalidade inspira-se, em grande medida, nos trabalhos de Simon (1965). Esse cientista em suas pesquisas tentou explicar e conciliar os princípios de racionalidade econômica que influenciaram as teorias clássicas de organização e sua tentativa de estabelecer os limites da racionalidade nas escolhas humanas. Construiu, assim, uma teoria administrativa baseada na racionalidade limitada do ‘homem administrativo’, em contrapartida à racionalidade do ‘homem econômico’ (MOTTA, 1998).

O enfoque multidisciplinar que a racionalidade possui atualmente é resultado dos estudos de Simon (PEREIRA; FONSECA, 1997). Segundo March e Simon (1970, p. 195), “[...] do ponto de vista fenomenológico, só se pode falar de racionalidade tomando por base termos de referência; e esses termos de referência são determinados pelas limitações dos conhecimentos do homem racional”. Deste modo, Simon foi o primeiro a classificar os vários tipos de racionalidade humana (PEREIRA; FONSECA, 1997):

- a) racionalidade objetiva – quando o comportamento se baseia em fatos e dados mensuráveis ou prescritos que são eficazes no alcance dos objetivos propostos;
- b) racionalidade subjetiva – quando se baseia em informações e conhecimentos reais, filtrados pelos valores e experiências pessoais;
- c) racionalidade consciente – quando o ajustamento dos meios aos fins visados constitui um processo consciente;
- d) racionalidade deliberada – quando a adequação dos meios aos fins tenha sido deliberadamente provocada (por um indivíduo ou uma organização);
- e) racionalidade organizacional – quando é orientada no sentido dos objetivos da organização;
- f) racionalidade pessoal – quando visa aos objetivos de um indivíduo.

Simon construiu sua teoria da racionalidade a partir da crítica ao homem da teoria da escolha racional. O homem racional da economia e da teoria da decisão faz escolhas ótimas, num ambiente minuciosamente especificado e nitidamente definido (MARCH; SIMON, 1970). A racionalidade maximizadora da teoria da decisão confere ao indivíduo a capacidade irrestrita de maximizar e atingir, da melhor maneira possível, seus objetivos. Este conceito de racionalidade atribui ao indivíduo a capacidade de possuir conhecimento completo acerca dos resultados de suas escolhas, porque é um ser com habilidade cognitiva e informacional perfeita (LUZ; FRACALANZA, 2013).

Porém, para Simon, é impossível que o indivíduo conheça todas as alternativas e consequências de uma escolha (SIMON, 1965). O agente não alcança a maximização da racionalidade (racionalidade objetiva = melhor escolha), pelo fato de ser limitado e influenciado, principalmente, por fatores que escapam ao domínio do seu consciente: destreza manual, o tempo de reação ou a força física, rapidez de seus processos mentais, por seus conhecimentos matemáticos, por seus valores e assim por diante. “Fato importante que se deve ter sempre presente é que os limites da racionalidade são móveis, e o que é mais importante, a própria consciência de sua existência pode alterar esses limites” (SIMON, 1965, p. 46-47).

Por causa da impossibilidade do agente de obter todas as informações, em razão do fator tempo e custo, é impossível ter acesso a todas as possibilidades de ação. Dessa forma, o agente contenta-se em adquirir um número limitado de informações, ‘um nível satisfatório’, que possibilite a identificação dos problemas e algumas soluções alternativas. Deste modo, “[...] o que o indivíduo faz, na realidade, é formar uma série de expectativas das consequências futuras, que se baseiam em relações empíricas já conhecidas e sobre informações acerca da situação existente” (SIMON, 1965, p.81).

Para Simon, a racionalidade não é uma orientação objetiva frente à realidade, mas uma direção subjetiva baseada na informação incompleta que os indivíduos detêm. O agente comporta-se racionalmente de acordo com um modelo cognitivo simplificado (CARVALHO, 2008).

Conforme Simon (1965, p. 89), “[...] a racionalidade ocupa-se da seleção de alternativas de comportamento preferidas de acordo com algum sistema de valores que permite avaliar as consequências desse comportamento”. Nas palavras do autor:

A racionalidade requer um conhecimento completo e inalcançável das consequências exatas de cada escolha. Na realidade, o ser humano possui apenas um conhecimento fragmentado das condições que cercam sua ação, e ligeira percepção das regularidades dos fenômenos e das leis que lhe permitiriam gerar futuras consequências com base no conhecimento das circunstâncias atuais. (SIMON, 1965, p. 96).

O comportamento racional compreende a substituição da realidade complexa por um modelo de realidade suficientemente simples para poder ser tratado, estando sujeita às omissões e distorções em sua percepção. O agente só pode atender a um número limitado de elementos a um só tempo. A razão básica por que a definição que o agente dá à situação difere

da situação objetiva, porque se apresenta excessivamente complexa para poder ser tratada nos menores detalhes (MARCH; SIMON, 1970).

Simon conclui que a racionalidade depende do contexto e é limitada por ele. Por isso, o comportamento, mesmo quando encarado como racional, possui muitos elementos de incongruência e jamais ocorre numa forma previsível, ideal (PEREIRA; FONSECA, 1997). Entretanto, duas outras questões devem ser observadas. A primeira são as experiências importantes da vida dos agentes, pois elas influenciam a interpretação da situação. Através das experiências, o indivíduo desenvolve um sistema de esquemas e crenças básicas, agindo em nível inconsciente. De maneira que, o que ele pensa no momento em que os eventos acontecem com ele vão determinar as emoções que irá sentir (raiva, satisfação, ansiedade, tristeza), conseqüentemente, essa emoção determinará o comportamento que terá (seguir, desistir, abandonar, fugir, substituir) (MEIRELES; SANCHES, 2009).

A segunda questão é o ambiente organizacional e social em que se encontra o agente, pois eles determinam quais as conseqüências que irá antever e quais as que não preverá; quais as alternativas que vai considerar e quais as que vai ignorar (MARCH; SIMON, 1970). Os sistemas sociais são formados por pessoas e suas necessidades, sentimentos e atitudes, bem como seu comportamento como integrante de grupos (MAXIMIANO, 2007).

A estrutura e os processos da sociedade são alcançados através das organizações. Elas são por natureza essencialmente sistemas cooperativos e veículos da ação social. A cooperação das pessoas ocorre pelo objetivo da organização, que é um sistema de atividades ou forças de duas ou mais pessoas coordenadas conscientemente. As organizações sempre têm um propósito moral, o qual tenta inculcar em seus membros (MAXIMIANO, 2007).

Em relação à influência da organização sobre as escolhas dos indivíduos, cabe à organização a função de oferecer referências (conhecimentos e valores), de acordo com seus objetivos, que possibilitem as escolhas corretas dos agentes. Dado que a escolha individual ocorre num ambiente de pressupostos e o comportamento é flexível apenas dentro dos limites fixados por esses pressupostos, o ambiente psicológico da escolha (premissas ou referências) pode ser deliberadamente escolhido e modificado (SIMON, 1965). Como exemplo de mecanismos de influência adotados pela organização, o autor cita: divisão do trabalho entre seus membros, para atribuir a cada um o cumprimento de determinada função, desta forma, dirige e limita a atenção do indivíduo exclusivamente àquela tarefa; estabelece padrões de desempenho; canais de comunicação que estabelecem autoridade e influência; treinamentos visando doutrinar (SIMON, 1965).

Por meio do que Simon denominou ‘internalização’, a organização exerce influência sobre o indivíduo “[...] porque injeta no sistema nervoso dos membros da organização os critérios de decisão que a organização deseja empregar [...]”, por intermédio de treinamentos (SIMON, 1965, p. 122). O autor afirma que:

A organização proporciona ao indivíduo, por meio do sistema de autoridade e de outros tipos de comunicação, algumas de suas principais premissas de valores fundamentais – os objetivos da organização – e fornece todas as classes de informações de que necessita para poder realizar esses valores. (SIMON, 1965, p. 200).

Desta maneira, o conceito de racionalidade proposto por Simon consegue sustentar uma forma inovadora de apreender as incertezas do ambiente, no sentido de gerar regularidades no comportamento individual (SBICCA; FERNADES, 2005). Isso porque o conceito considera a quantidade e a qualidade das informações, o grau de certeza ou incerteza e o nível de risco existente no processo decisório (PEREIRA; FONSECA, 1997).

Os trabalhos de Simon são reconhecidos como pertencentes à Abordagem Comportamental da administração. Esta abordagem surgiu no final da década de 1950 nos Estados Unidos, justamente com os trabalhos de Simon. Suas pesquisas focaram, principalmente, a motivação humana, concebendo a organização como um complexo sistema de decisões (CHIAVENATO, 2002).

Nessa perspectiva, as pessoas recebem e processam informações do ambiente e tomam decisões a respeito de todos os seus atos cotidianos e corriqueiros. A Teoria Comportamental trouxe um novo conceito de homem, o ‘Homem Administrativo’. Para os autores dessa abordagem, o homem não procura a melhor maneira de realizar o trabalho ou suas ações, mas sim, a mais satisfatória para satisfazer os interesses da organização e seus interesses particulares (CHIAVENATO, 2002).

Todo processo decisório humano ocupa-se da descoberta e seleção de alternativas satisfatórias, somente em casos excepcionais preocupa-se com a descoberta e seleção de alternativas ótimas (MARCH; SIMON, 1970). Simon caracteriza a conduta de satisfação como um mecanismo de escolha em que o indivíduo planeja somente sequências curtas de decisões (CARVALHO, 2008).

O homem administrativo considera o mundo como sendo “[...] vazio e ignora a inter-relação de todas as coisas (cuja observância é tão paralisadora para o pensamento e para a ação), assim, ele é capaz de tomar decisões guiadas por regras empíricas simples, que não sobrecarregam sua capacidade de pensar” (SIMON, 1965, p. xxix). Na opinião de Simon, não

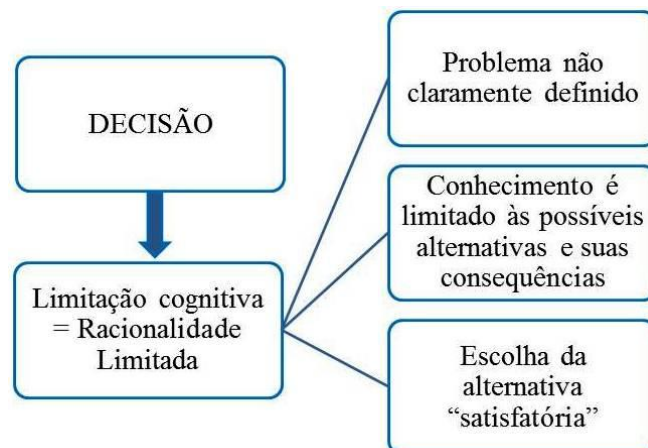
existe uma decisão correta, mas uma escolha adequada a um determinado momento, pois nada é completo ou perfeito em um ambiente mutável. A busca de alternativas cessa no momento em que se encontra uma solução satisfatória (*satisficing*). Como não existe uma solução ótima, o agente conforma-se com uma solução satisfatória. É por isso que, em muitos casos, a decisão gera certo alívio (PEREIRA; FONSECA, 1997).

O homem administrativo, sendo um ser que se satisfaz, que se contenta, não precisa do máximo absoluto, mas, sim, do suficiente para se contentar dentro das possibilidades da situação. Está orientado para satisfazer as necessidades que estão ao seu alcance devido aos limites da racionalidade (que é limitada). Tem o conhecimento objetivado, e não objetivo. Não consegue captar tudo que está à sua volta (ANDRADE; AMBONI, 2009).

O processo de tomada de decisão típico do homem administrativo pode ser resumido da seguinte forma: o tomador de decisões evita a incerteza e segue as regras padronizadas da organização para tomar suas decisões; ele redefine as regras padronizadas apenas nos momentos de crise; a organização é lenta para efetuar ajustes perante os atos determinísticos dos quais não possui controle (CHIAVENATO, 2000).

Para a busca de solução de problemas capazes de proporcionar alternativas e consequências adequadas, é preciso que se decida primeiro qual o critério que vai governar a escolha. Encontrar a alternativa ideal é um problema bem diferente de encontrar uma alternativa satisfatória. Uma alternativa será satisfatória quando: a) houver padrões que estabeleçam os requisitos mínimos de uma alternativa satisfatória; b) a alternativa em causa preencher ou exceder todos esses requisitos mínimos (MARCH; SIMON, 1970). A Figura 4 ilustra a síntese do processo de decisão do homem administrativo.

Figura 4 - Esquema do processo de decisão do Homem Administrativo



Fonte: Adaptado a partir de Chiavenato (2000).

A complexidade do comportamento humano torna praticamente interminável a busca de explicações sobre sua motivação. As pessoas são motivadas por inúmeras causas, em diferentes circunstâncias (MAXIMIANO, 2007). Além disso, dado o contexto social incerto, as necessidades humanas são ávidas, o que acarreta apatia dos indivíduos a partir de determinado ponto (CARVALHO, 2008).

Para os estudiosos da Teoria Comportamental, os autores clássicos da administração falharam ao negligenciarem a análise das decisões e dos limites da racionalidade impostos por qualificações, hábitos, valores e conhecimentos (MOTTA, 1973). “O estabelecimento de padrões predeterminados de ação conduz a teoria da escolha racional a abandonar postulados que abrangem valores ou crenças diversas” (CARVALHO, 2008, p. 20). A escolha de uma alternativa implica a renúncia de outras, o que faz com que toda decisão gere sempre um sentimento de perda. Isso se torna muito desconfortável, principalmente, quando a decisão implica a perda de referenciais seguros, tais como valores, ideologias ou costumes, nos quais o indivíduo ancora a sua identidade (PEREIRA; FONSECA, 1997).

Neste contexto, os pressupostos da NEI podem oferecer elementos que permitem compreender, tanto no âmbito do indivíduo, quanto no do ambiente no qual está inserido, os fatores que influenciam a racionalidade dos agentes econômicos. Alguns autores da NEI, como Oliver Williamson e Douglass North, ao adotarem o conceito de racionalidade limitada de Simon para estudar o comportamento dos indivíduos, chamam atenção para as características dos agentes. Nas seções a seguir são discutidas, de forma sucinta, tais características.

2.3 A RACIONALIDADE NA ABORDAGEM DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A NEI é uma corrente analítica que engloba várias abordagens que tentam compreender as origens e funções das diversas estruturas da empresa, do mercado e da interação dos agentes (CONCEIÇÃO, 2002). A NEI trouxe importantes contribuições para a ciência econômica, ao concentrar suas análises na estrutura organizacional, nas estruturas de governança⁴, no ambiente institucional, na organização industrial, na economia do trabalho, na política de qualidade, na política de preços mínimos, nos direitos de propriedade e na assimetria de informações (SANTOS, 2007), dentre outros.

⁴ Com a finalidade de reduzir custos de transação, os agentes fazem uso de mecanismos apropriados para regular uma determinada transação, denominados “estruturas de governança”. Cientes da incompletude dos contratos, os agentes constroem estruturas de governança para lidar com as lacunas inevitavelmente presentes em contratos internos e externos às organizações (AZEVEDO, 1997).

A NEI tenta “[...] entender o significado das instituições, bem como seu papel no ambiente econômico, político e social” (SANTOS, 2007, p. 3). Neste sentido, ela alia contribuições de inúmeros e importantes autores (CONCEIÇÃO, 2002). Embora a NEI esteja baseada em ampla fundamentação teórica, neste trabalho será considerado os pressupostos que embasam os termos ‘racionalidade limitada’ e ‘incerteza’.

Tanto Douglass North quanto Oliver Williamson, importantes estudiosos da NEI, desenvolveram estudos no sentido de destacar a importância das questões comportamentais dos agentes. Para ambos autores, tais questões são fundamentais para entender as instituições - como elas são criadas, moldadas e evoluem ao longo do tempo (FURLANETTO, 2008).

As análises da NEI partem da concepção da teoria dos custos de transação⁵, a qual preconiza que as trocas ocorrem em um ambiente caracterizado pela incerteza. Porém, são efetuadas em um contexto dependente de um arcabouço social que dá suporte às relações (CARVALHO, 2004).

O estudo das instituições requer, primeiramente, uma definição conceitual de instituições e organizações. North (2009), em sua definição de instituição e organização, recorre à metáfora do jogo como auxílio, assim, enquanto as instituições representam as regras do jogo, as organizações são os jogadores.

Deste modo, segundo North (1994, p. 9) “[...] as instituições [...] representam os limites estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas [...]”, conseqüentemente, elas estruturam os incentivos de natureza política, social e econômica. Na visão do autor, as instituições compreendem regras formais (constituições, leis, direitos etc.) e informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta autoimpostos) e os mecanismos responsáveis pela eficácia desses dois tipos de normas (NORTH, 1994).

As organizações representam os grupos de agentes, unidos por objetivos comuns. Esses agentes “[...] julgam que as ações individuais desorganizadas são menos eficientes que a ação coletiva destinada a contemplar seus interesses e atuam, sob certas circunstâncias, de maneira coordenada” (SAES, 2000, p. 168). De acordo com North (2009), as oportunidades proporcionadas pela matriz institucional determinam os tipos de organizações que existem.

⁵ A organização da produção internamente a uma firma exige custos ligados à utilização do mecanismo de preços, ou seja, à necessidade de coordenar as transações entre os atores do mercado, os chamados custos de transação. Destacam-se os custos de obter e processar informações, de monitorar agentes, negociar e exigir o cumprimento de contratos (SCHERER, 2007). Em outras palavras, custos de transação são os recursos econômicos para planejar, adaptar e monitorar as interações entre os agentes, garantindo que o cumprimento dos termos contratuais seja realizado de maneira satisfatória para as partes envolvidas e compatível com a sua funcionalidade econômica (PONDÉ, 2005).

A criação e o desenvolvimento das instituições não objetivam eficiência social, mas sim, atender aos interesses de quem tem maior poder de negociação para idealizar novas normas (FURLANETTO, 2008). Advém disso que, nas palavras de North (1994, p. 10):

A forma de organização do sistema econômico determina a distribuição de seus benefícios. Logo, é de interesse dos participantes organizar o sistema de modo a se beneficiarem dele, embora isso não garanta de forma alguma que a estrutura institucional resultante redundará em crescimento econômico.

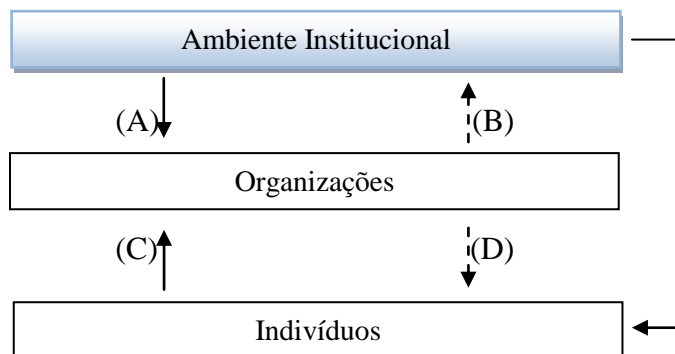
Atualmente, as sociedades de maneira geral estão estruturadas a partir de regras institucionais, o que leva Santos (2007, p. 3) a afirmar que tais regras tomam forma de “[...] teorias culturais, ideologias e prescrições que criam e legitimam as entidades sociais definindo o significado e a identidade do indivíduo e constituindo propostas de legitimidade das organizações, das profissões, dos grupos de interesses e dos estados”. Assim, segundo o autor, “[...] ao fazer uso de regras formais e informais, as instituições reduzem as incertezas do ambiente por constituírem-se em guias que permeiam e limitam as ações humanas” (SANTOS, 2007, p. 3).

Para Pondé (2005), a ênfase da NEI recai sobre as configurações institucionais de uma economia de mercado. Neste sentido, o autor identifica três níveis de análise: o primeiro é o ambiente institucional, que pode ser entendido como “o conjunto de regras fundamentais de caráter legal, social e político que estabelecem a base para a produção, troca e distribuição” (PONDÉ, 2005, p. 136); o segundo nível se refere aos subsistemas de diferentes tipos de organizações e mercados, onde as primeiras representam agrupamentos de indivíduos cujos comportamentos estão subordinados a determinadas metas e objetivos definidos e os segundos aos espaços institucionais nos quais se processam as interações entre compradores, vendedores e competidores (trata-se do nível que Oliver Williamson chama de estruturas ou mecanismos de governança); o terceiro nível compreende subsistemas de padrões, regras ou disposições comportamentais imputados a indivíduos ou a grupos de indivíduos que não constituem uma organização na definição acima, nem se articulam em uma estrutura que os capacite a serem considerados parte do ambiente institucional (PONDÉ, 2005).

A Figura 5, adaptada de Saes (2000) a partir dos estudos desenvolvidos por Williamson (1985), apresenta um esquema integrado das relações entre o ambiente institucional, organizações e indivíduos. Tanto o ambiente institucional como os indivíduos apresentam-se como restrições ou conjuntos de oportunidades para o desenvolvimento das organizações. O ambiente institucional fornece o conjunto de regras que determinam as

formas organizacionais (linha ‘A’) e os indivíduos influenciam as organizações por meio de ações regidas por atributos comportamentais (a racionalidade limitada e o oportunismo), representado pela linha ‘C’. As ações estratégicas adotadas pelas organizações são admitidas como efeito secundário sobre o ambiente institucional e indivíduos, representadas pelas linhas tracejadas ‘B’ e ‘D’, respectivamente (SAES, 2000).

Figura 5 - Esquema representativo dos três níveis da configuração institucional de uma economia de mercado proposto por Williamson



Fonte: Adaptado de Saes (2000, p. 168).

Ressalta North (1994) que o ambiente institucional exerce influência sobre os indivíduos à medida que a complexidade deste ambiente, a pouca informação sobre as consequências de suas ações e o condicionamento cultural herdado pelos indivíduos determinam os construtos mentais destes, bem como suas percepções. O autor destaca que:

Os modelos mentais dos indivíduos originam-se em parte da cultura, em parte são adquiridos pela experiência e em parte são aprendidos (não culturalmente nem localmente). A cultura define-se como a transferência, de uma geração a outra, de conhecimentos, valores e outros fatores que afetam o comportamento, variando radicalmente entre grupos étnicos e sociedades. A experiência tem uma conotação local, ou seja, é específica a determinado entorno – e, portanto, varia enormemente de um ambiente a outro. (NORTH, 1994, p. 22).

Com essas considerações o autor pretende ressaltar a importância dos modelos mentais compartilhados que conformam as histórias das distintas sociedades. Assim, seu objetivo é tentar entender como funcionam as mentes e como se geram as crenças que moldam as decisões e alteram o ambiente externo (NORTH, 2009). Avançando na análise de North (2009, p.3), “[...] o sistema nervoso humano parece operar baseado em padrões, em lugar do pensamento abstrato e lógico. Embora cada pessoa tenha um processo de aprendizado próprio, crenças e percepções compartilhadas resultam de uma estrutura institucional e educacional comum”. Tais crenças e percepções compartilhadas configuram uma herança cultural comum,

constituindo o meio de transferência de uma geração para outra das percepções unificadas da sociedade (NORTH, 2009).

Contudo, Furlanetto (2008) chama atenção ao mencionar que a NEI, desde o início do século XX, tem se referido a padrões de comportamento coletivo. Para este autor, na abordagem da NEI, o sujeito são os grupos e as instituições, não o indivíduo, e cada instituição possui seu estilo e suas próprias normas, de acordo com critérios internos do grupo. Portanto, embora os indivíduos possam ser motivados por princípios que obedecem a critérios utilitários racionais, é a cultura do grupo em que ele está inserido – ou a instituição, de acordo com seus hábitos próprios – que dirá o que é útil e racional em uma ordem prática (FURLANETTO, 2008).

Na perspectiva de Williamson, todas as instituições de uma economia capitalista objetivam o aumento da eficiência do sistema econômico e “[...] o estudo da organização econômica depende decisivamente dos pressupostos comportamentais” dos indivíduos (WILLIAMSON, 1985, p. 40). Assim, as regras formais e informais, acabam governando as ações destes indivíduos (WILLIAMSON, 1985).

Para North (1994, p. 19), reportando-se às motivações dos indivíduos, a “[...] estrutura institucional dita os tipos de habilidades e conhecimentos percebidos como os de maior retorno [...]” para os agentes econômicos. Williamson afirma que muitos estudiosos têm destacado que é cada vez mais necessário compreender as ações dos agentes em termos de como funciona a mente do ser humano (CONCEIÇÃO, 2000). Em virtude disso, “[...] dentre muitas definições do que possam ser as instituições, está na identificação de algum tipo de regularidade dos comportamentos, ou então, de algum tipo de estrutura subjacente que gera esta regularidade” (PONDÉ, 2000, p. 7).

Embora a escola institucionalista tenha mantido alguns pressupostos da escola neoclássica, ela apresenta diferenças significativas em relação a sua antecessora. Para Felipe (2008, p. 143) uma delas “[...] consiste em tomar a economia como um desenrolar de tomadas de decisões que deixam seus resultados enraizados nas estruturas do sistema econômico, condicionando sua *performance* posterior”. Outro aspecto de importância para os institucionalistas são as “condições ambientais em que as decisões são tomadas como importantes na explicação dos resultados econômicos” (FELIPE, 2008, p. 143).

Entretanto, Carvalho (2004, p. 3) faz uma ressalva em relação à tomada de decisão adotada pela escola institucionalista:

Dentro do campo da teoria da escolha racional, o novo institucionalismo realiza uma revisão efetiva dessa perspectiva política, postulando a possibilidade de composição de uma racionalidade social baseada em restrições ao comportamento estritamente individualista. Referindo-se diretamente aos problemas da ação coletiva, essa vertente teórica enfatiza a existência de instituições que prescrevem expectativas sociais de como os atores agiriam em situações diversas, permitindo contextos de coordenação e partilha de resultados. As instituições efetuam, portanto, a transformação de jogos não-cooperativos em cooperativos, e submetem o homem econômico, antes enviesado a uma ação exclusivamente individual, a uma concepção racional de fato, baseada em resultados otimizados e efetivados por meio de acordos coletivos.

É essa estrutura, que compreende crenças, instituições, ferramentas, instrumentos e tecnologia, que molda as escolhas dos agentes em uma sociedade e que determina a dinâmica do sucesso ou fracasso através do tempo. A longo prazo, quanto mais rico o contexto cultural capaz de criar um ambiente para múltiplos experimentos e para a competição criativa, maior a redução da incerteza no processo de escolha (NORTH, 2009). As ações humanas são o produto complexo da forma como a consciência interage com a variedade de experiências humanas, produzindo indivíduos com características específicas e crenças que levam a padrões variados de comportamentos sociais (NORTH, 2009).

Embora neste contexto as instituições possam orientar as ações que promovam o desenvolvimento de uma região, ela pode também promover o agravamento das desigualdades, principalmente quando configuradas de forma a privilegiar determinadas classes sociais (FURLANETTO, 2008). Ou seja, para o referido autor, o problema não parece estar nas instituições, mas sim na forma e na intenção pela qual são construídas, pois, como artefatos sociais, elas são moldadas sob a influência de quem tem o poder de negociação.

Assim, as características das instituições, das organizações e dos indivíduos são as responsáveis pela formação e estruturação dos mercados. É importante destacar que tanto nos trabalhos de Williamson, como nos de North, são constantes as preocupações com temas como o oportunismo, a confiança e a cooperação, variáveis fundamentais nas relações sociais (FURLANETTO, 2008). As características dos agentes e das transações são os temas a serem discutidos na seção a seguir.

2.3.1 As características das transações e as hipóteses comportamentais dos agentes econômicos: incerteza e racionalidade limitada

As transações econômicas são realizadas por meio dos agentes, seja para trocar bens ou realizar serviços (ZYLBERSZTAJN, 2000). Uma importante contribuição da abordagem institucionalista foi associar os mercados a estruturas sociais cujo funcionamento depende

essencialmente dos ambientes institucionais em que estão inseridos (ABRAMOVAY, 2001). Deste modo, há uma inter-relação entre o aparato institucional e o comportamento dos agentes econômicos e, conseqüentemente, o funcionamento do mercado está sujeito às variáveis institucionais e à forma como os agentes econômicos se comportam frente a estas no estabelecimento das relações contratuais (BEGNIS; ZERBIELLI; ESTIVALETE, 2006).

Corroborando com a perspectiva de Simon (1965), a abordagem da NEI considera o homem como um produto do momento histórico em que vive e das escolhas que o meio lhe fornece. Portanto, Santos (2007, p. 4) afirma que, “[...] embora o indivíduo tenha sua ação condicionada pelas regras, crenças e valores que limitam suas ações no ambiente, possui uma identidade social própria, proveniente de sua percepção e interpretação quanto à estrutura social”.

No entanto, fator importante a ser considerado também no estudo das instituições são as características das transações. Williamson (1985) distingue três características básicas: a incerteza, a frequência e a especificidade dos ativos. Essas três dimensões são as principais responsáveis na caracterização de uma transação, elas permitem o desenho da estrutura de governança, com o objetivo de atenuar os custos de transação associados a essa transação (AZEVEDO, 1997).

A frequência refere-se à quantidade de vezes em que os agentes efetuam determinadas transações (ZYLBERSZTAJN, 2000), algumas ocorrem uma única vez, enquanto outras são recorrentes. O papel da frequência no estabelecimento de um compromisso confiável está na elevação do custo associado ao comportamento oportunista (AZEVEDO, 1997).

O que caracteriza a especificidade dos ativos são os investimentos específicos que não podem ser reempregados sem sacrifício do seu valor produtivo, em caso de descumprimento ou interrupção do contrato (SILVA; BRITO, 2013). Isto significa que, de acordo com Zylbersztajn (2000, p. 29), uma “[...] alta especificidade do ativo significa que uma ou ambas as partes envolvidas nas transações perderão caso esta não se concretize, por não encontrarem uso alternativo que mantenha o valor do ativo desenvolvido para determinada transação”. Williamson (1985) distingue seis tipos de especificidade de ativos: locacional, físicos, humanos, dedicados, marca e temporal.

Para Azevedo (1997, p. 91) “o termo incerteza é carregado de sentidos, sendo, dentro da NEI, abordado em diferentes ângulos e com diferentes implicações”. De acordo com o autor, pode-se distinguir três tratamentos distintos do conceito de incerteza:

- a) um primeiro mais associado ao risco, relacionado à variância de uma dada distribuição de probabilidades;
- b) um mais abrangente, utilizado por North (1994), para quem incerteza corresponde efetivamente ao desconhecimento dos possíveis eventos futuros;
- c) o terceiro enfatiza que há incerteza quanto ao reconhecimento das informações relevantes ao contrato, ou, quando a informação é incompleta e assimétrica.

Em ambientes de incertezas, “[...] as instituições atribuem sentido à realidade, satisfazendo o desenvolvimento posterior de ideologias e dogmas sociais que passam a reger parte das relações sociais” (CARVALHO, 2004, p. 7). Advém disso que, conforme assinalado por Azevedo (1997), tanto o tratamento da incerteza enquanto desconhecimento ou quando enfatiza a assimetria de informação, o papel que a dimensão ‘incerteza’ representa é o de revelar os limites da racionalidade, conseqüentemente, evidenciar a incompletude dos contratos. Diante disso, trata-se de um aspecto profundamente relacionado ao pressuposto comportamental de racionalidade limitada (AZEVEDO, 1997).

A despeito da racionalidade, North (2009, p. 3) destaca que “[...] a premissa usual de racionalidade, aplicada à economia e a outras ciências sociais, mostra-se insuficiente para entendermos as escolhas que fazemos em situações que são fundamentais para o processo de mudança”. Deste modo, a NEI assume duas hipóteses comportamentais dos agentes econômicos, ambas analisadas por Williamson (1985). Uma capacidade cognitiva semi forte (racionalidade limitada) e um pressuposto motivacional forte (oportunismo) (WILLIAMSON, 1985).

Enquanto Simon estava preocupado em analisar a psicologia humana e o comportamento individual, os autores da NEI acrescentam aos seus estudos o comportamento da firma, descrevendo as decisões comportamentais (FERNANDES, 2010). Na acepção de Williamson (1985), distinguem-se, convenientemente, três níveis de racionalidade: a forma forte, considerada maximizadora; a forma semiforte, ou racionalidade limitada; e a racionalidade orgânica. No Quadro 2 a seguir, apresenta-se a sumarização das racionalidades analisadas pelo autor.

Quadro 2 - Tipos e características de racionalidades apresentadas por Williamson (1985)

Racionalidade Forte ou maximização	Perspectiva da economia neoclássica, onde os agentes são dotados de racionalidade plena, capazes de processar todas as informações disponíveis.
Racionalidade Limitada	Forma de racionalidade semiforte adotada pela economia dos custos de transação, reconhece que a capacidade cognitiva dos agentes é limitada por fatores diversos.
Racionalidade Orgânica	Os agentes possuem uma baixa capacidade cognitiva, o que gera maior risco de problemas contratuais e custos <i>ex post</i> .

Fonte: Adaptado de Williamson (1985).

No entendimento de Williamson (1985), em consonância com o de Simon, a racionalidade limitada está condicionada pelos limites neurofisiológicos e pela linguagem. Associados ao primeiro estão às restrições de conhecimento, de experiência, de julgamento, de previsão, de habilidade, de tempo, dentre outros fatores; enquanto os limites de linguagem expressam-se na incapacidade de transmitir integralmente os sentimentos mediante números, gráficos, palavras etc., dificultando o entendimento da mensagem (SANTOS, 2007, p. 8).

2.4 A RACIONALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONEXÃO ENTRE MÚLTIPLAS DIMENSÕES

No intuito de situar o tema desta dissertação no contexto acadêmico, nesta subseção tratar-se-á, do ponto de vista teórico, a relação entre racionalidade e agricultura familiar. Dessa forma, a seguir será feita breve discussão sobre as principais características e particularidades da agricultura familiar⁶ e suas conexões com os aspectos da racionalidade.

O conceito de agricultura familiar adotado nesta dissertação está pautado, principalmente, nas análises de Lamarche (1993), Wanderley (1999), Schneider (2006) e Schneider e Niederle (2008)⁷. Na concepção de Lamarche (1993, p. 15) a agricultura familiar “[...] corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão

⁶ O debate sobre a origem e função da agricultura familiar no âmbito do desenvolvimento da agricultura brasileira é tema polêmico (LIMA et al., 2001). No Brasil, o termo ‘agricultura familiar’, tem sido mais comumente incorporado como uma categoria de ação política, ou seja, como segmento específico de agricultores contrapostos aos agricultores patronais (NEVES, 2006). Não obstante, o uso do termo agricultura familiar abrange uma enorme diversidade que sua diferenciação não é tarefa fácil, podendo, em determinados contextos, qualificar “[...] um segmento específico que, por imprecisão, vai se distinguir de categorias socioeconômicas e de categorias qualificadoras de modos de vida” (NEVES, 2007, p. 17). Assim posto, “[...] a coexistência de diversos modelos de funcionamento demonstra que a exploração familiar não pode ser definida em um modo de produção específico” (LAMARCHE, 1993, p. 20). Tendo isso em conta, não se pretende retomar tal debate neste trabalho.

⁷ Acredita-se que as concepções desses autores sejam capazes de abarcar as formas sociais encontradas no universo empírico desta pesquisa. Na seção 3.1 do capítulo 3 (Percurso metodológico) são apresentados elementos que auxiliam no entendimento da escolha dessas definições, bem como a interligação desses com os demais conceitos apresentados neste capítulo.

intimamente ligados à família”. O fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho têm consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1999). Neste sentido, para Lamarche (1993), a análise dessa categoria de agricultores deve centrar-se em dois níveis:

- a) no modelo de funcionamento e;
- b) em uma classe social no interior desse modelo.

Em consequência desses níveis, argumenta Lamarche (1993), é que a análise da agricultura familiar deve considerar o patrimônio sociocultural que cada agricultor e sua família dispõem e as escolhas políticas que lhes dizem respeito, efetuadas pela sociedade global. A respeito disto, o autor acrescenta que:

O funcionamento da exploração familiar deve ser analisado dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir. Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro. (LAMARCHE, 1993, p. 19).

Avançando na discussão deste autor, é necessário considerar os diferentes níveis de realidade, ou seja, “[...] a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio. Do valor atribuído a cada um desses elementos dependerão suas características, suas exigências e seu futuro” (LAMARCHE, 1993, p. 22). Assim, do ponto de vista do autor, na explicação da diversidade da agricultura familiar, as situações e ritmos de evolução são elementos secundários, uma vez que “[...] a exploração familiar transforma-se, evolui, adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive” (LAMARCHE, 1993, p. 19).

Wanderley (1999) em seus estudos utiliza um conceito de agricultura familiar similar ao de Lamarche, onde a autora identifica no trabalho-propriedade-família o tripé no qual está alicerçada a lógica dessa categoria de agricultores. No entanto, o agricultor familiar representa a continuidade das formas anteriores, sendo um agricultor que se adaptou às novas exigências do mercado e tem como herança a tradição camponesa (WANDERLEY, 1999). No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1999).

Corroborando com os dois autores citados anteriormente, Schneider e Niederle (2008) também trataram a agricultura familiar como sendo aquelas unidades onde o sistema produtivo, em geral, “[...] se assenta no trabalho da terra, realizado por uma família, e na produção primária, destinada prioritariamente à satisfação das necessidades internas da propriedade e do grupo doméstico” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 990). Para Schneider (2010b), a organização do trabalho e da produção e as atividades agrícolas quase sempre coexistem e se complementam com outras atividades não agrícolas, tornando as unidades pluriativas⁸. Em razão disso, muitas características originais desses agricultores é comprometida, uma vez que o sistema produtivo passa a ser submetido a um conjunto variado de pressões sociais e econômicas externas. “Essas mudanças na forma de produção também afetam aspectos da cultura e da sociabilidade, o que acaba transformando e metamorfoseando o próprio modo de vida” (SCHNEIDER, 2010b, p. 112).

Outra característica peculiar da agricultura familiar, responsável por conferir a eles identidade social, é o fato de que constituem um contingente social que possui acesso precário, parcial ou insuficiente aos meios de produção, tais como terra e capital produtivo, bem como informações e canais de escoamento da produção excedente limitados (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 994). Conforme apontado por Schneider (2006, p. 4), para a discussão teórica sobre a agricultura familiar, é necessário situar o debate “mais amplo sobre a persistência das formas familiares de trabalho e de produção no interior do capitalismo”. Isso leva o autor a afirmar que:

O modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições heterogêneas e muito particulares. É bem verdade que em alguns casos históricos, as formas sociais identificadas com o trabalho familiar acabaram sucumbindo e foram absorvidas pelo próprio capitalismo. Em outros contextos, entretanto, a presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pôde desenvolver relações estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes como é o caso, só para dar um exemplo, da integração dos agricultores familiares às empresas agroindustriais que operam no regime de integração. Em várias situações e contextos as unidades familiares subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições. A sua permanência ao longo do tempo não é estática e vai depender de sua relação com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, em um certo espaço e contexto histórico. (SCHNEIDER, 2006, p. 4).

⁸ A pluriatividade refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p. 100-101).

Desta forma, em decorrência do processo de mercantilização crescente da vida social e econômica, ocorre uma acentuada interação e integração das famílias aos mercados, resultando, conseqüentemente, numa considerável perda de autonomia. Tal perda ocorre uma vez que os agricultores familiares passam a depender da compra de insumos e tecnologias para produzir, além da necessidade de comercializar a produção e assim conseguir recurso para reiniciar o ciclo (SCHNEIDER, 2010b). Por conseguinte, na análise deste autor, isso faz com que as estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias as tornem mais subordinadas e dependentes do exterior, tanto dos mercados de produtos quanto em termos de valores e cultura (SCHNEIDER, 2010b).

No ponto de vista de Schneider (2010a), os efeitos dos processos de mercantilização das relações sociais de trabalho e produção também tendem a afetar o ambiente social e econômico, ou seja, o território e a comunidade em que estão inseridas as unidades familiares. Em virtude disso, quanto maior for o grau de mercantilização em um determinado território, maior será a pressão para que o conjunto das relações sociais ali existentes seja reproduzido nos mesmos moldes de ordenamento e funcionamento (SCHNEIDER, 2010a).

O fato de uma família ser responsável pelo planejamento, organização e execução técnica da produção e, sobretudo, do gerenciamento e destino dos resultados, é que reside a especificidade da exploração familiar, seja ela agrícola ou não (CARNEIRO, 2008). No que se refere à dinâmica de reprodução da agricultura familiar, Carneiro (2008, p. 156) ressalta que “[...] é fundamental que se direcione o olhar também para os indivíduos e os valores que orientam as suas ações e projetos dentro e fora da família”.

Dessa forma, elementos de ordem cultural ou mesmo subjetiva interferem diretamente na trajetória econômica dessas unidades produtivas (CARNEIRO, 2008). No tocante a esta questão Aguiar et al. (2011, p. 15) colaboram afirmando que na análise das percepções dos sujeitos na agricultura familiar, “deve-se observar não apenas as condições objetivas, mas especialmente aquelas subjetivas de existência, como as condições socioculturais, valores e expectativas inerentes às suas identidades culturais individuais e coletivas”. Neste sentido, os estudos sobre racionalidade alinham-se com essa perspectiva, conforme será apresentado a seguir.

2.4.1 Processo de decisão e racionalidade na agricultura familiar

São escassos no Brasil estudos que objetivam avaliar os fatores que influenciam a tomada de decisão de agricultores (DUTRA; MACHADO; RATHMANN, 2008).

Considerando que os agricultores familiares fazem parte de um setor da economia, a agricultura, é comum que a maioria dos estudos esteja voltada para a dinâmica de produção, contemplando os fatores econômicos, tais como: a área plantada, a mão de obra, os mercados e a ação de tecnologias sobre esses fatores (CARNEIRO, 2008). Para a referida autora, mormente, “[...] nessas análises, o adjetivo ‘familiar’ só é acionado para caracterizar a equipe de trabalho” (CARNEIRO, 2008, p. 153).

Partindo-se do pressuposto de que as decisões sejam tomadas pelo grupo familiar, diante de suas condições materiais, ambientais, sociais e econômicas, esses mesmos fatores são essenciais na definição das estratégias e trajetórias para a reprodução das famílias (SCHNEIDER, 2006). Para o autor, mesmo as famílias estando submetidas a condicionantes externos (monopólio de preços, mercado e crédito limitado, etc.), é pelo fato da base da força de trabalho ser familiar que permite que determinadas decisões sejam possíveis.

Desta forma, as decisões tomadas pelos agricultores são responsáveis pelo funcionamento das unidades de produção familiares. Os agricultores são induzidos a tomar e implementar tais decisões em níveis e escalas de tempo diferentes, o que as torna estratégicas, tanto em relação ao processo produtivo (decisões de investimento e utilização de recursos), quanto decisões operacionais elementares, essas relacionadas às atividades do cotidiano (LIMA et al., 2001).

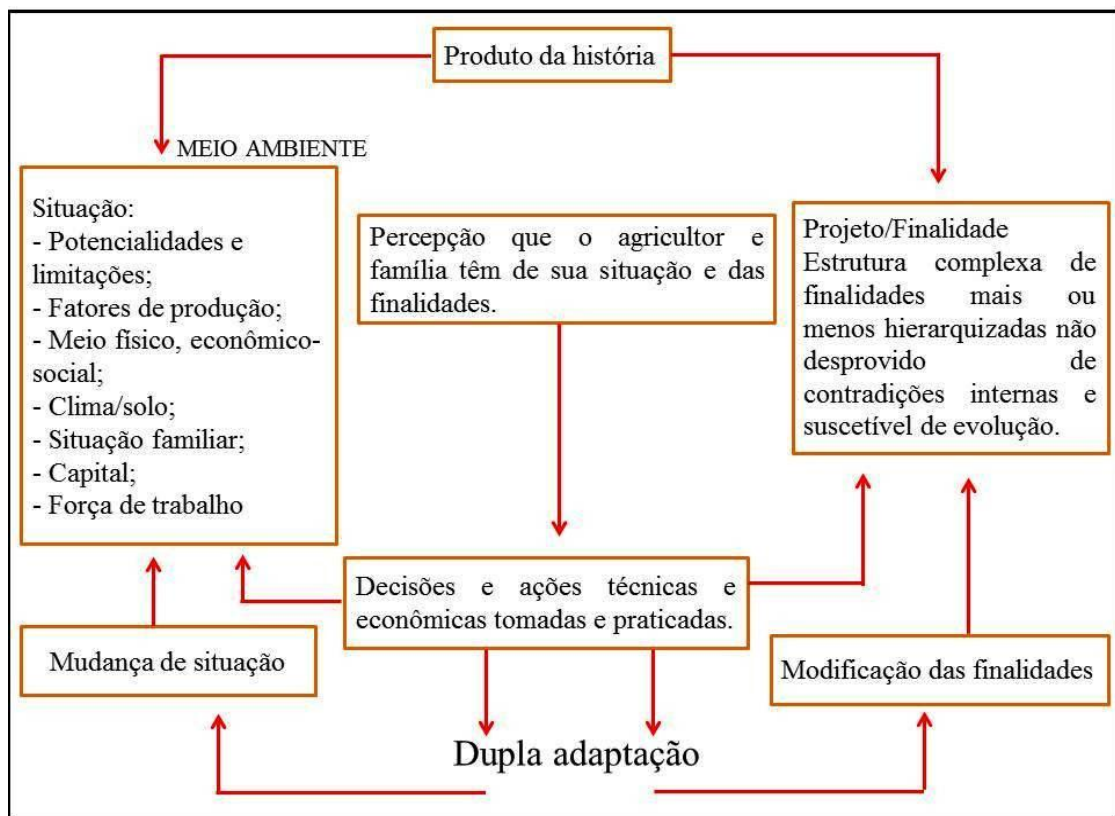
Assim, as decisões têm consequências técnicas e econômicas, de curto, médio e longo prazo, uma vez que, em grande medida, determinam os resultados econômicos e físicos. Conseqüentemente, tanto as decisões operacionais quanto as estratégicas condicionam o êxito do projeto global da unidade de produção familiar (LIMA et al., 2001).

Então, pode-se dizer que o processo de decisão e ação dos agricultores, implica uma permanente confrontação entre os objetivos da família e um conjunto de limitações bioclimáticas, ligadas ao sistema de produção e ao meio socioeconômico. Neste sentido, destacam-se decisões de duas variáveis: os objetivos do agente e as possibilidades de realização (LIMA et al., 2001). Estes autores acrescentam ainda que:

Essa coerência e racionalidade é particularmente contingente e situacional e não se refere à racionalidade do sistema econômico, tampouco ao julgamento que um observador exterior ou o próprio agente porventura venha fazer de suas decisões e ações “a posteriori”. Em certos casos, uma decisão pode ser contrária a um objetivo, mas coerente com outro. Isso implica que houve uma arbitragem entre os dois objetivos. Há situações em que a escolha é feita com pouco conhecimento de causa; mesmo assim, trata-se de um “a posteriori” e não de um “a priori”. (LIMA et al. 2001, p. 66-67).

Enfim, as decisões e ações dos agricultores familiares relativas à direção de suas unidades de produção são coerentes e racionais (LIMA et al., 2001). No Quadro 3, pode-se observar o postulado de racionalidade do processo de decisão e ação em unidades de produção familiares, evidenciando a interligação da situação, do projeto e objetivos dos agricultores familiares (BROSSIER⁹, 1973 *apud* LIMA et al., 2001).

Quadro 3 - Modelo do comportamento adaptativo de unidades de produção familiares



Fonte: Brossier et al. (1973) *apud* Lima et al. (2001, p. 67).

Através do esquema apresentado no Quadro 3, percebe-se que o comportamento dos agricultores familiares é resultante do produto da história, o qual é condicionado por dois fatores elementares. Um deles é o projeto ou finalidade, o qual é constituído por vários objetivos, sendo o projeto e os objetivos os responsáveis por guiarem as decisões dos agricultores. Deste modo, as decisões tomadas são reveladoras de seus objetivos implícitos ou explícitos. Lima et al., (2001, p. 69), desenvolvem a ideia de que “[...] as ações fazem parte dos subsistemas de operações ou de informações (ações de controle) e as decisões fazem parte do sistema gerencial no interior do subsistema de decisões”. Para o mesmo autor, os objetivos

⁹ BROSSIER, J. **Um essai de liaison entre recherche, la formation et l'action** – partir des décisions économiques des agriculteurs. *Annales de Economie et de Sociologie Rurales*, Paris, v. 2, n. 2, p. 111-9, 1973.

podem ser de dois tipos: os determinados pelo grupo familiar e aqueles fixados pelos atores que conduzem o subsistema.

A situação corresponde a um conjunto de fatores que intervêm sobre as possibilidades de ação do agricultor. “Percebida no presente, ela é resultante da evolução passada da unidade de produção e do tipo de inserção e relação que o agricultor estabelece com o seu meio ambiente, com sua família e a própria unidade de produção” (LIMA et al. 2001, p. 68).

Em suma, o que determina a situação em que se encontra o agricultor são os objetivos e o projeto estabelecido. Embora o projeto seja determinado pela preferência e sistema de valores do agricultor, é dependente sobretudo da situação. Ela é determinante básica na escolha da estratégia e, por conseguinte, na escolha dos objetivos. Como apontam Lima et al. (2001, p. 70), “[...] com efeito, há uma dupla adaptação entre a situação e objetivo. A situação depende dos objetivos do agricultor e os objetivos dependem da situação”.

Schneider (2003) faz uma observação a respeito do termo estratégia. Segundo o autor, o termo refere-se ao elo entre as unidades familiares e o ambiente externo e, também a ligação no sentido de superação da dicotomia entre a relação da estrutura/agente ou processos micro *versus* macro. Contudo, ressalta o autor, as estratégias são condicionadas por fatores sociais, culturais e espaciais. Neste contexto, as decisões e motivações se materializam através das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre os indivíduos.

2.4.2 Algumas contribuições de estudos sobre racionalidade e agricultura familiar

A partir do início da década de 1990, motivados principalmente por movimentos sociais, estudos sobre o lugar das unidades familiares de produção dentro da agricultura, contribuíram para que este tema fosse discutido pela sociedade como um todo. A contribuição de trabalhos acadêmicos também foi imprescindível neste processo de “[...] compreensão do lugar da agricultura familiar no contexto das sociedades modernas” (WANDERLEY, 2009, p. 46).

Atualmente, estudos sobre unidades familiares de produção ligadas ao cultivo do tabaco estão aumentando (ETGES, 1989; VOGT, 1997; PRIEB, 2005; SILVEIRA, 2007; KARNOPP, 2003), para citar alguns realizados no VRP. Com intuito de explanar a multiplicidade das formas de análise do setor produtivo do tabaco e da agricultura familiar, a seguir serão apresentados estudos acadêmicos que tratam do cultivo de tabaco e uma pesquisa não acadêmica que discute a racionalidade e a motivação de agricultores familiares.

Dentre os estudos não acadêmicos, destaca-se o trabalho realizado por Gasson (1973), onde a autora estudou o comportamento e motivação de agricultores da Inglaterra, chamando atenção para suas condições sociais. Na perspectiva de Gasson (1973), a teoria econômica é satisfatória intelectualmente para explicar o comportamento de agricultores, mas não é convincente. Pois, para muitos agricultores, seu objetivo não é a maximização dos lucros, suas motivações passam por um conjunto de valores onde esses são organizados em um sistema hierárquico de importância formado a partir de aspectos socioculturais e subjetivos dos agricultores.

A despeito dos valores, Gasson (1973, p. 524), acrescenta que “[...] são uma propriedade mais permanente do indivíduo, menos susceptíveis de mudança com o tempo e as circunstâncias”. O valor configura uma concepção, segundo a autora, são fins em si mesmos. Eles funcionam como padrões que influenciam a escolha entre as alternativas disponíveis, os meios e os fins de uma ação. Ainda na análise desta autora, em oposição aos objetivos mais concretos ou necessidades, os valores são permanentes.

Deste modo, a autora identificou quatro categorias de valores responsáveis pelas motivações dos agricultores analisados, são elas (GASSON, 1973):

- a) motivação instrumental – quando as ações dos agentes são orientadas na busca de rendimento máximo ou satisfatório, preocupação com guardar rendimentos para segurança no futuro, ampliação dos negócios, melhorar as condições de trabalho;
- b) motivação social – esta orientação dos agentes prevê que os mesmos são estimulados por um sentimento de pertencimento a uma categoria (agricultor), reconhecimento social por darem continuidade à tradição familiar, possibilidade de trabalhar com outros membros da família e manter boas relações;
- c) motivação expressiva – para esses agricultores, a agricultura é forma de auto expressão, promulgam orgulho e auto respeito pela propriedade rural, que oferece a chance de serem criativos, de desenvolver aptidões especiais, atender a um desafio em busca de uma realização pessoal;
- d) motivação intrínseca – relacionada ao contentamento pelas tarefas inerentes à atividade agrícola, que podem ser realizadas ao ar livre, em meio à natureza, sendo identificadas com uma vida saudável, desfrutando de maior liberdade para organizar e executar as tarefas.

Na amostra pesquisada por Gasson (1973), a autora chegou à conclusão de que as orientações dos agricultores variaram entre pequenos e grandes agricultores. Assim, os grandes agricultores eram orientados por motivações de ordem econômica, já os pequenos agricultores, os aspectos sociais das atividades rurais foram mais latentes.

Nos últimos anos, tem sido frequente o uso da base conceitual da NEI nas pesquisas sobre o setor do tabaco. Diversos trabalhos acadêmicos utilizaram-se do arcabouço teórico do institucionalismo para referendar suas análises. Em seu estudo Silva (2002) realizou uma análise da organização das estruturas das relações contratuais e de governança do complexo fumageiro no Estado do Rio Grande do Sul, fundamentado na economia dos custos de transação, uma vertente do referencial teórico da NEI¹⁰.

Esse autor constatou que quatro fatores principais foram os responsáveis em transformar a região Sul do país no pólo produtor do tabaco. Os fatores são:

- a) visão de mercado, ao investir no cultivo de fumos claros (Chinês, Amarelinho e Virgínia);
- b) a estrutura fundiária baseada no minifúndio adotada por imigrantes alemães, com uso eminentemente de mão de obra familiar;
- c) instalação no município de Santa Cruz do Sul, em 1917, da British American Tobacco (BAT), representada pela Souza Cruz, empresa responsável pela implantação do SIPT;
- d) matriz institucional de incentivo promovida pelo Estado.

Em relação ao comportamento dos agentes, Silva (2002) concluiu que, os agricultores, ao cumprirem o contrato economizam sua racionalidade limitada, objetivando adquirir ou manter uma boa reputação frente à empresa integradora, o que é importante para a frequência da relação. Deste modo, os agricultores também demonstraram pouca inclinação a ações oportunistas. Tais ações ocorrem quando os mesmos vendem o fumo a terceiros, que não as empresas a qual estão integrados, porém, essa atitude representa mais perdas do que ganhos, em virtude de que ela pode significar o rompimento da relação com a empresa.

Por parte das empresas, constata Silva (2002), ocorre uma assimetria de informações que acarreta superioridade nas negociações às empresas, em relação aos agricultores. Pelo

¹⁰ Em seu estudo, o autor efetuou uma análise histórica, desde a origem da planta tabaco, até as relações das instituições e das trocas entre os agentes envolvidos no complexo agroindustrial do tabaco, bem como sua evolução no tempo.

fato das relações contratuais entre empresas e agricultores gozarem de certa estabilidade, somadas às condições políticas e incentivos governamentais, fazem com que seja difícil de identificar a racionalidade limitada dos empresários das agroindústrias. Já as ações oportunistas das empresas ocorrem no momento da classificação da matéria-prima, dependendo das circunstâncias do mercado e do câmbio elas podem baixar ou diminuir a classe das folhas, isso pode resultar em menor ou maior retorno para as partes. Consequentemente, isso acaba repercutindo no grau de confiança entre os agentes.

Outro trabalho acadêmico a utilizar o arcabouço teórico da NEI para analisar a produção de tabaco foi o desenvolvido por Rudnicki (2012). Este estudo teve como objetivo analisar as relações de confiança nas instituições integrantes do sistema integrado de produção de tabaco.

A autora parte da hipótese de que os técnicos responsáveis pela assistência técnica aos agricultores são primordiais na manutenção do SIPT, assim, através da existência ou do estabelecimento de relações de proximidade, influenciam na confiança dos agricultores. Em vista disso, a ligação entre as organizações e os agricultores estaria alicerçada nas relações de amizade e confiança entre técnicos e agricultores, dando continuidade aos contratos formais e informais, agindo também como mecanismo de controle do oportunismo dos agricultores.

A autora, assim como Silva (2002), também utilizou as contribuições da Economia dos Custos de Transação, porém, através dos conceitos de *performance* econômica, instituições e custos de transação. Com base nesses conceitos, Rudnicki (2012) discute as circunstâncias em que são construídas as relações entre as empresas e os agricultores e quais os elementos do ambiente institucional influenciam as relações entre os agentes. Para tanto, diagnosticou a situação econômica, sociodemográfica e as características dos agricultores, na tentativa de identificar a influência destes fatores nas relações de confiança nas instituições envolvidas na produção de tabaco. As instituições elencadas pela autora foram: orientador, igreja, universidade, EMATER, AFUBRA, empresa e cooperativa.

A autora constatou que, dentre as instituições analisadas, a igreja, a universidade e o orientador são as que apresentam os maiores índices de confiança por parte dos agricultores, em todas as regiões pesquisadas. Ademais, as relações informais são as mais valorizadas e respeitadas pelos agricultores, constituindo as mais próximas e importantes nas relações sociais. A confiança na empresa é a mais baixa, ficando inclusive, atrás da cooperativa, que geralmente, não faz parte do contexto do produtor de tabaco. A confiança na cooperativa depende das experiências que os agricultores tiveram com associativismo e cooperativismo as quais ainda são incipientes nas regiões de cultivo do tabaco, segundo a autora.

Dados encontrados na pesquisa de Rudnicki (2012), ressaltam que as principais motivações apontadas pelos agricultores que influenciam na decisão do cultivo do tabaco são: a 'renda', a 'tradição e família' e 'amigos e vizinhos', seguindo esta ordem de importância. Conclui a autora que, a confiança, além de ser um instrumento de controle do oportunismo e de diminuição dos custos de transação, é um processo que está associado a questões subjetivas e depende de fatores como a tradição e as relações de proximidade estabelecidas pelos agricultores.

Em sua tese de doutorado, Payes (1993) estudou o processo de diferenciação no interior da produção familiar integrada às agroindústrias de fumo. O esforço do autor esteve voltado para a tentativa de identificar os motivos e interesses dos agricultores pela integração, os determinantes e as características da desigualdade patrimonial e as consequências dessa desigualdade na unidade produtiva.

Neste estudo, o autor demonstrou que o principal fator considerado pelos empresários familiares para sua integração às agroindústrias na região do estudo (Sul do estado do Paraná) foi avaliar que o fumo, levando em conta a pouca terra disponível e a incerteza, apresentava as melhores expectativas de retorno financeiro em relação a outros cultivos tradicionais da região (feijão, milho, batata inglesa, etc.). Os agricultores integrados obtiveram acesso ao crédito e a inovações tecnológicas (estufa, maquinários e insumos), além de uma maior valorização patrimonial.

As principais conclusões de Payes (1993) foram que a integração não constitui modalidade de exploração formal do trabalho ao capital, mas uma forma de viabilização da melhoria de renda, bem-estar familiar e, em alguns casos, até enriquecimento de agricultores; o patamar mínimo de produção explica adequadamente a desigualdade patrimonial entre os produtores familiares; a desconcentração patrimonial é um processo paralelo à evolução das famílias que enriquecem e viabiliza o nascimento de novas empresas familiares; as decisões de investimento revelam uma certa lógica ou racionalidade econômica ao tentar tanto a valorização patrimonial quanto a melhoria do consumo familiar. Ressalta o autor que os agricultores avaliam as expectativas de lucro de atividades produtivas alternativas sob três pontos de vista:

- a) sob o ponto de vista dos recursos disponíveis;
- b) sob o prisma da incerteza do lucro;
- c) sob o ângulo das expectativas de trabalho. Contudo, consideram também, além do lucro, o risco de quebra.

Finalizando, nota-se que diferentes propostas de pesquisas são importantes para auxiliar na compreensão da categoria de agricultores familiares. Os estudos apresentados aqui demonstram a diversidade de possibilidades de análise.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

As ciências sociais dispõem de grande variedade de métodos, que são determinados pelo tipo de objeto a investigar, dos recursos materiais disponíveis, do nível de abrangência do estudo, pela classe de proposições a descobrir e, sobretudo, da inspiração filosófica do pesquisador (GIL, 2010). Estabelecer uma metodologia adequada é essencial em qualquer pesquisa.

Para Deslandes (2011, p. 14) “a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”. Logo, neste capítulo visa-se a apresentar o percurso metodológico escolhido para a pesquisa, a definição da amostra, os instrumentos de coleta de dados, a área de estudo e as formas de análise dos dados da pesquisa.

3.1 ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A construção desta dissertação é fundamentada em pesquisa empírica de cunho qualitativo e quantitativo. Para Silveira e Córdova (2009, p. 32) a pesquisa qualitativa preocupa-se “[...] com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Ao passo que, de acordo com as autoras, a pesquisa quantitativa “[...] enfatiza as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 33).

Para o aprofundamento das questões levantadas na problemática deste estudo, aborda-se a racionalidade de agricultores familiares. Tomando-se por referência o conceito de racionalidade limitada, analisa-se como essa racionalidade revela-se na opção dos agricultores em produzir ou deixar de produzir tabaco. Sendo assim, nesta dissertação, o conceito de racionalidade limitada foi utilizado com intuito de captar e compreender que elementos internos e externos influenciam os agricultores na interpretação dos fatores que sustentam suas opções.

O foco central do estudo é a racionalidade que orienta as opções dos agricultores. No entanto, é importante lembrar que a questão da decisão perpassa o trabalho como pano de fundo. Ressalta-se que Simon (1965, p. xxxiv), afirma que “[...] a decisão constitui uma unidade de análise demasiado ampla e deve ser decomposta, portanto, em suas premissas componentes”. Em seus estudos, ao invés de considerar as decisões como unidades básicas

indecomponíveis, esse autor concebia o processo de escolha dos seres humanos como o resultado de conclusões derivadas de premissas. Deste modo, a premissa substitui a decisão (que é formada por grande número de premissas) como a menor unidade de análise (SIMON, 1965).

Sendo a decisão fruto da racionalidade, é necessário compreender as premissas que sustentam as opções dos agricultores, ou seja, demonstrar os elementos e as motivações fundamentais que orientam suas escolhas no momento de discernir entre produzir ou deixar de produzir tabaco. Analisar a decisão dos agricultores, considerando sua opção em relação a tal prática produtiva, é estudar suas preocupações com os rumos de suas vidas, com as possibilidades de moldar ou exercer controle sobre seu destino, analisando os aspectos lógicos, psicológicos, estruturais, culturais, sociais, econômicos e ambientais envolvidos naquela atividade.

Apesar da racionalidade preceder a tomada de decisão, a análise da tomada de decisão pode mostrar indicadores para auxiliar na apreciação da racionalidade. Portanto, do ponto de vista metodológico, torna-se importante a análise do processo de tomada de decisão dos agricultores referente à sua prática produtiva, para, a partir dele, chegar-se às premissas que compõem sua racionalidade.

Contudo, como a proposta desta pesquisa recai sobre a racionalidade dos agricultores, emprega-se como aporte teórico a abordagem da ‘racionalidade limitada’ preconizada por Herbert Simon. Adota-se esse termo com a prerrogativa dos limites da cognição humana e da concepção do homem administrativo. Entende-se que tal abordagem teórica apresenta instrumentos que podem servir de base para explicar o processo de escolha e identificar as variáveis mobilizadas pelos agricultores para buscar e sistematizar informações, desenvolver, elencar e avaliar as alternativas disponíveis.

Tendo em vista esta orientação, a noção de racionalidade foi utilizada no sentido de identificar o conjunto de procedimentos mobilizados para as escolhas dos agricultores. Assim, partindo-se da concepção de que produzir ou deixar de produzir tabaco depende da satisfação dos agricultores com o cultivo, de suas visões de mundo, seus traços subjetivos, suas particularidades e o que o cultivo dessa planta representa em suas vidas, tais opções são balizadas pela racionalidade limitada. Desta forma, para a análise da motivação, da complexidade e magnitude das experiências dos agricultores familiares, optou-se por separá-los de acordo com suas vinculações à cultura do tabaco.

Para facilitar a análise e exposição dos dados dos agricultores, foi conveniente classificá-los em dois grupos: produtores e ex-produtores de tabaco. Posteriormente, os

agricultores foram classificados em quatro categorias, segundo as atividades produtivas geradoras de renda. Assim, dentro do grupo de produtores de tabaco, criou-se as categorias de agricultores ‘especializados’ e ‘diversificados’, dentro do grupo de ex-produtores de tabaco, as categorias ‘abandonaram’ e ‘substituíram’. O principal intuito desta categorização é atender aos objetivos propostos, uma tentativa de captar aspectos importantes relacionados à racionalidade por trás das opções de cada estrato. O Quadro 4 apresenta as categorias e suas características.

Quadro 4 – Esquema das categorias de agricultores entrevistados no VRP (2013), em relação às suas vinculações com o cultivo do tabaco

PRODUTORES DE TABACO	ESPECIALIZADOS	Agricultores cujo tabaco é a única espécie cultivada com fim comercial.
	DIVERSIFICADOS	Agricultores que cultivam tabaco e outras espécies destinadas à comercialização.
EX-PRODUTORES DE TABACO	ABANDONARAM	Agricultores que cultivaram tabaco, mas abandonaram o cultivo.
	SUBSTITUÍRAM ¹¹	Agricultores que cultivaram tabaco e substituíram essa atividade agrícola por outra.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa de campo (2013).

Em relação aos agricultores produtores de tabaco é necessária uma observação sobre as categorias ‘especializados’ e ‘diversificados’. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2006), um estabelecimento é considerado especializado se o valor da produção do principal produto agrícola ultrapassar 66% do valor total de produção do estabelecimento. Como esta pesquisa não contemplou análises de dados econômicos dos entrevistados, o critério adotado para definir um agricultor especializado foi produzir somente tabaco para comercialização.

Em relação ao grupo de agricultores diversificados, dentro da perspectiva da diversificação agrícola, uma propriedade que cultive milho, mandioca, crie vacas de leite e suínos, por exemplo, é considerada uma propriedade diversificada. Tendo em vista que todas as famílias entrevistadas afirmam cultivar diversos alimentos para o autoconsumo, todos podem ser considerados agricultores diversificados.

Porém, o fator determinante para a diferenciação entre agricultores diversificados ou não diversificados, foi outra atividade de produção voltada à comercialização. Assim posto,

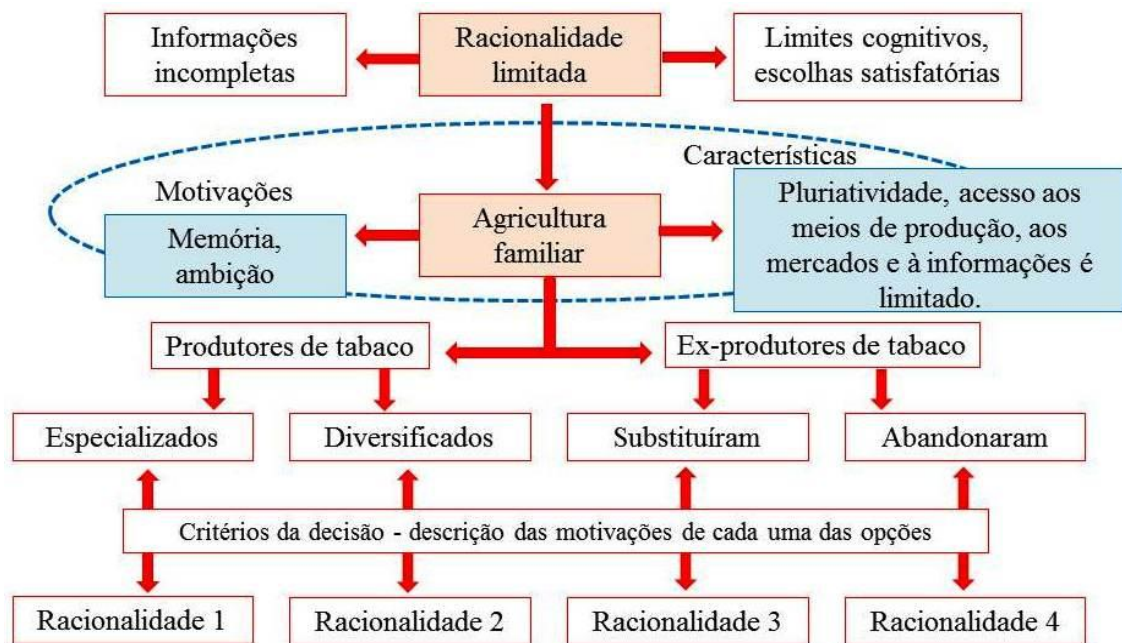
¹¹ No capítulo 5, onde apresenta-se os resultados e discussões, pode-se visualizar as atividades produtivas dos agricultores que substituíram o cultivo do tabaco

neste trabalho, considera-se agricultor diversificado como sendo aquele que desenvolve duas ou mais atividades agrícolas ou pecuárias em sua propriedade rural. Porém, que essas atividades resultem produtos destinados ao mercado e que lhes possibilite alternativa de renda extra, além da obtida com o cultivo principal desenvolvido em suas propriedades.

Uma ressalva é feita em relação à categoria de agricultores que ‘abandonaram’ o cultivo de tabaco. Esta categoria contempla, na totalidade dos casos analisados, agricultores que estão aposentados. Ou seja, agricultores que deixaram de plantar tabaco por que se aposentaram e sua aposentadoria passou a ser sua fonte de renda. A categoria de agricultores que ‘substituíram’ a produção de tabaco é composta por famílias que decidiram adotar outra cultura como atividade agrícola em suas propriedades em substituição ao tabaco.

A partir desta categorização e tomando por base o referencial teórico apresentado no capítulo 2, criou-se um esquema do método de análise da racionalidade dos agricultores. Para tanto, o modelo proposto (Figura 6), foi inspirado nos modelos desenvolvidos por Simon (1965) e Meireles e Sanches (2009) e sumariza a interligação dos conceitos e abordagens utilizadas com as categorias de agricultores criadas para análise da racionalidade dos agricultores familiares produtores de tabaco do VRP.

Figura 6 - Relação entre os conceitos utilizados e as categorias de agricultores familiares produtores de tabaco



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa de campo (2013).

3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

A unidade de análise deste trabalho são agricultores familiares cuja trajetória de vida tem relação com a produção de tabaco. Estimativas do ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO (2012) apontam que o número de agricultores que cultivam tabaco no estado do Rio Grande do Sul seja de aproximadamente 85.560 famílias. Na microrregião do Vale do Rio Pardo, onde o estudo foi realizado, estima-se que haja 28.122 famílias produtoras de tabaco, de acordo com dados publicados pela Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (AMVRP, 2012). Em vista disso, considerando o número de famílias e os prazos para o cumprimento das atividades, teve-se a preocupação de que a amostra fosse expressiva para ser representativa, porém, que não impossibilitasse o trabalho de coleta de dados em campo.

A amostragem da pesquisa caracteriza-se como do tipo **intencional** estratificada não proporcional. Para Gil (2010, p. 90), uma amostra consiste em um “[...] subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. Essa técnica consiste em dividir a população em subgrupos, denominados estratos. O autor afirma ainda que a amostragem estratificada não proporcional caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada, porém, “[...] a extensão das amostras dos vários estratos não é proporcional à extensão desses estratos em relação ao universo” (GIL, 2010, p. 93).

Sendo assim, foram efetuadas 63 entrevistas, com agricultores de sete municípios do Vale do Rio Pardo. Conforme apresentado anteriormente, a população objeto da pesquisa é composta por quatro categorias de agricultores familiares que têm ou tiveram alguma relação com o cultivo de tabaco.

Na Tabela 3 a seguir, pode-se observar os municípios contemplados na pesquisa, o número de entrevistas por município, bem como a quantidade de entrevistas por estrato. Na seção 4.3 apresentam-se maiores esclarecimentos sobre a opção por esses municípios.

Os agricultores analisados nos sete municípios abrangeram diversas localidades. No município de Santa Cruz do Sul todas as famílias entrevistadas são residentes da localidade de Alto Paredão. Em Venâncio Aires as localidades visitadas foram Linha Travessa, Linha Duvidosa, Linha Saraiva, Picada Revolver, Linha Hancel, 9º Distrito, Linha Bem Feita, Campo Grande, Linha Rincão de Souza, Picada Mariante, Vila Arlindo e Picada Nova. Em Sinimbu as localidades foram a Entrada Salto e Linha Almeida. No município de Vera Cruz os agricultores vivem nas localidades de Vila Progresso, Henrique D’ávila e Vila Triângulo. Em Vale do Sol na localidade de Fontoura Gonçalves. Duas localidades em Herveiras, Linha

Caçador e Linha Marcondes. Por fim, em Rio Pardo, todas as entrevistas foram realizadas com agricultores da localidade de Albardão.

Tabela 3 - Distribuição das entrevistas de acordo com os municípios e por categoria de agricultor no VRP (2013)

Municípios	Número de entrevistas	AGRICULTORES			
		PRODUTORES DE TABACO		EX-PRODUTORES DE TABACO	
		Especializados	Diversificados	Substituíram	Abandonaram
Santa Cruz do Sul	14	11	1	1	1
Venâncio Aires	18	11	4	2	1
Sinimbu	2	1	1	-	-
Vera Cruz	3	1	2	-	-
Vale do Sol	1	-	1	-	-
Herveiras	4	-	4	-	-
Rio Pardo	21	2	10	5	4
TOTAL	63	26	23	8	6

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa de campo (2013).

Um dos principais empecilhos para a efetivação da pesquisa de campo foi a dificuldade em contatar as pessoas a serem entrevistadas, uma vez que o pesquisador não tinha nenhum contato prévio com as famílias dos agricultores, nem conhecimento sobre as estradas da região, tampouco dispunha de meio de transporte para chegar às propriedades. Essa limitação foi superada através da aproximação e posteriormente apoio logístico de duas entidades que auxiliaram na superação dessas dificuldades.

A primeira etapa de coleta de dados foi realizada com o apoio da Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil - Cooperfumos, vinculada ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sediada no município de Santa Cruz do Sul. No período de início da pesquisa de campo a cooperativa desenvolvia, em alguns municípios da região do VRP, um projeto de assistência técnica para diversificação agrícola de produtores de tabaco associados à cooperativa. O projeto consistiu em oferecer visitas, cursos e palestras de incentivo à produção de alimentos para autoconsumo entre os agricultores, distribuição de sementes e filhotes de animais, bem como a confecção de defensivos agrícolas com princípios agroecológicos, dias de campo, dentre outras atividades.

Neste sentido, cada técnico da cooperativa era responsável por desenvolver estas atividades com determinado número de agricultores em cada município. Os técnicos realizavam visitas periódicas aos agricultores assistidos, então, nestas visitas, o pesquisador, acompanhado do técnico da cooperativa, era apresentado aos agricultores. Em seguida

esclarecia-se a presença do pesquisador, os objetivos e a maneira que seria realizada a pesquisa (aplicação de um questionário, gravações de áudio e fotografias). Posteriormente, perguntava-se se a família ou algum de seus membros teria interesse em participar da pesquisa. Caso a resposta fosse afirmativa, a entrevista era realizada naquele momento ou marcada para outro dia.

Com o apoio dos técnicos da Cooperfumos foram realizadas 42 entrevistas, entre os dias 18/03/2013 a 08/05/2013. Além das visitas aos agricultores, o pesquisador também participou de reuniões oferecidas pela Cooperfumos para confecção de caldas sulfocálcica¹², bordalesa¹³ e criação de peixes. Tais atividades foram importantes para fazer contato com os agricultores e seus familiares, além de fornecer informações relevantes sobre suas atividades.

A experiência de acompanhar os técnicos da Cooperfumos por quase dois meses foi importante no sentido de oferecer a oportunidade de entrar em contato com a rotina dos técnicos, além da gratificação de conhecer diversos produtores de tabaco. Muitos dos quais se mostravam dispostos a relatar e mostrar um pouco do seu cotidiano, falar de suas jornadas de trabalho, ou simplesmente conversar.

Não foram poucas as vezes em que chegamos na casa de um agricultor perto do horário de almoço e os mesmos logo nos convidavam para fazer a refeição com eles. Ou quando não podiam nos atender naquele instante, marcavam um dia próximo para voltarmos. Mais de uma vez fomos recepcionados com churrasco e era perceptível a satisfação dos agricultores ao nos dizerem que a carne e os demais alimentos que estavam oferecendo eram provenientes de suas propriedades, frutos de seu trabalho. Em algumas situações, as conversas foram realizadas no galpão, enquanto os agricultores sortiam o fumo.

A segunda organização a oferecer apoio logístico para a realização da pesquisa foi o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR), que através de seu corpo técnico e infraestrutura do centro de formação, situado na localidade de Albardão, município de Rio Pardo, intermediou a aproximação do pesquisador com os agricultores daquela região. A localidade apresentou condições propícias para a realização da pesquisa, já que muitas famílias residiam ao longo da estrada principal da localidade, ou em estradas vicinais.

¹² A calda sulfocálcica é um defensivo utilizado na agricultura desde meados do século 19. Constituída essencialmente por polis sulfetos de cálcio, é o resultado de uma reação entre o óxido de cálcio (da cal virgem) e o enxofre, quando dissolvidos em água e submetidos à fervura. Possui ação inseticida, acaricida e fungicida (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 2008).

¹³ Calda bordalesa é uma mistura de fitoprotetores e preparada a base de cal virgem e sulfato de cobre. Utilizado em hortas e pomares orgânicos, devido a sua eficiência, principalmente em controlar várias doenças causadas por fungos em diversas culturas, tendo efeito secundário contra bacterioses (EMBRAPA, 2008).

Este fato possibilitou que o pesquisador se deslocasse até as propriedades dos agricultores que já haviam sido apresentados pelo coordenador do centro, sem a necessidade de automóvel. O veículo foi necessário quando as famílias a serem entrevistadas residiam a mais de 3 km do centro de formação. Importante também foi o contato fácil e a receptividade dos moradores e técnicos do CEDEJOR, além de hospedagem oferecida pela entidade. As entrevistas na localidade foram efetuadas entre os dias 13/05/2013 e 17/05/2013, totalizando 21 entrevistas.

Ressalta-se que, mesmo a pesquisa não tendo um viés puramente quantitativo ou probabilístico, na região de Albardão, optou-se por priorizar as categorias de agricultores diversificados ou que haviam abandonado o cultivo do tabaco, numa tentativa de equilibrar o número de agricultores por categoria. Neste sentido, a intenção foi abarcar a heterogeneidade de opiniões, manifestações, formas de conduta e de comportamento dos agricultores. Cabe frisar que foi tarefa difícil encontrar famílias de agricultores que se enquadravam na categoria de diversificados e na que haviam abandonado o cultivo de tabaco. As atuais experiências produtivas de ex-fumicultores são ainda muito tímidas ante a hegemonia dos demais cultivadores nessa região (LIMA, 2012).

Por essa razão, aplicou-se o conceito de saturação, que para Thiry-Cherquesa (2009, p. 21) “[...] designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado. É um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de observações”. O autor segue afirmando que, em seus estudos, verificou-se que em diferentes campos com dimensões diversas o ponto de saturação é atingido em, no máximo, quinze observações. O critério de saturação é um processo de validação objetiva em pesquisas que adotam métodos, abordam temas e colhem informações em setores e áreas em que é impossível ou desnecessário o tratamento probabilístico da amostra. É uma das formas de lidar com o paradoxo da amostragem.

3.3 UNIVERSO EMPÍRICO: O VALE DO RIO PARDO

O local escolhido para a realização deste estudo foi a microrregião do Vale do Rio Pardo - VRP, no Rio Grande do Sul. A escolha desta microrregião justifica-se por sua relevância para o setor produtivo do tabaco no país. O VRP localiza-se na região centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul e tem esse nome devido à proximidade a um importante corpo hídrico do estado, o Rio Pardo, o qual percorre 12 municípios da (SOTO; VALENTIN, 2002).

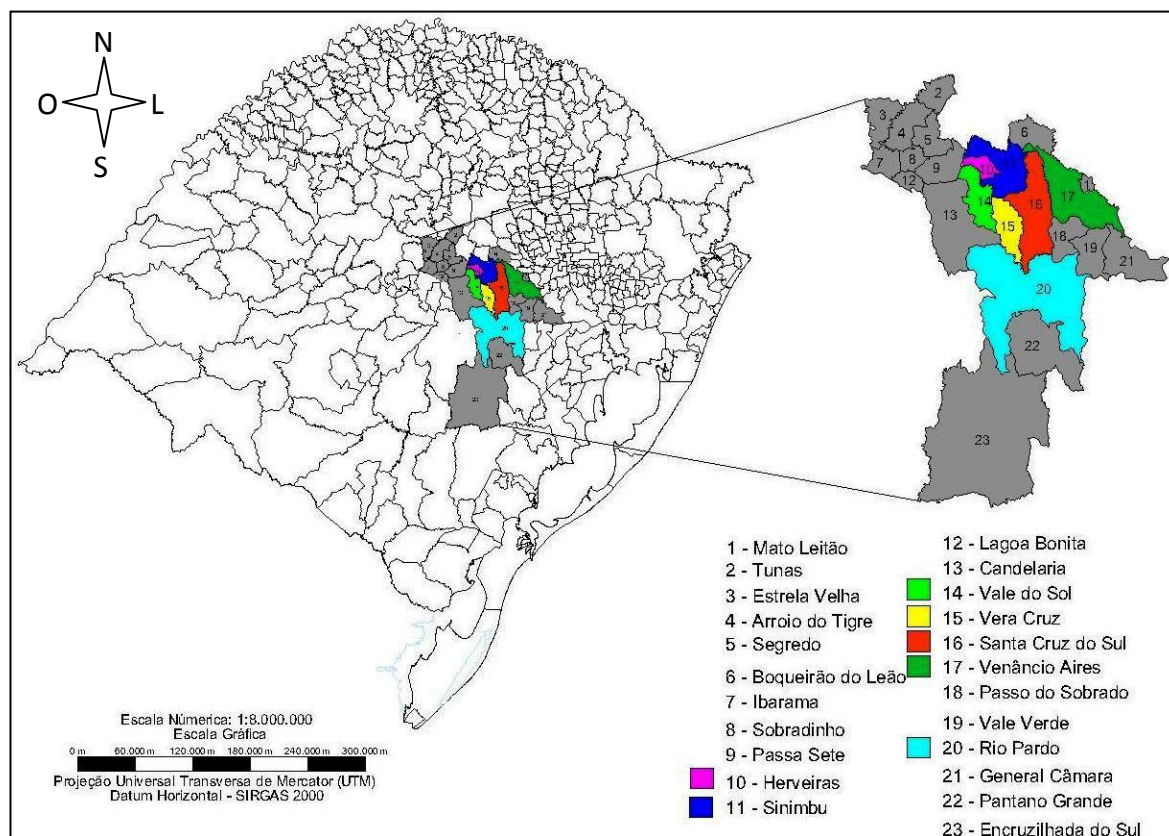
Na definição do IBGE (2002, p. 6), as Microrregiões Geográficas são:

Conjuntos de municípios contíguos e “(...) foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço”. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (...).

A organização do espaço microrregional foi identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.

A microrregião do VRP, conforme a Fundação de Economia e Estatística - FEE (2011), compreende 23 municípios. Na Figura 7, pode-se visualizar a localização da região, bem como os municípios abrangidos na pesquisa.

Figura 7- Localização dos municípios do Vale do Rio Pardo e dos municípios da pesquisa



Fonte: desenho técnico elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2010) – Mapa dos municípios brasileiros (2013).

Nota: Os municípios selecionados na pesquisa estão em destaque colorido.

A partir da figura acima constata-se que a microrregião está situada no centro do estado e os municípios de abrangência são: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária,

Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Esta pesquisa abrangeu sete municípios da microrregião (Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Vale do Sol, Herveiras, Rio Pardo, Venâncio Aires, Sinimbu).

A microrregião do VRP como um todo possui uma forte relação histórica com a produção, processamento, comercialização e exportação de tabaco (SILVEIRA, 2007). Esta prática agrícola configura importante dinamizador da região, estando instalado lá o maior parque industrial de beneficiamento de tabaco do mundo (KARNOPP, 2003).

3.4 FERRAMENTAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Conforme apresentado anteriormente, considerando os objetivos da pesquisa, as hipóteses formuladas e característica dos entrevistados, foi necessário estabelecer uma ordem e uma estrutura, tanto para a coleta de dados quanto para a análise dos mesmos, de forma a auxiliar na identificação de diferenças, variações e tendências e posteriormente conclusões. Nas subseções a seguir apresenta-se as técnicas, processos e ferramentas utilizados para coleta e análise dos dados.

3.4.1 Coleta de dados

A coleta de dados compreende o conjunto de operações por meio das quais o modelo de análise é confrontado aos dados coletados (GERHARDT, 2009). As ferramentas de coletas de dados utilizadas foram escolhidas visando a captar as racionalidades que norteiam as ações dos agricultores, objetivando apreender os processos e variáveis que sustentam tais ações, voltadas à opção por manter a atividade de produção de tabaco ou abandoná-la.

Para geração de bancos de dados utilizou-se fontes secundárias e primárias. No que se refere à coleta de dados junto aos agricultores, empregou-se a entrevista como fonte elementar de informações. Vista como uma forma de interação social, a entrevista é uma conversa entre dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa e abordagem pelo entrevistador de temas igualmente pertinentes sobre o objetivo (MINAYO, 2011). Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2010).

As entrevistas foram conduzidas com apoio de um questionário semiestruturado, combinando perguntas fechadas, que são simples para obter-se respostas e para analisar (FREITAS; MOSCAROLA, 2000); perguntas abertas, que permitem que o entrevistado discorra livremente sobre o tema, promovendo a liberdade de respostas (GIL, 2010; FREITAS; MOSCAROLA, 2000); e de múltipla escolha, onde os entrevistados tiveram a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.

Também utilizou-se a escala *Likert* para avaliar o nível de dependência e da relação dos agricultores com as indústrias. Optou-se pela escala de cinco pontos (1 a 5), onde as categorias representaram: para avaliar a dependência dos agricultores em relação às agroindústrias (1- nenhuma dependência, 2- pouca dependência, 3- dependente, 4- muita dependência, 5- totalmente dependente) e para avaliar a relação com a indústria (1- ruim; 2- regular; 3- boa; 4- muito boa; 5- excelente).

As entrevistas foram realizadas nas casas das famílias, nas varandas, nos galpões de fumo enquanto realizavam alguma tarefa (sortir fumo, tirar leite das vacas, consertar equipamentos, cozinhar etc). Participaram das entrevistas os membros das famílias presentes no momento, em alguns casos, amigos e vizinhos. As respostas eram dadas pelo pai ou pela mãe, em alguns casos, os filhos menores também opinavam.

O questionário foi elaborado conforme os objetivos estabelecidos e conteve questões que permitiram atingir tanto o objetivo geral quanto os específicos. As questões foram elaboradas de acordo com blocos ou grupos de perguntas que contemplaram questões sobre fatos da vida e atividade produtiva das famílias, relações sociais, percepções sobre a problemática da produção de tabaco, relação com as fumageiras, anseios e perspectivas futuras, atitudes e crenças, comportamento, formas de organização produtiva, comercial e administrativa, sentimentos, padrões de ações entre outras (ver questionário em APÊNDICE A).

Como medida preventiva, as entrevistas foram registradas por meio de um gravador eletrônico. Optou-se pelo uso dessa ferramenta devido ao fato de muitas vezes não ser possível escrever de imediato toda a fala dos agricultores. Então, para não perder a riqueza dos detalhes das falas e nem deixar escapar partes do conteúdo dos relatos essa ferramenta foi muito útil. Posteriormente, todas as entrevistas foram ouvidas para transcrição das respostas para análise detalhada das mesmas.

De um total de 63 entrevistas, somente três não puderam ser gravadas por falta de bateria do equipamento. O tempo de cada entrevista variou de acordo com a desenvoltura e o número de membros das famílias presentes. Nas famílias mais numerosas, com mais de

quatro membros, foi necessário mais tempo de conversa para abranger todas as questões do questionário. Em média foram necessários 60 minutos por família, somando mais de 70 horas de entrevistas. Para algumas famílias foi preciso 30 minutos de conversa, enquanto em outras foram necessárias 2h30min.

Várias famílias, após a entrevista, convidavam para caminhar pela propriedade rural para mostrarem as atividades produtivas. Nestes instantes utilizou-se máquina fotográfica que possibilitou registrar muitas imagens das propriedades, das atividades desenvolvidas etc. Cabe ressaltar que as famílias entrevistadas foram muito receptivas e generosas, em várias oportunidades o pesquisador foi presenteado com mandioca, frutas diversas, pão caseiro, compotas, queijo e batata-doce etc.

Cumprir fazer uma observação quanto aos diálogos em algumas entrevistas. Boa parte das famílias entrevistadas revelou serem descendentes de imigrantes alemães, sendo assim, em várias ocasiões as famílias travavam conversas paralelas em dialeto alemão, ou então davam as boas vindas neste dialeto.

Essas experiências serviram para auxiliar a reunir uma série de informações anotadas em um diário de campo. Essa ferramenta possibilitou o registro de informações, observações, reflexões surgidas no decorrer da investigação que não seria possível conseguir com o questionário. Conforme explica Triviños (1987), o diário de campo permite apreender a realidade a partir da óptica do investigador, com as suas percepções e perspectivas. Enfim, essa ferramenta permite anotar acontecimentos e percepções do pesquisador, com intuito de relembrar impressões sobre as atitudes dos entrevistados consideradas relevantes para a pesquisa e permitir análises futuras (TRIVIÑOS, 1987).

3.4.2 Análise dos dados

A análise de dados tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 2010). Tendo isso como guia, os procedimentos analíticos para a concretização da pesquisa e dos conteúdos levantados foram trabalhados, seguindo os procedimentos relatados a seguir.

Os dados provenientes das entrevistas foram transcritos para uma planilha do Microsoft Office Excel, posteriormente, as planilhas foram divididas de acordo com as categorias de agricultores, onde cada planilha foi identificada com o número de ordem da

entrevista. Desta forma, todas as informações, tanto do questionário quanto do diário de campo, foram sistematizadas de forma a facilitar a análise quantitativa e qualitativa dos dados, auxiliando na elaboração de gráficos e cálculos que pudessem evidenciar as diferenças e semelhanças entre os agricultores.

Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo (qualitativa) e estatística descritiva (quantitativa). A análise de conteúdo atua sobre a fala, ela descreve, analisa e interpreta as mensagens de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por trás das palavras. Busca indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011).

A análise de conteúdo foi realizada seguindo orientação dos métodos propostos por Bardin (2011), Moraes (1999), Silva, Gobbi e Simão (2005) e compreendeu os seguintes passos:

- a) preparação: organização das informações empíricas e posterior transcrição das 63 entrevistas para planilhas do Excel, bem como as anotações do diário de campo;
- b) categorização: essa atividade torna possível uma reconstrução de significados que apresentem uma compreensão mais aprofundada da interpretação da realidade do grupo estudado (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005). Esta etapa foi realizada após análise e sistematização dos dados empíricos e foi resultado da reflexão analítica das atividades dos agricultores;
- c) tipologia: a partir da análise das respostas das categorias de agricultores, constatou-se que as expressões e significados captados em seus depoimentos poderiam ser analisados através de suas percepções em relação à produção do tabaco. Considerando a complexidade da racionalidade dos agricultores, essa tarefa foi utilizada para sintetizar a diversidade de comportamentos através de suas percepções. Para Quivy (2008), uma tipologia consiste num sistema de classificação constituída a partir de vários critérios que, em conjunto, formam um esquema de pensamento graças ao quais os fenômenos podem ser comparados e melhor compreendidos. Neste trabalho, a tipologia construída serviu para classificar e interpretar percepção dos agricultores.

Seguindo essas orientações, na identificação e análise dos fatores que influenciam no processo de racionalidade dos agricultores produtores de tabaco, optou-se por separar as

famílias entrevistadas em grupos distintos. Esse procedimento teve o intuito de auxiliar a captação das realidades individuais das famílias de agricultores entrevistadas, para, desta forma, sintetizar a complexidade da racionalidade dos agricultores.

Deste modo, a partir das informações empíricas, das observações nas entrevistas, caminhadas e conversas informais nas propriedades dos agricultores, na participação em diversas reuniões que envolveram agricultores e entidades de apoio, percebeu-se que a criação de uma tipologia dos agricultores a partir de suas percepções sobre o cultivo do tabaco, poderia auxiliar na análise da racionalidade dos agricultores. Tendo em vista a conclusão de Simon (1965) de que a racionalidade depende do contexto e é limitada por ele, entende-se que é o processo de percepção que transforma a realidade em um padrão que os agentes possam reconhecer. A percepção é também definida como o produto da interação entre o estímulo e o observador. Nesta interação, o estímulo influencia o observador e é por ele influenciado (MAXIMIANO, 2007).

Para análise de dados quantitativos foi utilizada a estatística descritiva que possibilitou determinar as variáveis mais adequadas para interpretação dos resultados. A estatística descritiva pode ser considerada como um conjunto de técnicas analíticas utilizada para resumir o conjunto dos dados coletados numa dada investigação, que são organizados, geralmente, através de números, tabelas e gráficos. Esta técnica objetiva proporcionar relatórios que apresentem informações sobre a tendência central e a dispersão dos dados (MORAIS, 2005).

De acordo com Gil (2010), a estatística descritiva possibilita caracterizar o que é típico no grupo, indicar variabilidade dos indivíduos no grupo, verificar como os indivíduos se distribuem em relação a determinadas variáveis. A partir do problema proposto, sistematização e crítica dos dados, esses foram apresentados e discutidos através de gráficos, tabelas, quadros e a apresentação das medidas descritivas: média, valor máximo e mínimo, soma dos valores, contagens, porcentagens, distribuição de frequência.

Um dos principais pressupostos nesta proposta metodológica diz respeito a identificação dos elementos que corroboram para a formação da racionalidade dos agricultores e nas interações entre eles, uma vez que tais elementos não podem ser interpretados isoladamente. Desta forma, apoiado nas análises das informações qualitativas e quantitativas, buscou-se identificar os elementos conformadores da racionalidade a partir dos depoimentos dos agricultores. Após a identificação desses elementos, empreendeu-se um esforço analítico para tentar quantificar esses dados qualitativos e melhor discuti-los, mas de forma a não perder a complexidade e riqueza das informações coletas nos depoimentos dos

agricultores. Dos elementos identificados, existem os que são oriundos de informações quantitativas, tais como: a relação dos agricultores com as indústrias, o nível de dependência dos agricultores em relação a ela, a intensidade do uso de mão de obra familiar, a quantidade de terra disponível.

Existem também elementos não quantificados. Neste caso, realizou-se análise de conteúdo das entrevistas buscando identificar as informações qualitativas e quantitativas. Posteriormente, efetuou-se quantificação das mesmas, adotando-se dois critérios: a quantidade de vezes que o elemento esteve presente nos discursos dos agricultores e a sua intensidade. Para esse segundo critério foi preciso atribuir um valor de 1 a 10 de acordo com a maior ou menor intensidade deste elemento no discurso dos agricultores.

Foi necessário recorrer às informações coletadas nas observações anotadas no diário de campo e impressões do pesquisador durante as diversas atividades da pesquisa de campo. Nesta etapa de quantificação foi necessário, por parte do pesquisador, empreender um exercício de estímulo a sua percepção no sentido de captar as informações mais importantes. Como exemplo do critério adotado para quantificar a intensidade dos elementos pode-se citar o elemento 'motivação'. Este elemento esteve presente em vários momentos dos depoimentos dos agricultores de maneira indireta, principalmente quando as perguntas se referiam ao cotidiano de trabalho, sua satisfação em relação ao trabalho, o que mais valorizavam nas atividades etc. A empolgação para falar desses fatos variava de acordo com as famílias, deste modo, aos agricultores que demonstravam maior empolgação em seus depoimentos foi atribuído uma nota maior. Assim, identificou-se que entre os agricultores diversificados e que substituíram o cultivo do tabaco o elemento 'motivação' surgiu com mais intensidade, sendo atribuído a ele um valor de 7,5 para diversificados e 8,5 para os que substituíram.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE TABACO E AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO RIO PARDO

Considerando que o ambiente organizacional e social onde estão inseridos os agricultores são elementos essenciais na determinação de sua racionalidade, entender esse contexto é tão central quanto compreender a motivação dos agentes para se organizar e lidar com a incerteza e complexidade gerada por esse ambiente, mas também por sua limitação cognitiva. Deste modo, neste capítulo são apresentados os principais agentes que compõem a realidade do universo empírico do VRP. Para tanto, deve-se ter em mente que o ambiente no qual se insere os agricultores familiares produtores de tabaco é um universo com características intrínsecas que lhe conferem uma grande complexidade, tanto em termos de prática produtiva, quanto de suas características culturais e sociais. Essa complexidade está presente também na existência de diversos tipos de agricultores, agindo e produzindo de acordo com interesses, estratégias de ação e de sobrevivência particulares. No entanto, que agem de maneira diferenciada quando expostos a desafios e restrições semelhantes.

Portanto, pretende-se apresentar a contextualização do cenário no qual os agricultores estão inseridos, seus envolvimento com os múltiplos atores sociais que o constituem e outros que, mesmo distantes, interferem em suas relações. Discorrer sobre todos os agentes e elementos deste setor seria tarefa assaz difícil, por isso os principais agentes presentes aqui surgiram no discurso dos agricultores entrevistados e outros foram agregados a partir da perspectiva do pesquisador.

4.1 DE USO CERIMONIAL AO USO SEM CERIMÔNIAS: O TABACO DO PASSADO AO PRESENTE

Existem duas teorias sobre a origem do tabaco. Uma delas é de que a planta seria originária da América Central, do território dos antigos povos Astecas e Maias (BOEIRA, 2002). A segunda teoria, que tem sido a mais aceita, é defendida por Nardi (1996) e outros autores, para estes a planta é originária dos vales orientais dos Andes bolivianos. Segundo o autor, a planta era conhecida pela maior parte das tribos indígenas, que a utilizavam essencialmente em ritos mágico-religiosos e para fins medicinais.

Seu uso em rituais religiosos era feito por alguns integrantes da tribo, como o pajé, que ao fumar entraria em contato com deuses e entidades de outro mundo, aproveitando-se destes para saber o melhor momento para irem à caça, viajar ou lutar (BOEIRA, 2002). Acreditava-

se que a fumaça teria poderes purificadores e protetores, além de utilidade medicinal para cura de feridas, enxaquecas e dores de estômago (NARDI, 1996). Embora existissem seis usos diferentes para o fumo entre os índios da América do Sul (comido, bebido, mascado, chupado, aspirado e fumado), o hábito de fumar era o mais relevante (ETGES, 1989).

A introdução do tabaco em território brasileiro ocorreu por meio das migrações indígenas, sendo utilizada por tribos Tupi-Guarani (VOGT, 1997). No Brasil, os colonizadores adquiriam a planta dos índios por meio de trocas, posteriormente, em decorrência de guerras, eles mesmos começaram a cultivá-lo. Por volta de 1570, os colonizadores cultivavam fumo na costa brasileira, entre Salvador e Recife, para consumo próprio, porém, instigados por comerciantes, passaram a cultivar para a venda no mercado europeu (SEFFRIN, 1995).

Já em 1560, os espanhóis viram o potencial mercantil da planta e passaram a produzir para exportação (NEVES, 2010). A partir daí pode-se dizer que o estado da Bahia foi o berço da cultura do tabaco no Brasil, passando a cultivar vários tipos, os mais finos eram exportados e os mais grosseiros utilizados como moeda de troca no tráfico negreiro. Este negócio constituiu-se como o motor da cultura brasileira do fumo (NARDI, 1996). A Coroa era encarregada da exportação e comercialização do fumo desde 1634, o qual era frequentemente arrendado a comerciantes particulares.

Os europeus tomaram conhecimento da planta em Cuba, no ano de 1492 (NARDI, 1996). Após ter sido introduzido na Europa, o fumo logo fez muitos adeptos, a partir do séc. XVII tornou-se vício generalizado, mesmo combatido pela igreja e governantes (VOGT, 1997). A expansão do fumo pelo mundo pode ser dividida em dois movimentos: o 1º foi instigado pelos marinheiros e soldados que viajavam pelas rotas das Índias Ocidentais; o 2º foram os aspectos ornamentais - no sentido de ser exótico e dar 'charme' aos quintais - e as propriedades medicinais da planta (NARDI, 1996).

Na história do tabaco ocorreram diversas transformações, em relação à indústria, a máquina de confeccionar cigarros foi essencial para a acelerada disseminação do produto. O equipamento desenvolvido em 1881 (NEVES, 2010), revolucionou a indústria do tabaco, pois era capaz de produzir 120 mil cigarros por dia, bem mais que as 400 unidades que um funcionário podia confeccionar manualmente por dia.

Deste modo, passado um século da chegada de Cristóvão Colombo, o fumo tornou-se conhecido e usado em todo mundo (ETGES, 1989). Desde então, o fumo passou “[...] de planta mágica e sagrada para os indígenas da América, a uma das mercadorias mais valorizadas no mercado mundial” (ETGES, 1989, p. 38).

Atualmente na região Sul do Brasil os tipos de tabaco mais produzidos são o Virginia (84%), o Burley (14%) e o de Galpão Comum (2%). Cada variedade possui distintas formas de produção e transformação (AGROTABACO, 2013). O tipo Virginia, produzido por todos os agricultores entrevistados nesta pesquisa, é um tabaco de estufa, onde é submetido à cura com temperatura e umidade controladas. Neste processo, que dura aproximadamente uma semana, ele adquire cores claras, que variam entre o amarelo-dourado e o laranja. O aroma e o sabor desse tipo de tabaco são leves e vivos. O método de estufa dá origem a cigarros com maior teor de açúcar e níveis de médio a alto de nicotina (AGROTABACO, 2013).

Os tabacos das variedades Burley e Galpão Comum são curados em galpões ventilados naturalmente. Ambos adquirem uma coloração escura, que vai do castanho claro ao castanho escuro. Seu processo de cura é mais longo, leva em torno de 40 dias a 2 meses, em intenso contato com o ar, estes tipos de tabaco perdem grande parte de seus açúcares naturais e desenvolvem um sabor forte (AGROTABACO, 2013).

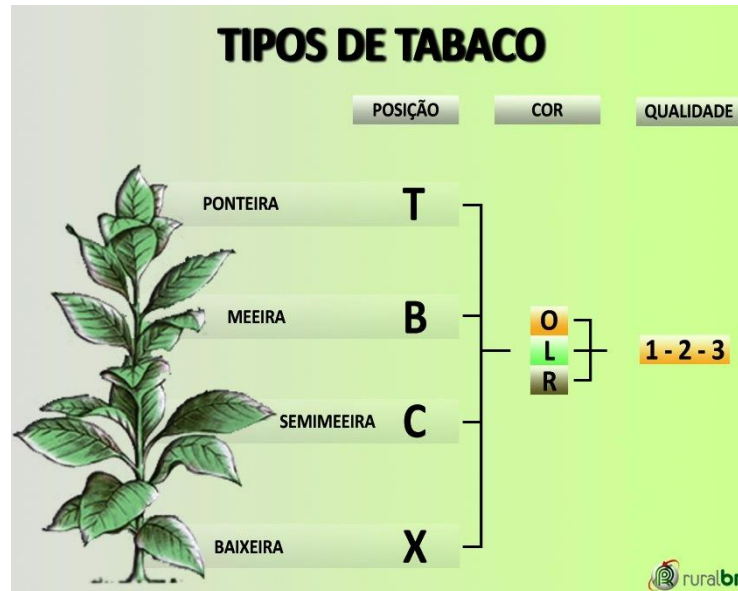
Em relação à classificação do tabaco, esta ocorre por meio da identificação dos grupos (estufa e galpão), subgrupos (folhas manocadas e folhas soltas), classe (conforme a posição da folha na planta) e subclasse (o tabaco de estufa tem três subclasses O, R, L, o tabaco de galpão tem uma subclasse L) (DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO ECONÔMICOS RURAIS - DESER, 2010). A classificação do tabaco é regulada através da Instrução Normativa - IN nº 10 do Ministério da Agricultura Abastecimento e Pecuária – MAPA, de abril de 2007, a qual define as características de identidade, qualidade, embalagem, marcação e apresentação do tabaco em folha curado que se destina à comercialização interna (DESER, 2010).

Deste modo, existem 41 classes de tabaco da variedade de estufa (Virgínia), 30 classes da variedade Burley e 18 classes do comum. Na Figura 8 a seguir, pode-se visualizar a classificação das folhas na planta do tabaco. Essa classificação objetiva estabelecer os preços a serem pagos pelo tabaco aos agricultores. Os preços são tabelados previamente, resultando de negociação entre os representantes dos produtores e das empresas. Embora os agricultores classifiquem o fumo na propriedade, a classificação oficial é realizada pela empresa integradora (DESER, 2010).

Independentemente da classificação do tabaco, as folhas devem ter aroma agradável, estar em bom estado de conservação e sanidade, com teor de umidade máximo de 17% e isentas de impurezas, matérias estranhas e contaminantes (AGROTABACO, 2013). A classificação do tabaco é o momento de maior tensão para os agricultores, mesmo o preço sendo tabelado, os mesmos reclamam que, devido ao grande número de classes, este fato

favorece as empresas por poderem diminuir os valores a serem pagos pelo produto rebaixando a classificação do fumo.

Figura 8 - Ilustração da classificação do tabaco conforme sua posição na planta



Fonte: Agrotabaco (2013).

4.1.1 Números da produção de tabaco nacional, estadual e regional

No ano de 2008, o tabaco foi cultivado por 128 países (DESER, 2010), apesar disso, “[...] a produção mundial concentra-se em alguns poucos países: China, Brasil, Índia, EUA, Turquia, Argentina, Itália e Zimbábue” (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009, p. 47). Recentemente o Malawi tem figurado entre os países com destaque na oferta de tabaco, juntamente com outros países africanos como Moçambique e Zambia (BELING, 2006).

Em termos de competitividade internacional, China, Brasil, EUA e Zimbábue são os principais *players*¹⁴ do mercado. Buainain e Souza Filho (2009, p. 78) enfatizam que Brasil, EUA e Zimbábue, “[...] destacam-se no cenário mundial em um segmento específico do mercado, produzindo tabacos de alta qualidade, que agregam aroma e sabor e são essenciais para a produção dos cigarros de alta qualidade”. Conforme os autores, a partir do ano 2000, o Brasil conquistou a segunda posição entre os produtores mundiais e a liderança nas exportações mundiais.

A preferência pelo fumo brasileiro ocorreu após EUA e Zimbábue enfrentarem diversos problemas neste setor. Além disso, o fumo do Brasil é apreciado por sua qualidade,

¹⁴ Termo utilizado para designar ‘jogador global’, são os atores principais de determinado setor.

preço competitivo e capacidade de abastecimento. Assim, o Brasil produz fumos do tipo *flavour*, responsável por agregar sabor ao cigarro, ao passo que outros países só produzem, em quantidade, fumos para enchimento. Com relação à qualidade, a oferta de um produto limpo, livre tanto da presença de materiais estranhos como de resíduos de produtos químicos, é fundamental para sustentar a posição brasileira (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2002).

A evolução da produção de tabaco brasileira, o número de municípios e famílias produtoras podem ser visualizados na Tabela 4. No que se refere à produção, houve elevação de 27% entre os anos 2000 até 2012. No início dos anos 2000, a produção foi de 527.750 t., passando para aproximadamente 727.000 t. em 2012. Porém, em relação à safra de 2004, ano em que se obteve a maior produção da década, sendo produzidos 852.488 t., pode-se observar que houve redução na produção de 13,36% (SILVA; BORGES; ANDRADE, 2013).

Houve aumento nos municípios que se dedicam ao cultivo de tabaco nos últimos 12 anos, passando de 660 no ano 2000, para 858 em 2012. O número de famílias produtoras aumentou no período entre os anos 2000 e 2005, porém, nos últimos anos, tem seguido a tendência de diminuição, conforme demonstram os dados.

Tabela 4 - Evolução da produção de tabaco, número de municípios e de famílias produtoras no Brasil (2000 a 2012)

ANO	Produção/t.	Municípios	Famílias/mil
2000	527.750	660	134
2001	504.728	656	134
2002	636.871	662	151
2003	600.325	660	168
2004	852.488	759	190
2005	839.126	787	196
2006	775.000	780	182
2007	760.000	780	184
2008	720.000	730	186
2009	758.000	730	187
2010	713.000	733	184
2011	832.000	704	186
2012	727.000	858	165

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados de Silva, Borges e Andrade (2013) e Anuário Brasileiro do Tabaco (2011).

Silva et al. (2013), com base em informações do Censo Agropecuário de 2006, demonstram que no período entre 1995 e 2006 a produção de tabaco em folha no Brasil mais

que duplicou, passando de 451.420 t. para 1.109.036 t. Destacam-se também neste período a migração da produção da região Nordeste e concentração na região Sul, além da consolidação da produção de fumos claros, em vez do fumo escuro.

No panorama nacional de produção, esta fica concentrada em estabelecimentos rurais com área entre 10 e 20 ha de terra, seguidas pelos estabelecimentos com áreas de 5 a 10 ha. Os estabelecimentos com áreas entre 10 e 20 ha representam 32% da produção do tabaco em folha do país. Assim, evidencia-se a expressiva participação dos pequenos estabelecimentos rurais na produção de tabaco (SILVA et al., 2013).

A região Sul do Brasil concentra quase 98% da produção de fumos claros para cigarros, destes, mais de 85% são destinados à exportação (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2012). O estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor do país, apresentando os maiores índices de produção, área e rendimento por hectare (Tabela 5). O tabaco participa com 10% das exportações do estado (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2012). O desempenho da produção de tabaco, a partir de 1997, apresentou uma evolução até 2007, com aumento de 42,18%. Porém, de 2007 a 2012, houve uma diminuição na produção de 28,89%.

A área plantada também aumentou até o ano de 2007, a partir de 2008 começou a diminuir. De acordo com o ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO (2012, p. 17) “[...] existe consciência generalizada, dentro de todo o sistema integrado de produção, de que excessos não são saudáveis para nenhuma das partes”. Deste modo, considerando-se o tipo de tabaco produzido e as perspectivas do mercado internacional, para a região Sul do país, o ideal é que a área cultivada se mantenha por volta de 330 mil hectares. Esta cifra está perto da área planta na safra 2012, que foi de 324.610 ha nos três estados do Sul e dos 340.850 ha plantados em todo o país (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2012). A produtividade por hectare tem sofrido poucas alterações. Este indicador apresentou aumento de 13,52%, no período escolhido para análise.

Segundo os resultados apresentados pelo IBGE no último censo agropecuário, realizado no ano de 2006, verificou-se que o cultivo de tabaco estava presente em 3% dos estabelecimentos rurais do país. Além disso, 72% destes estabelecimentos possuem caráter especializado (SILVA et al., 2013).

Tabela 5 - Evolução da produção, área plantada e rendimento por hectare do tabaco no RS (1997-2012)

ANO	Produção/t.	Área	kg/ha
1997	274.451	143.690	1.911
1998	235.519	154.958	1.537
1999	306.393	151.765	2.020
2000	294.873	145.480	2.029
2001	298.193	148.668	2.008
2002	339.832	165.213	2.066
2003	322.078	196.369	1.642
2004	482.968	229.007	2.110
2005	430.347	242.180	1.780
2006	472.726	243.249	1.945
2007	474.668	231.110	2.060
2008	445.507	216.196	2.066
2009	443.813	221.849	2.008
2010	343.482	220.512	1.561
2011	414.680	176.580	2.348
2012	345.640	156.430	2.210

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados de SILVA, BORGES e ANDRADE (2013), FEE (2013) e ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO (2012/2011).

Dentre as microrregiões produtoras de tabaco no estado do Rio Grande do Sul, a de Santa Cruz do Sul tem fortalecido sua contribuição na quantidade produzida, que em 2009 representou 32,96% da produção do estado (SILVA et al., 2013). Nesta microrregião também estão situados os municípios com maior dinamismo do setor. Em 2011, entre os 10 municípios com maiores produções do estado, havia cinco desta microrregião: Venâncio Aires (1º colocado com 23.650 t.), Candelária (2º colocado com 18.365 t.), Santa Cruz do Sul (5º colocado com 16.800 t.), Vale do Sol (7º colocado com 14.575 t.) e Arroio do Tigre (9º colocado com 13.650 t.) (FEE, 2013). Na Tabela 6, pode-se visualizar a evolução da área plantada e a produção nos municípios da amostra.

Conforme pode-se observar, de um modo geral, a área plantada nos municípios da amostra tem evoluído com algumas pequenas oscilações até o ano de 2010. Em 2012, os municípios apresentaram diminuição na área plantada, com exceção de Vale do Sol e Herveiras que mantiveram a tendência de aumento da área plantada.

Em relação à produção, os municípios apresentaram aumento significativo no período analisado, com exceção de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, nesses municípios houve uma diminuição de 12,30% e 13,06%, respectivamente. Os municípios de Vale do Sol, Herveiras e Venâncio Aires apresentaram aumento em suas produções, com 28,52%, 15,19% e 9,66%, respectivamente.

Tabela 6 - Evolução da área plantada e produção nos municípios da amostra

Municípios	Área plantada (ha)									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2012
Venâncio Aires	9.500	10.500	11.870	12.500	12.500	12.000	11.000	12.500	12.500	10.750
Sta Cruz do Sul	6.600	7.130	8.000	8.490	8.150	8.150	8.000	8.016	8.016	7.200
Vale do Sol	4.800	5.500	6.000	6.000	6.625	6.625	6.625	6.625	6.308	6.865
Vera Cruz	4.400	4.900	5.100	5.300	5.200	5.200	5.200	5.300	5.300	5.100
Sinimbu	3.600	3.965	4.500	4.700	4.700	4.700	4.200	4.300	4.300	4.100
Rio Pardo	3.300	3.700	4.523	4.600	4.600	4.600	4.500	4.500	4.500	4.200
Herveiras	1.170	1.500	1.650	1.730	1.800	1.800	1.700	1.780	1.800	1.850
Municípios	Produção (t.)									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2012
Venâncio Aires	21.850	16.800	26.245	25.000	24.375	25.800	23.650	25.200	21.080	24.188
Sta Cruz do Sul	14.368	11.836	17.696	16.131	16.300	16.300	16.800	16.673	14.124	12.600
Vera Cruz	10.560	7.644	13.770	10.600	10.920	10.920	11.700	11.130	7.791	9.180
Vale do Sol	9.200	8.250	13.200	13.200	13.250	13.250	14.575	14.575	10.850	12.872
Sinimbu	7.560	6.542	9.900	9.870	8.930	8.930	8.820	9.030	6.321	7.790
Rio Pardo	6.300	5.920	9.951	9.200	8.510	9.660	9.240	8.550	7.650	7.980
Herveiras	2.244	2.498	3.630	3.460	3.960	3.960	3.910	3.916	3.168	2.646

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dado da FEE (2013).

4.1.2 Os conflitos e tributação do setor fumageiro

O tabaco sempre dividiu opiniões em relação a sua aceitação, desde o ano de 1556 já encontrava oponentes na Europa (NARDI, 1996). Naquela época, os consumidores também enfrentavam represálias e chegavam a ser castigados. No período mais recente, em especial a partir de 1986, as reivindicações por melhores condições de produção e comercialização vêm ocasionando uma série de conflitos entre agricultores e agroindústrias (VOGT, 1997).

Desde que o tabagismo passou a ser associado a doenças graves e fatais, somado ao crescente aumento do consumo em países em desenvolvimento, tem aumentado a preocupação de setores ligados à saúde e ao desenvolvimento em nível global, de acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS (2004). Dentre os principais problemas relacionados ao setor, destacam-se: doenças em decorrência do tabagismo; o uso inadequado de agrotóxicos; a doença da folha verde¹⁵; danos ao meio ambiente; trabalho infantil (OMS, 2004); problemas no estabelecimento de preços e classificação do fumo (VOGT, 1997); além do endividamento dos agricultores (VARGAS; OLIVEIRA, 2012).

¹⁵ A doença da folha verde do tabaco é um tipo de intoxicação aguda causada pela absorção dérmica da nicotina acometendo principalmente agricultores que trabalham com a cultura do tabaco, principalmente quando a planta esta molhada ou úmida, causando náusea, vômito, fraqueza, tontura e cefaleia (BIBLIOTECA VIRTUAL DE SAÚDE, 2010).

Os movimentos contestatórios do tabaco datam de longo tempo, tais movimentos são caracterizados pelo pluralismo ideológico, onde estão presentes aspectos religiosos, espiritualistas, terapêuticos, socioeconômicos, jurídico-políticos, socioambientais, etc (BOEIRA, 2002). Assim, devido a esta gama de aspectos que envolvem a sociedade civil, agentes políticos, ambientalistas e Organizações Não Governamentais (ONG's), os discursos em defesa de seus grupos de interesses também são os mais diversos.

Deste modo, a partir da preocupação com a progressiva expansão do consumo de tabaco, especialmente nos países em desenvolvimento, que 190 países membros da OMS proporam durante a 52ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade. A chamada Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco - CQCT objetiva unir os países para a adoção de um conjunto de medidas para deter a expansão global do consumo de tabaco e de suas consequências nocivas. As bases desse tratado foram negociadas durante quatro anos pelos 190 Estados Membros da OMS e o texto final foi adotado por consenso em maio de 2003 pela 56ª AMS (OMS, 2004).

Em linhas gerais, o tratado prevê que os países devem concentrar esforços na criação de mecanismos de aumento da educação e conscientização da população. Dentre os mecanismos estão: a exigência de mensagens de advertência nas embalagens dos produtos; a proibição de fumar em ambientes fechados; o controle do mercado ilegal de cigarros; o tratamento da dependência da nicotina; a regulação dos produtos de tabaco quanto aos seus conteúdos, emissões e atividades de promoção; além de cooperação nas áreas científica, educacional e sanitária (NEVES, 2010). O Brasil é signatário da CQCT tendo sido o segundo país a assiná-lo, além de ter tido papel ativo no processo de negociação da Convenção, como também presidiu o Órgão de Negociação Intergovernamental.

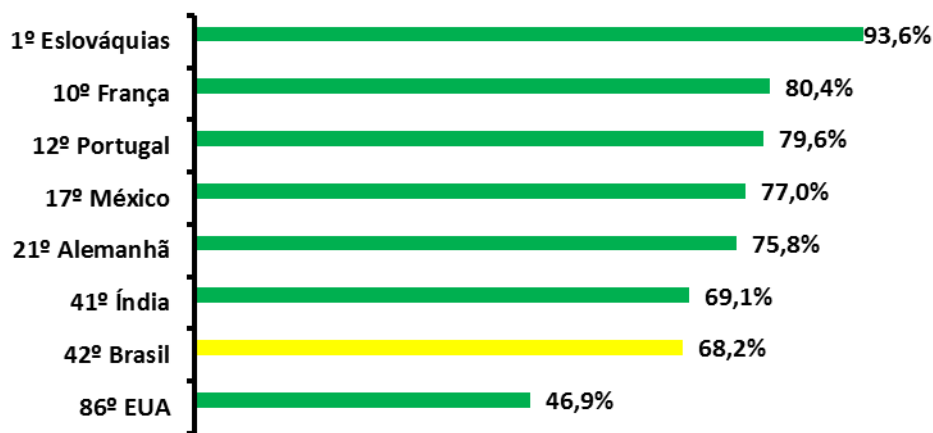
Para os países produtores de tabaco e, sobretudo, para os que têm uma grande dependência econômica do setor fumageiro, como o Brasil, a abordagem desse tema se torna mais complexa (OMS, 2004). No que refere-se aos conflitos entre agricultor e agroindústria, pode-se dizer que os principais pontos de embate sejam a classificação e comercialização do produto. A classificação, embora os agricultores façam na propriedade, após a entrega do produto na indústria, a mesma efetua outra classificação e a pesagem em suas dependências, os agricultores podem participar deste processo, mas com pouca interferência. Fato que gera divergências por influir no retorno das famílias, conforme a classificação do produto.

Como o tabaco passou a ser alvo de muitas críticas em decorrência de todos esses problemas, as pressões de alguns grupos no sentido de reduzir o consumo, conseguiram com que fossem proibidas campanhas publicitárias nos meios de comunicação (PRIEB, 2005). No

entanto, segundo ressalva de Etges (1989, p. 38), “[...] nada conseguiu impedir que seu consumo se difundisse, tanto assim que os governos chegaram à conclusão que a única forma de limitar esta difusão seria taxá-lo com altos impostos”. Segundo a autora, o fumo, transformado em cigarro, é uma das mercadorias mais taxadas em impostos nos países do mundo capitalista (ETGES, 1989).

Governos de diversos países e regiões têm elevado impostos, conseqüentemente, os preços, para coibir o consumo de tabaco, que é tratado, em praticamente toda parte, como produto de tributação especial (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). O Gráfico 1 ilustra a taxaço do cigarro em alguns países. De acordo com o gráfico, o Brasil ocupa a 42ª colocação entre os países que mais cobram impostos. Comparando com outros países, os impostos cobrados pelo país também poderiam ser maiores, como ocorre na Eslováquia, que é o país que mais cobra impostos sobre o preço do cigarro, ou o vizinho Uruguai, terceiro no ranking mundial (DESER, 2010).

Gráfico 1 - Percentual de impostos sobre a venda de cigarros em alguns países e suas posições no ranking (2007-2010)



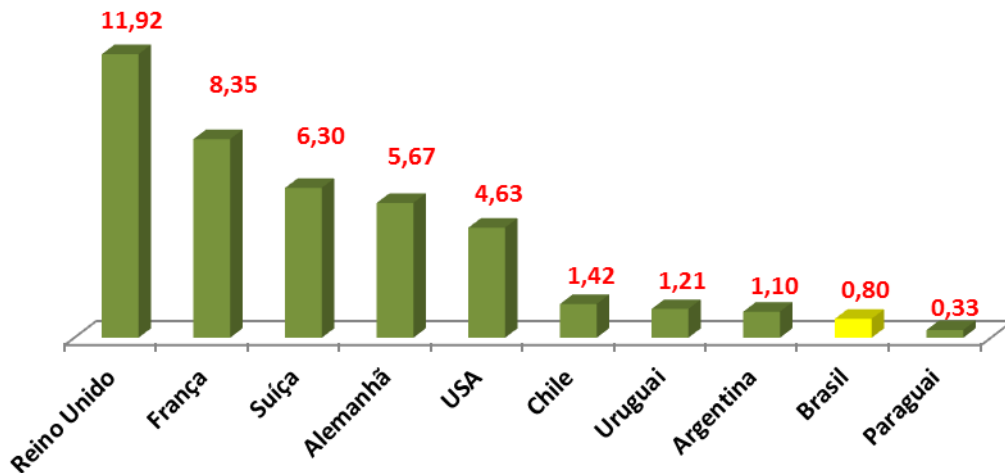
Fonte: Adaptado de DESER (2010).

De acordo com estudos do Banco Mundial, dentre as medidas mais efetivas para reduzir a prevalência e o consumo de produtos derivados do tabaco, o aumento de preço tem sido o mais recorrente (OMS, 2004). Segundo relatório elaborado pela OMS, sobre o Programa Nacional de Controle do Tabagismo, o preço cobrado pelo cigarro no Brasil é barato demais. No Gráfico 2, observa-se o preço do maço de cigarros em alguns países.

Em relação aos faturamentos oriundos do tabaco, o Governo fica com a maior parte das divisas, 75,9%, seguido pela indústria com 9,5%, o varejo com 8,4% e pelos agricultores

com 6,1% (DESER, 2010). Os agricultores ficam com o menor percentual no faturamento total do setor. Fazendo uma comparação com uma carteira de cigarros com 20 cigarros, 15 são destinados ao governo por meio do pagamento dos tributos, dois ficam com a indústria, o varejo fica com dois também e apenas um cigarro fica com os agricultores (DESER, 2010).

Gráfico 2 – Comparação do preço (US\$) do maço de cigarros, no ano de 2008, em sete países selecionados



Fonte: Adaptado de DESER (2010).

Contudo, de modo geral, a situação ajuda a gerar um cenário de incerteza. Atualmente, a principal preocupação de agricultores e indústria é a aprovação dos artigos 9 e 10 da CQCT. Esses dois artigos tratam da proibição do uso de aditivos na produção do cigarro, que é feito pelos tabacos do tipo Burley e Oriental. A preocupação é em decorrência do fato do Brasil ser o 3º maior produtor mundial de Burley. Nas regiões onde é plantado o Burley, outros tipos de tabaco, como o Virgínia, por exemplo, acabam tendo desempenhos ruins e não são viáveis economicamente (NEVES, 2010).

4.2 AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO DE TABACO NO VALE DO RIO PARDO

Nesta seção pretende-se apresentar a caracterização da produção de tabaco e da agricultura familiar nos municípios selecionados na pesquisa no VRP. Neste sentido, é realizado um resgate histórico da formação social, cultural e econômica da região, em seguida apresenta-se os principais agentes do setor produtivo.

4.2.1 Ocupação da microrregião do VRP, colonização, municípios e dinâmica populacional

A formação da microrregião do VRP “[...] é parte essencial da história do estado, uma vez que o núcleo dinâmico da economia gaúcha nasceu nessa região” (PRIEB, 2005, p. 19). Após diversos conflitos entre Portugal e Espanha, os portugueses se estabeleceram e ergueram uma fortaleza na margem esquerda da convergência dos rios Pardo e Jacuí, dando origem à cidade de Rio Pardo, que em 1809 ocupou mais da metade do atual território do estado (KARNOPP, 2003). A importância deste município para a região deu-se na medida em que foi dele que se originaram vários outros municípios. Ele destaca-se também por ter sido grande centro comercial e de trabalho. Por estar situado na confluência dos rios Jacuí e Pardo, tornou-se um pólo de distribuição de mercadorias para abastecer as terras recém-conquistadas no Sul do país (SOTO; VALENTIN, 2002).

Cabe destacar a observação feita por Silveira (2008) de que para a análise da formação histórica da região deve-se ter em conta sua complexidade, construída por distintos agentes sociais, pelos diversos e desiguais usos do território. Especialmente, a existência de povos indígenas na região muito antes da conquista do território pelos colonizadores europeus. Esta perspectiva é reforçada por Vogt (1997), ao ressaltar que os índios Guaranis se multiplicaram e se espalharam por todo o estado, por cerca de dois mil anos antes da chegada dos espanhóis e portugueses.

O núcleo populacional começou a ser formado a partir das missões jesuíticas no séc. XVII, envolvendo os índios guaranis e espanhóis. As missões jesuíticas desenvolveram grandes aldeamentos semi-isolados com base no trabalho comunitário dos indígenas e desfrutavam de certa autonomia em sua estrutura econômica (SILVEIRA, 2008).

Em relação à organização social e produtiva dos aldeamentos, Silveira (2008, p. 116), enfatiza que de modo geral:

[...] as reduções apresentavam um padrão de ocupação do espaço constituído por um núcleo de edificações urbanas: a igreja, as casas dos jesuítas, a aldeia ou casa coletiva dos índios, e por uma área rural que compreendia as chácaras para cultivo, os ervais, os currais e as estâncias de criação do gado. Projetadas para se tornarem unidades de produção autossuficientes, desenvolviam hortas familiares e comunitárias com culturas variadas como o milho, a mandioca, a erva-mate, o arroz, o feijão, o algodão, e o fumo - culturas essas já conhecidas pelos guaranis -, mas, também, o trigo introduzido pelos jesuítas espanhóis.

A importância alcançada na formação do estado pelo município de Rio Pardo, em parte deve-se a presença dos comerciantes. A expansão da agricultura e pecuária e o desenvolvimento da atividade mercantil fizeram com que Rio Pardo desempenhasse papel essencial em termos militares e logísticos (BASSAN, 2002).

O município de Rio Pardo tem sua população de origem luso-brasileira, onde a presença portuguesa deixou como herança a criação extensiva de gado (BASSAN, 2002). De acordo com Silveira, (2007, p. 70), a região do VRP “[...] foi uma das várias regiões gaúchas que participaram do desenvolvimento inicial da pecuária, enquanto espaço de apresamento de gado, de localização de currais e invernadas e também de criação de gado”.

Em decorrência dos conflitos pelo território do estado e das frequentes mudanças das fronteiras, o governo brasileiro decide criar uma política de colonização. Com intuito de colonizar e povoar a região, no início do século XIX, o governo iniciou um movimento para atrair imigrantes europeus para o país. Esse movimento se deu através do oferecimento de diversas vantagens e compensações ao custo da viagem, concessão de terras, instalação dos colonos dentre outras (SOTO; VALENTIN, 2002). Para os autores, a vinda dos colonos alemães para a região significou uma grande mudança na estrutura econômica, dando impulso para a agricultura e à indústria, ocasionando considerável aumento dos núcleos povoados.

Esta política de colonização adotada pelo governo imperial visava atender a três objetivos:

- a) constituir uma agricultura voltada para o mercado interno;
- b) ocupar o território, palco de conflitos entre luso-brasileiros e espanhóis;
- c) manter o equilíbrio de ordem política, formando uma base de pequenos e médios proprietários não ligados aos interesses dos grandes estancieiros (VOGT, 1997).

A colônia de Santa Cruz foi a primeira a ser fundada, em 1849. Em seguida desmembra-se de Rio Pardo vindo a se tornar um núcleo de colonização alemã e desencadeando uma série de desmembramentos do município de origem, acarretando sérios problemas para aquele município (SOTO; VALENTIN, 2002).

Conforme constatado por Bassan (2002, p. 26) “[...] a imigração alemã deu origem a municípios da parte central do Vale do Rio Pardo, influenciando a cultura principalmente de Santa Cruz do Sul, Candelária, Vale do Sol, Vera Cruz, Passo do Sobrado, Vale Verde e Sinimbu”. Complementa o autor afirmando que a atividade fumicultora foi importante no povoamento do município de Santa Cruz do Sul, por ter se tornado a principal atividade

econômica, ligando a produção do fumo da zona rural com o beneficiamento industrial na cidade, tendo em Rio Pardo seu principal entreposto comercial entre a capital e as localidades da fronteira (BASSAN, 2002).

Em relação à dinâmica populacional, de acordo com dados da FEE (2013), em 2011, os 23 municípios que integram a microrregião do VRP apresentavam uma população total de 419.609 habitantes, com densidade demográfica de 31,7 hab/km². No entanto, “[...] a população dos municípios varia de acordo com sua localização, sua formação histórica e seu papel na matriz produtiva dominante” (SILVEIRA; CAMPOS, 2012, p. 209). A Tabela 7 apresenta a distribuição da população dos municípios que compõem a amostra. Observa-se que são heterogêneos no que diz respeito à população rural, urbana e à densidade demográfica.

Tabela 7 - População dos municípios da amostra (2000 a 2011)

Municípios	População			2010		2011
	2000	2006	2011	Rural	Urbana	Dens. hab/km ²
Herveiras	2.957	2.966	2.961	2.570	384	25,03
Rio Pardo	37.783	37.907	37.619	11.977	25.614	18,35
Santa Cruz do Sul	107.632	114.391	119.057	13.184	105.190	162,32
Sinimbu	10.210	10.195	10.065	8.631	1.437	19,73
Vale do Sol	10.558	10.959	11.108	9.828	1.249	33,84
Venâncio Aires	61.234	64.369	66.230	24.546	41.400	85,65
Vera Cruz	21.300	23.004	24.128	10.663	13.320	77,93
Totais	253.674	265.797	273.179	81.399	188.594	60,41

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da FEE (2013).

Os dados acima revelam que nos municípios de Herveiras, Sinimbu e Vale do Sol, a população reside eminentemente na zona rural, com 87%, 85,72% e 88,72%, respectivamente, da população. A população desses municípios tem se mantido estável, com um pequeno aumento em Vale do Sol. Evidencia-se pelos dados que 41,16% da população dos municípios da amostra residem na zona rural. Enquanto a média brasileira apresenta, aproximadamente, 15% da população residindo no rural.

Observa-se que Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires são os municípios mais populosos e com maior densidade demográfica. Este fato pode ser explicado devido à presença do parque industrial de processamento de tabaco nestes municípios que funciona como estímulo para atração de pessoas que vão atrás de trabalho. Do ano 2000 a 2011, a população de Santa Cruz do Sul aumentou em 9,59%. Enquanto a população de Rio Pardo apresentou uma pequena diminuição no mesmo período.

Evidencia-se pela Tabela 7, que o município de Rio Pardo tem a menor densidade demográfica. Para Silveira e Campos (2012), isso deve-se a estrutura fundiária do município, formada, principalmente, por grandes propriedades voltadas à atividade agropastoril e de silvicultura. O município, na série histórica dos 12 anos analisados, apresentou pequena diminuição em sua população. Comparando a população urbana e rural no ano de 2010, observa-se que a população residente na zona rural equivale a 43,16% do total dos municípios da amostra.

Em estudo realizado por Silveira e Campos (2012) na região do VRP, constatou-se que está ocorrendo acentuado processo de esvaziamento do território, bem como envelhecimento e ‘masculinização’ da população nas regiões de cultivo de arroz (situadas nas várzeas dos Rios Jacuí, Pardo, Pardinho). Concluem os autores que os homens acabam dedicando-se às atividades agropecuárias, enquanto que as mulheres, por apresentarem maior mobilidade, principalmente para o setor de serviços, migram para os centros regionais.

Deste modo, a caracterização socioeconômica da microrregião do VRP é resultante tanto da forma como se deu a colonização, como de posterior instalação do processamento de tabaco. Muitos dos seus traços atuais conservam os costumes e tradições peculiares, mesmo após três gerações desde a vinda dos primeiros colonizadores (PRIEB, 2005).

4.2.2 Características socioeconômica, ambientais e dinâmica produtiva

Conforme apresentado anteriormente, a formação econômico-social da microrregião do VRP teve estreita ligação com a formação econômica e social do município de Rio Pardo. Em relação aos indicadores socioeconômicos, avaliados a partir do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH¹⁶ e do Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico – IDESE¹⁷, demonstram que, de modo geral, os índices dos municípios amostrados estão abaixo

¹⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é uma medida resumida para determinar o progresso, a longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos do desenvolvimento (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2012).

¹⁷ O Idese é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e dos Coredes, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800) (FEE, 2013).

dos índices para o estado do Rio Grande do Sul (Tabela 8). O indicador saúde foi o que apresentou o melhor desempenho, sendo o único com médias acima das médias do estado.

Os dados revelam que na microrregião do VRP encontram-se municípios com rendas baixas e dependentes exclusivamente da agricultura. Neste ponto, destacam-se os municípios de Herveiras e Vale do Sol. Por outro lado, o município de Santa Cruz do Sul, possui renda elevada, com indicadores acima da média do estado.

Tabela 8 - Índice de desenvolvimento Humano (IDH), ano 2009 nos municípios da amostra e média do Estado

Municípios	IDH				
	Educação	Renda	Saúde	Saneamento e Domicílios	Idese
Herveiras	0,779	0,557	0,867	0,174	0,594
Rio Pardo	0,818	0,667	0,817	0,422	0,681
Santa Cruz do Sul	0,880	0,863	0,844	0,526	0,778
Sinimbu	0,816	0,697	0,854	0,177	0,636
Vale do Sol	0,780	0,599	0,854	0,233	0,616
Venâncio Aires	0,842	0,811	0,842	0,376	0,718
Vera Cruz	0,851	0,770	0,881	0,541	0,761
Média da amostra	0,824	0,709	0,851	0,350	0,683
Rio Grande do Sul	0,870	0,813	0,569	0,850	0,776

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da FEE (2013).

Confrontando-se os indicadores individuais por municípios, observa-se que o município de Santa Cruz do Sul se destaca em três índices: Idese, Renda e Educação. As médias de Santa Cruz do Sul ficaram acima da média do estado para esses índices. Chama atenção o indicador Saneamento e Domicílio, além dos indicadores dos municípios da amostra estarem bem abaixo da média do estado, este indicador apresenta as maiores diferenças entre os municípios. O mais alto foi de Vera Cruz (0,541) e o mais baixo o de Herveiras (0,174).

Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, são os municípios que apresentam o melhor desempenho na renda, com 0,863, 0,811 e 0,770 respectivamente. Embora em Venâncio Aires e Vera Cruz os índices estejam abaixo da média do estado, isso indica também uma acentuada concentração de renda nestes municípios. Os demais municípios apresentaram rendas inferiores à média do Estado. Estudo realizado por Bassan (2002) revelou que este fato está associado à agricultura, principalmente à cultura do fumo, além da falta de atividades industriais significativas. Em adição a isso, prossegue o autor, “[...] há uma

concentração industrial ligada à produção do fumo, não havendo a diversificação industrial, a renda fica dependente das flutuações do mercado” (BASSAN, 2002, p. 69).

Estudo realizado pela DESER (2009) constatou que as principais áreas produtoras de fumo na região Sul do Brasil apresentam média de IDH abaixo do índice estadual; e, inclusive, a taxa de frequência escolar e renda nos municípios onde predomina a atividade agrícola de tabaco, são inferiores à dos municípios onde não se produz tabaco.

Em relação à estrutura fundiária, percebe-se que na microrregião amostrada há menor concentração de terra. Com base nos dados do IBGE (2006) apresentados na Tabela 9, o município de Rio Pardo apresenta os maiores percentuais, entre os menores estabelecimentos, de 0 até 5 ha (43%) quanto nos maiores, de 100 a 500 ha (6,13%).

Tabela 9 - Estrutura fundiária dos municípios da amostra no ano de 2006, com os índices em percentuais

Municípios	até 5 ha	5 a 10 ha	10 a 20 ha	20 a 50 ha	50 a 100 ha	100 a 500 ha
Herveiras	20,92	25,05	28,98	18,08	1,96	1,31
Rio Pardo	43,54	17,01	14,16	11,56	4,53	6,13
Santa Cruz do Sul	17,94	22,88	35,58	20,00	1,41	0,52
Sinimbu	11,95	13,08	30,19	34,77	4,14	0,86
Vale do Sol	18,44	25,20	33,33	17,96	0,90	0,42
Venâncio Aires	25,51	33,51	27,07	8,88	0,61	0,42
Vera Cruz	38,86	22,49	21,36	12,57	1,63	0,60

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2006).

Ao analisar os dados por faixa de área, constata-se que os estabelecimentos com área entre 100 a 500 ha, correspondem a 10,25% dos estabelecimentos. Os estabelecimentos com áreas entre 10 e 20 ha são maioria entre nos municípios da amostra. Os estabelecimentos com até 20 ha equivalem a 75% do total de estabelecimentos dos municípios da amostra.

O tamanho das propriedades agrícolas está diretamente relacionado com o processo de colonização ocorrido na região. Desde o princípio houve o predomínio da pequena propriedade, o que foi reforçado, com o passar do tempo, pela divisão da terra entre os membros do grupo familiar (VOGT, 1997). Nestes estabelecimentos predomina o trabalho familiar, dedicado à produção de tabaco. Estima-se que cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) regional está vinculado a este setor, evidenciando que a economia regional é significativamente especializada desde a década 1960 (SILVEIRA; CAMPOS, 2012).

De todas as microrregiões do estado, a microrregião produtora de tabaco é a que apresenta menor índice de tratores e arados de tração mecânica. O município de Santa Cruz

do Sul, por sua vez, ostenta índices de mecanização menores do que a média dos municípios da microrregião a que pertence e muito inferiores ao da média do estado. Isto pode ser explicado a partir do tipo de cultivo predominante, a estrutura agrária e a topografia da região (VOGT, 1997).

No ano de 2002, os estabelecimentos com até 10 hectares na microrregião do VRP sustentavam, aproximadamente, 53 mil pessoas. A agricultura na região, para muitos municípios, chega a representar 100% do PIB regional, com grande importância na geração de renda (CARRARO; BASSAN; SOUZA, 2002). Existe significativa participação das lavouras temporárias no valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários. Dentre as lavouras temporárias, o fumo é uma das culturas mais importantes (FOCHEZATTO, 2002).

Na região ao sul do VRP ocorre a formação de áreas campestres, tomada em parte pelos campos nativos, principalmente em grandes propriedades, sendo substituída por pastagens e cultivos diversos. Nas várzeas dos rios predomina o cultivo de arroz irrigado, associado à criação de gado (FERNANDEZ; MIGUEL; WARNER, 2008).

No que diz respeito aos aspectos ambientais, a microrregião do VRP, é formada por grandes unidades geomorfológicas. Sua formação topográfica possui variações entre formas suaves e íngremes, de acordo com Bassan (2002), são elas:

- a) o Planalto das Araucárias;
- b) a Depressão Central Gaúcha;
- c) o Planalto Sul-Riograndense.

Na vegetação da região ocorre o predomínio dos campos nativos no espaço que compreende a região central e sul do VRP, área de formação geológica constituída pela Depressão Periférica Central e do Planalto Sul Riograndense. A vegetação das margens dos rios, arroios e córregos é composta por matas ciliares, ocorrendo na região norte do vale. Já na encosta da serra encontra-se o pinheiro (*Araucária angustifolia*) associado à floresta ambrófila decidual (BASSAN, 2002).

4.2.3 Evolução da produção de tabaco no Vale do Rio Pardo

O cultivo de tabaco na microrregião do VRP é resultado histórico da combinação entre uma forma industrial com a utilização de trabalho assalariado, e outra, agrícola, vinculada ao

trabalho familiar. No processo de evolução desta prática agrícola a colonização alemã teve participação decisiva (PRIEB, 2005).

No entanto, Prieb (2005, p. 24), faz importante ressalva:

Apesar da relação do desenvolvimento da fumicultura com a pequena produção, não se pode esquecer que, inicialmente, as relações de produção da cultura fumageira estiveram presentes na formação social brasileira e escravista, sendo desenvolvida em grandes e pequenas propriedades, com a produção voltada para o mercado externo.

O tabaco começou a ser cultivado no Rio Grande do Sul em 1824, na colônia de São Leopoldo. No ano de 1850 passa a ser cultivado também na colônia de Santa Cruz, com sementes procedentes de Havana e Cuba. De imediato essa cultura passa a ser importante na economia do município que mais tarde se tornaria ‘a capital mundial do fumo’ (SEFFRIN, 1995), devido à instalação das empresas processadoras, a elevada produção e a importância da cultura na economia do município (PRIEB, 2005). A partir de 1853, o fumo já era apontado como um dos principais produtos cultivados na nova colônia (SEFFRIN, 1995).

A partir disso, o tabaco produzido na colônia de Santa Cruz foi ganhando cada vez mais destaque no mercado interno e externo. A especialização de Santa Cruz no cultivo de tabaco deveu-se a uma necessidade histórica. A despeito disso, Vogt (1997, p. 79), afirma que:

Situada mais distante da capital e não servida por rio navegável, Santa Cruz, para superar a concorrência, especializou-se na obtenção de um produto cujo transporte era relativamente facilitado, pela forma em que era acondicionado, e cujo rendimento monetário, proporcionalmente ao volume, era superior, se comparado com o milho, o feijão, a batata, a banha, etc. e cuja matéria-prima impôs-se no mercado exatamente pela sua qualidade. A qualidade do fumo originava-se não só da especialização dos colonos, mas também, e sobretudo, devido à ação dos comerciantes. Estes, além de beneficiarem adequadamente o produto, também passaram a orientar os colonos sobre quais variedades plantar, como colher... enfim, passaram a funcionar como uma espécie de técnicos agrícolas.

Na análise de Etges (1989), a expansão e a intensificação da fumicultura no Rio Grande do Sul deu-se nas regiões de pequenas propriedades de produção familiar, em virtude, principalmente, dos locais onde estarem instaladas serem inaptos para cultivo de outras culturas como a soja, o trigo e a pecuária extensiva. Somam-se a esses fatores, os solos ruins.

Após várias tentativas de cultivo do fumo tipo ‘amarelinho’ no nordeste do Brasil, foi no Sul que essa variedade melhor se adaptou. Em 1920 foi introduzido o fumo ‘Virgínia’ na região (SEFFRIN, 1995). Este tipo de fumo é originário dos EUA e é derivado de um

cruzamento de variedades daquele país com variedades da América do Sul. Atualmente, é o tipo de fumo mais valorizado. É um fumo de coloração clara, de boa qualidade, muito apreciado no mercado (NEVES, 2010).

Por volta de 1950 e início da década de 1960, havia cerca de 20 empresas fumageiras, a maioria de pequeno porte, operando em Santa Cruz do Sul. Ao final da safra, centralizavam a produção e comercializavam-na no centro do país, já que a disputa de mercado restringia-se às fábricas nacionais (SEFRIN, 1995).

O modelo econômico de produção de tabaco no Rio Grande do Sul passou, desde 1918, de uma cultura local de fumos escuros e produção autônoma para o mercado interno, para um sistema de produção integrada por força da chegada de empresas transnacionais (FERREIRA, 2006). Neste período, instala-se no município de Santa Cruz a British American Tobacco - BAT, empresa inglesa que possuía o controle acionário da Souza Cruz. Este fato significou uma verdadeira transformação no ambiente econômico do setor do tabaco do Estado e, especialmente, daquele município (SILVA, 2002). As exportações só começaram a se intensificar a partir de 1967, com a vinda das empresas multinacionais e com a especialização da variedade Virgínia (SEFRIN, 1995).

Desde então, pode-se dividir as transformações na produção de tabaco da microrregião do VRP em dois períodos distintos, de acordo com Prieb (2005): o primeiro é o anterior à década de 1960, marcado pela presença majoritária do capital de origem nacional no setor e; o segundo período, posterior à década de 1970, caracterizado pela consolidação do setor, no qual se verificou uma centralização e desnacionalização desse parque industrial. Para esta autora, as transformações foram acompanhadas de mudanças na produção de tabaco, onde a forma artesanal de produção deu lugar à modernização do processo de trabalho do fumicultor (PRIEB, 2005). O circuito de atrelamento compulsório de cada produtor rural com uma das indústrias processadoras de tabaco ampliou-se durante o séc. XX, tornando-se internacional e submetido aos critérios que impõem a redução de custos e a qualidade do produto como vantagens comparativas (FERREIRA, 2006).

A centralização e desnacionalização das empresas fumageiras ocorreu concomitante a um processo de modernização da agricultura em nível nacional, em que o uso de insumos modernos imprimiu um crescimento da produção e produtividade, mas elevou os custos para os agricultores (PRIEB, 2005). Os principais fatores que fizeram da microrregião do VRP um pólo de produção de tabaco mundial estão associados à biodiversidade da mata atlântica, o clima moderado e chuvas bem distribuídas ao longo das estações, concorrem para que seja produzido o melhor fumo de estufa do mundo (NEVES, 2010).

Atualmente, falar e pensar a produção de tabaco no Brasil é referir-se ao município de Santa Cruz do Sul, cidade que está histórica e cotidianamente ligada à produção de tabaco, concentrando, juntamente com Vera Cruz e Venâncio Aires, o maior complexo agroindustrial de tabaco do mundo (VOGT, 1997). Santa Cruz do Sul é núcleo da produção de tabaco do sul do país, levando o país a condição de maior exportador de tabaco em folha do mundo e também um dos maiores produtores tanto de fumo em folha quanto de cigarros, com 19 indústrias processadoras (NEVES, 2010).

4.3 OS ATORES ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DE TABACO NO VALE DO RIO PARDO

Para Giovenardi (2003, p. 33), “a atividade agrícola identifica uma profissão e por isso se diz que o agricultor é um profissional do campo. Vive, fundamentalmente, de seu trabalho de produzir”. Porém, ainda na análise do autor, o meio no qual está inserido, depende da relação funcional e estrutural com outras atividades complementares que, com a produção, formam o complexo econômico rural.

A produção de tabaco no Sul do Brasil é praticada por agricultores familiares e se sustenta a partir do contrato de integração entre os agricultores e as indústrias processadoras (SILVA, 2002). No entanto, envolve uma complexa rede de relações devido às características estruturais desta cadeia produtiva, que liga agentes políticos institucionais e os agricultores.

A seguir, apresentam-se alguns dos agentes envolvidos nesta rede. O conhecimento das relações e características dos agentes são essenciais para compreensão das particularidades, dos paradoxos e contradições desta atividade.

4.3.1 As bases da cadeia produtiva: os agricultores e o sistema de integração

Muitos estudos apontam que a produção de tabaco no Sul do Brasil é praticada eminentemente por agricultores familiares (ETGES, 1989; PAULILO, 1987; PRIEB, 2005; SEFRIN, 1995; SILVA, 2002). Uma pesquisa realizada no ano de 2011 pelo Núcleo de Pesquisa Social - NUPES, da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, a pedido da Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA constatou a forte inserção da agricultura familiar na atividade fumicultora da microrregião de Santa Cruz do Sul. Essa constatação foi evidenciada a partir de dois aspectos característicos desses agricultores: o uso intensivo de

mão de obra familiar e a organização da produção que associa a produção para autoconsumo e para o mercado, neste caso o tabaco (UNISC/NUPES, 2011).

De acordo com Silva et al., (2013), baseado em dados do Censo Agropecuário de 2006, constataram que 76,5% do tabaco produzido no Sul do país é praticado em estabelecimentos de até 20 ha. Este mesmo estudo evidenciou que a mão de obra utilizada é familiar, desenvolvido por pessoas com idade a partir de 14 anos; 64,25% da produção é destinada ao mercado por meio das empresas integradoras; o sistema de produção é essencialmente manual. Em relação ao uso do espaço da propriedade, 22,6% são destinados à produção de tabaco, embora este represente 55,5% da renda familiar dos agricultores. O restante da área é utilizada para cultivo de culturas alternativas e de subsistência (23,8%), criações de animais e pastagens (20,7%), florestas nativas (16%), além de reflorestamento, açudes e áreas de descanso (AGROTABACO, 2013). Convém frisar que nessas unidades de produção não existe uma divisão formal entre trabalho administrativo e executivo, sendo os membros da família responsáveis por todas essas etapas do processo produtivo (LIMA et al., 2001).

Em relação à condição legal da terra, o estudo de Silva et al. (2013) aponta que 76% dos agricultores são proprietários das terras onde cultivam, arrendatários e ocupantes equivalem a 9%, 9% também é o percentual de produtores sem área, agricultores que cultivam em parceria e os sem área são 3% e 2%, respectivamente, e 1% equivale aos assentados sem titulação. Na pesquisa realizada pela UNISC/NUPES (2011), os dados da amostra levantada mostraram que 68,4% dos entrevistados possuía o ensino fundamental incompleto, 6,8% dos agricultores não tinham instrução, ou tinham menos de um ano de estudo e apenas 8,7% possuíam ensino médio completo. Em relação à renda, para 70,5% dos agricultores a comercialização de tabaco é a única fonte de renda.

Em geral, os agricultores aprendem o cultivo do tabaco com seus pais, isso significa uma condição estável do ponto de vista de familiaridade destes trabalhadores com este ramo. Na perspectiva de Ferreira (2006, p. 146) “[...] a permanência num determinado ramo confere identidade e uma prática de manejo da cultura por experiência e/ou conhecimento técnico que, a despeito dos tropeços inevitáveis, ajuda os produtores a reduzir a margem de incerteza sobre seu negócio”. O autor enfatiza ainda que, uma vez “[...] que todo produto tem sua crise, o melhor é construir um aprendizado sobre as crises próprias de um ramo, sem mudar com frequência de ramo, que tornaria a condição de qualquer agricultor insustentável” (FERREIRA, 2006, p. 146).

De acordo com Silva (2002), a média de tempo ao qual o produtor se dedica à cultura é de 23 anos. Este fato é considerado também no momento de decidir sobre continuar ou não na atividade, uma vez que o costume faz com que as pessoas se acomodem com a atividade econômica exercida (SILVA, 2002).

Outro fator relevante que contribui para os agricultores seguirem cultivando tabaco é apresentado por Silva (2002, p. 156), tendo por base um estudo do Instituto Brasileiro de Pesquisas - IBRAP (2000), onde 93,56% dos agricultores analisados consideraram o tabaco como sendo a atividade que proporciona a melhor receita, se comparada com outras. Os resultados apontaram ainda que 77,23% dos agricultores não acreditam que outra cultura ou criação seja capaz de oferecer os mesmos rendimentos monetários que o tabaco, na mesma quantidade de terras.

No entanto, para Payes (1993, p. 138) a avaliação da “[...] expectativa de ganho sob as óticas do esforço de trabalho e da pouca terra de planta necessária não é suficiente para explicar a integração” dos agricultores. Para o autor, a explicação está no “[...] fato de que a expectativa de ganho é avaliada também do ponto de vista da sua incerteza”. Ou seja, caso o retorno financeiro do tabaco seja insuficiente para saldar as dívidas contraídas para o processo produtivo, o que causa medo nos agricultores (PAYES, 1993).

Contudo, este medo é atenuado, por um lado pela análise das expectativas de incerteza de atividades alternativas, estimulada pela ação das agroindústrias, mas também confirmada ou não pelas experiências dos próprios agricultores (PAYES, 1993) que decidiram tentar outras atividades. A incerteza do cultivo do tabaco é diminuída também pelo próprio ciclo biológico de maturação da planta, uma vez que exige uma colheita descompassada no decorrer de dois meses. Neste caso, quando ocorrem coincidências de chuva, prejudica-se apenas parte da produção (PAYES, 1993).

No Sul do Brasil, o tipo de cultivo de tabaco adotado mais utilizado é o simples, correspondendo a 92,8% do total. O associado responde por 5,7%, o intercalado por 1% e o misto por 0,5%. A maior produtividade é proporcionada pelo cultivo simples, com média de 1.982 kg/ha, seguido pelos cultivos intercalado e associado, com médias de 1.694 kg/ha e de 1.559 kg/ha, respectivamente (SILVA et al., 2013).

A produção de tabaco está sujeita, na grande maioria dos casos, a um contrato, cujos termos referentes à produção e organização do cultivo são determinados pelas empresas. O volume, estabilidade e a qualidade da produção são controlados por esse dispositivo chamado Sistema Integrado de Produção de Tabaco. Considerado um dos pilares da produção de tabaco, o SIPT, criado há mais de 90 anos (RUDNICKI, 2012) pela empresa British American

Tobacco – BAT, é importante para o setor já que 56,7% da produção é vendida para as empresas integradoras. A comercialização direta para as indústrias equivale a 26% e a intermediários a 12% da produção (SILVA et al., 2013).

O vínculo entre os agricultores e as agroindústrias processadoras dá-se por meio do SIPT, o qual é efetuado a partir de contrato formal, assinado pelos fumicultores na adesão ao SIPT que estabelece as relações entre os agentes (RUDNICKI, 2012). O contrato de integração com as indústrias de processamento possui o seguinte formato:

- a) a produção é subordinada às condições contratuais impostas pela empresa, recebendo o agricultor em troca a garantia da venda da safra;
- b) a empresa fornece sementes, assistência técnica e custeia o transporte das folhas, contrata linhas de créditos para os produtores junto à rede bancária, facilita a aquisição de créditos e, caso precise, atua no processo de renegociação das dívidas dos fumicultores;
- c) existe um contrato de compra e venda da produção, no qual é estabelecido o tipo de fumo a ser produzido, a área que será utilizada naquela safra, variedades de sementes e estimativa de produção;
- d) há também o pedido de insumos, receituário agrônomo, seguro AFUBRA, procuração na qual o produtor concede à AFUBRA poder para assinar documentos em seu nome para formalização do financiamento bancário, declaração de Imposto Territorial Rural - ITR, nota promissória referente ao valor dos insumos e adesão ao programa de responsabilidade social (NEVES, 2009).

Assim, o contrato estabelece as vantagens para os agricultores (garantia de venda da produção, assistência técnica, assistência financeira e transporte do tabaco) e as vantagens para a empresa (planejamento de safra, fornecimento regular, qualidade do produto, integridade do produto, garantia de fornecimento da matéria-prima). Na opinião de Rudnicki (2012, p. 44-45) o contrato passa a ser “[...] um instrumento de controle que objetiva mitigar ou enfrentar possíveis comportamentos oportunistas e reporta os atores a uma situação de não negociação perante as empresas”.

A intermediação entre agricultores e a empresa integradora é realizada pelo orientador técnico, o qual é responsável por visitar e oferecer a parceria aos agricultores. É ele quem operacionaliza o cumprimento do contrato (RUDNICKI, 2012). Geralmente, as empresas escolhem para esta função uma pessoa moradora da região onde está atuando, isso funciona

como fator motivador para aumentar a adesão dos agricultores a assinar o contrato. Assim, é difícil para os agricultores recusar a proposta, quando está diante de duas alternativas: recusar assinar o contrato e arriscar cultivar um produto que não tem mercado garantido, tendo que se virar para obtenção de recursos para custear a produção e investir na propriedade (SILVA, 2002), ou aceitar assinar e contrato e ter todas essas alternativas sem precisar sair de casa. Para Silva (2002, 157), quando o agricultor aceita assinar o contrato, é uma forma de economizar “[...] sua racionalidade limitada, submetendo-se às direções sugeridas pelo capital internacional, oligopolizado, sendo conduzido pelo mesmo”.

4.3.2 Entidades de apoio e representação dos agricultores: MPA, CEDEJOR, AFUBRA e EMATER

Há diversas organizações (públicas, privadas, ONG’s etc.) envolvidas, direta ou indiretamente, no setor produtivo do tabaco. Tais entidades de representação dos agricultores familiares produtores de tabaco podem ser divididas entre as que possuem ação local e ação nacional. Como entidades com articulação e ação nacional, pode-se citar: a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Além de órgãos governamentais, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Como exemplo de organizações de ação local destaca-se o CEDEJOR e a EMATER, além do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA).

De acordo com a proposta desta pesquisa, a seguir apresenta-se uma breve descrição e ação das entidades que surgiram nos discursos dos agricultores entrevistados (AFUBRA, CEDEJOR, EMATER e MPA). Acredita-se que tal procedimento poderá auxiliar na compreensão da relação entre os agricultores e essas entidades.

Silva (2002, p. 158), afirma que “[...] quando se discute a participação dos agricultores no complexo agroindustrial, é preciso fazer referência a sua representação”. Neste caso, o principal representante dos agricultores é a Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA. A entidade fundada em 1955, no município de Santa Cruz do Sul, na sua fundação foi denominada de Associação dos Plantadores de Fumo em Folha do Rio Grande do Sul. Naquela época, o estado do RS era o principal produtor de tabacos claros do Sul do país,

assim, a atuação da entidade estava voltada para os agricultores desse estado (BELING, 2006). A respeito da criação da AFUBRA, Beling (2006, p. 49) aponta que:

[...] sua criação decorreu da necessidade de união entre os produtores de tabaco do Rio Grande do Sul, preocupados em defender seus interesses e a sustentabilidade das suas lavouras. Dentro desse contexto, a própria criação da AFUBRA constitui uma importante iniciativa social, pois ela surgiu para concentrar os esforços dos produtores no sentido de viabilizarem a sua atividade.

Neste aspecto, Vogt (1997, p. 211) ressalta que os agricultores, em comparação às indústrias, “[...] organizaram-se tardiamente numa entidade representativa que fizesse valer os seus anseios, desejos e necessidades”. Haja vista que as indústrias do setor já estavam organizadas em associação desde 1942. Os principais motivos para a criação da AFUBRA foram:

- a) a situação de desamparo e desproteção em que se encontravam os fumicultores face ao mercado;
- b) as despesas provenientes da precipitação de granizo;
- c) a negociação do preço do fumo que não se fundamenta nos custos de produção da matéria-prima (VOGT, 1997).

Colaborou para a criação da AFUBRA o fato da atividade estar sob forte tensão e expectativa, tendo em vista que, em sucessivas safras, as famílias de agricultores encontraram sérias dificuldades para vender o fumo. As empresas argumentavam dizendo que os estoques mundiais estavam muito elevados e, ao mesmo tempo, o mercado interno não conseguia absorver totalmente a produção (BELING, 2006). Ao longo de seu desenvolvimento a AFUBRA enfrentou problemas diversos, principalmente com as indústrias, no estabelecimento dos preços. Posteriormente, quando começou a mostrar sua representatividade, passou a receber pedidos de agricultores de Santa Catarina e Paraná, interessados no seguro contra granizo. Assim, em 1963, passa a chamar-se Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA (BELING, 2006).

Na safra 2003/2004, a entidade contava com 156.058 associados nos três estados do Sul do país (BELING, 2006), atualmente, são 165.000. A entidade atua hoje, principalmente, por meio da luta no estabelecimento do preço do fumo, oferecimento do seguro contra granizo, seguro contra sinistros nas estufas e auxílio funeral, em caso de morte de associado (SILVA, 2002).

Em estudo realizado por Rudnicki (2012), na microrregião do VRP e no município de Dom Feliciano, a autora constatou que a confiança dos agricultores na AFUBRA “aumenta na medida em que a faixa etária também aumenta. No que se referem à integração, aqueles não integrados apresentam mais baixa confiança na AFUBRA do que os integrados (43,2% têm confiança alta na entidade)”.

Uma das entidades de apoio dos agricultores, citada por eles na pesquisa foi o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural - CEDEJOR. Criado no ano de 2001 e reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em novembro de 2002, o CEDEJOR está presente nos três estados do Sul do Brasil. A entidade está presente em 45 municípios, com centros de formação (núcleos) nos municípios de Rio Pardo/RS, Lauro Muller/SC e Guamiranga/PR. A estrutura organizacional do CEDEJOR é composta por uma instância deliberativa (composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e os Conselhos Comunitários de cada Núcleo) e uma instância executiva (composta por uma gerência executiva e pelas equipes de trabalho de cada núcleo) (CEDEJOR, 2012).

Cada núcleo possui um Conselho Comunitário, constituído por representantes das comunidades rurais do território de atuação, de jovens e representantes de entidades parceiras. Este conselho tem caráter consultivo e suas atribuições são assessorar e aconselhar as coordenadorias nas suas tarefas. Esta forma de organização estabelece um modelo de gestão participativa e está previsto na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) (CEDEJOR, 2012).

De acordo com o estatuto social do CEDEJOR seus principais objetivos e linhas de atuação são: promover ações sociais, educacionais e culturais que contribuam para a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde atua. Para tanto, a instituição se propõe a desenvolver processos educacionais participativos que busquem a formação do jovem rural que permitam a gestão de alternativas voltadas ao desenvolvimento econômico e social integrado e sustentável das comunidades rurais. Esta atuação visa a reduzir o abandono dos jovens do meio rural, garantindo assim, a permanência deste público no meio rural que representam o potencial de transformação do ambiente onde vivem.

A entidade mantenedora do CEDEJOR é o Instituto Souza Cruz, que constitui uma associação civil de natureza educacional e cultural, sem fins lucrativos, concebida para a promoção de ações sócio educacionais e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável do cidadão brasileiro. Atualmente, as fontes de recursos para custeio do Instituto provêm de doações exclusivas da Souza Cruz S.A.

Outra entidade de apoio aos agricultores atuando na microrregião do VRP é o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Trata-se de um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. Seu principal objetivo é promover a produção de comida saudável para as famílias agricultoras e para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais, de acordo com o (MPA, 2013).

O MPA integra a Via Campesina, articulação internacional de movimentos camponeses, e junto com outros movimentos e setores da sociedade luta por um projeto popular para o Brasil. Atualmente, o movimento está organizado em 17 estados do país (MPA, 2013).

As principais ações do MPA atualmente estão pautadas no Plano Camponês, o qual objetiva afirmar “[...] o Campesinato como um sujeito político e histórico, capaz de concretizar através de lutas e propostas um conjunto de ações econômicas, políticas e culturais que traduzem concretamente os objetivos do MPA” (SILVA, 2012, p. 57). Tais objetivos são: construir um novo modelo de desenvolvimento no campo, baseado na produção de alimentos saudáveis, na produção de energias renováveis, no cuidado com a natureza e na geração de postos de trabalho descentralizado (SILVA, 2012). O Plano Camponês está estruturado em três eixos centrais: soberania (alimentar, territorial, energética), produção (agroindústrias, organização), educação e formação (formal e informal), vida digna e de qualidade (lazer, saúde), comunidades camponesas e lutas políticas (SILVA, 2012).

Uma das ferramentas para operacionalizar o Plano Camponês é Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil - Cooperfumos. A cooperativa, sediada em Santa Cruz do Sul, foi fundada em 2004 e tem 11 mil associados. Sua atuação está centrada em incentivar os agricultores a criar novas alternativas de renda em minifúndios nos quais, além do fumo, cultivam-se tradicionalmente pequenas áreas de arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora, verduras, legumes e árvores frutíferas, além de animais: galinha, pato, peixe, peru e gado de leite e de corte (MPA, 2013).

Durante a realização desta pesquisa, a Cooperfumos estava desenvolvendo com os agricultores do VRP um Projeto de ATER com as seguintes atividades: visitas técnicas, cursos, reuniões, dias de campo, distribuição de “kit de diversificação” (com sementes crioulas de milho, linhaça, batata doce, cana de açúcar, mandioca, feijão e hortaliças; mudas nativas/frutíferas, pintos caipiras para melhoramento genético) (Figura 9). Essas atividades

visaram a estimular a diversificação e agregar renda nas propriedades, gerando melhores condições de vida para os pequenos agricultores (MPA, 2013).

Figura 9 – Atividades desenvolvidas pelos técnicos da Cooperfumos



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Nota: Técnicos da Cooperfumos palestrando sobre os objetivos do projeto de segurança alimentar (A) e confeccionando caldas sulfocálcica e bordalesa (B)

4.3.3 As indústrias manufatureiras de tabaco

Diferente do que ocorre na maior parte dos países produtores de tabaco, no Brasil esse processo agrega dois componentes essenciais do sistema de integração: as indústrias processadoras e o agricultor familiar (PRIEB, 2005). A expansão deste setor tem se caracterizado por uma intensa concorrência oligopsônica¹⁸ das indústrias (ETGES, 1989; SILVA, 2002). Este sistema atua com especificidades próprias cuja característica marcante é o elevado controle das indústrias processadoras que não se limitam a concentração da produção no âmbito da comercialização e processamento, mas também atuam enquanto fornecedores dos principais insumos que compõem o custo de produção agrícola (PRIEB, 2005).

A entrada no mercado brasileiro de grandes empresas internacionais esteve relacionada a mudanças no mercado internacional, especialmente dos EUA e Zimbábue, entre as décadas de 1960/1970. Desde então, as principais transformações do setor produtivo do tabaco são pautadas pela competição entre as empresas, no mercado de tabaco brasileiro. A frequente e intensa disputa do mercado ocorre por meio de fusões e aquisições entre as grandes empresas (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). “Apesar da elevada concentração, há

¹⁸ É uma forma de mercado com poucos compradores, chamados de oligopsonistas, e inúmeros vendedores. No Brasil, este tipo de concorrência é evidente no setor do tabaco, existem cinco grandes indústrias processadoras que compram tabaco de milhares de pequenos agricultores.

acirrada concorrência entre as empresas para conquistar novos produtores e até mesmo para capturar produtores de outras empresas” (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009, p. 123).

A inserção das empresas transnacionais no Brasil contou com apoio de órgãos nacionais e internacionais, tais como “[...] o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao avaliar as mudanças de política do governo, encorajou as empresas multinacionais a fazerem investimentos no Brasil” (SILVA, 2002, p. 171). Como aponta Prieb (2005, p. 31) “o crescente aumento dos investimentos das empresas estrangeiras de fumo, no país, culminou por absorver a maior parte das empresas fumageiras nacionais que não tinham mais possibilidades de acompanhar o ritmo de crescimento da Companhia Souza Cruz”.

Na análise de Prieb (2005), como as empresas nacionais não tiveram como fazer frente aos grandes investimentos das multinacionais, em curto espaço de tempo, foram sendo adquiridas em processos de transações, incorporações e fusões. Segundo a autora, até 1965 havia apenas uma empresa de capital estrangeiro no Estado do Rio Grande do Sul (SOUZA CRUZ), porém, a partir de 1990, a situação inverteu-se de tal modo que, em 2005, o município de Santa Cruz do Sul contava com apenas uma empresa de capital nacional (PRIEB, 2005).

No que refere-se à produção de tabaco que é realizada por agricultores familiares, as empresas transnacionais desenvolveram diversos instrumentos de suporte aos agricultores, que garantem a não internalização da produção por estas (SILVA, 2002), atividade que é considerada de alto risco (PRIEB, 2005). Para Silva (2002, p. 174), isso ocorre “[...] porque os custos de transação são mais baixos do que os custos de se promover uma integração vertical da produção agrícola”. Deste modo, segundo o mesmo autor, as empresas também não internalizam o custo de mão de obra, o qual é elevado.

Silva (2002) ressalta a grande capacidade das indústrias em obter informações sobre as características do setor, em relação aos agricultores. Consequentemente, lhes proporciona maior poder de barganha nas negociações sobre preços e classes do produto. Este fato gera uma assimetria de conhecimento e informação entre os agricultores e as indústrias, que é conveniente aos responsáveis pela governança das relações existentes entre os agentes (SILVA, 2002).

Importante a ser observado é que as empresas que exportam tabaco no Brasil são, via de regra, as mesmas que compram nos outros países. Porque tratam-se apenas de territórios de produção diferenciados a nível de Estados-Nações diferentes, mas o controle do processo está nas mãos dos mesmos grupos monopolistas (ETGES, 1989).

Embora a população brasileira corresponda a 34% do continente, o Brasil é o maior mercado latino-americano de cigarros, com consumo de cigarros correspondente a 42% do total vendido na América Latina (DESER, 2010). Atualmente, o mercado de fumo em folha no Brasil encontra-se fortemente concentrado em quatro grandes empresas: Universal Leaf Tabacos, Souza Cruz, Philip Morris Brasil e a Alliance One. A seguir apresentam-se informações sobre os perfis e desempenhos das referidas empresas, todas com atuação na microrregião do VRP.

4.3.3.1 Souza Cruz

Fundada em 1903, iniciou o processo de fomento da produção de fumo na região Sul a partir de 1914, quando foi adquirida pelo grupo British American Tobacco (BAT) (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). É o segundo maior grupo no mercado de tabaco mundial, com atuação em cerca de 180 países (DESER, 2010, p. 48). Atualmente, a empresa atua de maneira integrada com 40 mil fumicultores e domina 62% do mercado brasileiro de cigarros. No primeiro semestre de 2010, a empresa lucrou R\$ 706,5 milhões e receita líquida de R\$ 2,562 bilhões. No que se refere às vendas externas, a Souza Cruz exporta para cerca de 50 países. Em 2009, o volume chegou a 113 mil toneladas. Sua fábrica em Uberlândia/MG é a maior produtora de cigarros da América Latina e a segunda maior do mundo (DESER, 2010).

4.3.3.2 Universal Leaf Tabacos Ltda.

É subsidiária do grupo Universal Leaf Corporation, presente em mais de 30 países. Atua no Brasil desde 1970, sendo uma das maiores exportadoras do Rio Grande do Sul (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). Na Região Sul do Brasil, a empresa mantinha até 2009 contratos de integração com 50 mil produtores. Em junho de 2010 a empresa anunciou a venda de parte de seus contratos de integração (8,5 mil, 20% do volume produzido no país) para a Philip Morris Brasil. No município de Santa Cruz do Sul/RS está instalada a maior fábrica da empresa que serve também como armazenamento do produto (DESER, 2010).

4.3.3.3 Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.

As atividades da empresa compreendem a seleção, compra, processamento, embalagem e armazenamento de folhas de tabaco, a empresa não produz cigarros

(BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). Na safra 2009, a empresa contava com 44 mil produtores integrados em mais de 600 municípios da região Sul. Naquela safra a empresa anunciou a venda de 8,5 mil contratos de integração para a Philip Morris Brasil. Na safra de 2009/10 a empresa obteve um lucro líquido de 79,9 milhões de dólares (DESER, 2010). Do total produzido e beneficiado pela empresa, 95% são destinados à exportação, principalmente para países do Mercado Comum Europeu, Extremo Oriente, Leste Europeu, América do Norte, África, Oriente Médio e América Latina, e 5% ao mercado interno. Em 2009, foram exportadas 130 mil t., que colocaram a empresa na posição de maior exportadora de tabaco do RS (DESER, 2010).

4.3.3.4 Philip Morris Brasil

A empresa opera no Brasil desde 1973, suas atividades consistem na produção de cigarros (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009). É uma das empresas da Philip Morris International, maior companhia do setor de tabaco do mundo, sendo responsável por 15,6% do cigarro consumido mundialmente. Em 2009 teve uma receita operacional mundial de 6,13 bilhões de dólares (DESER, 2010). A empresa está iniciando um processo de verticalização de sua atuação no Brasil, com a compra direta de tabaco em folha de 17 mil produtores do Sul do país. Com a iniciativa, a filial brasileira passa a ser fornecedora do insumo para outras unidades da Philip Morris International, suprimindo cerca de 10% da demanda global de tabaco em folha. Além disso, em 2010, a empresa anunciou investimentos de R\$ 110 milhões para a ampliação de seu complexo industrial no município de Santa Cruz do Sul/RS (DESER, 2010).

Destas empresas, apenas a Souza Cruz e a Philip Morris trabalham com toda a cadeia, ou seja, desde a produção do tabaco até a comercialização do cigarro, juntas elas são responsáveis por uma participação no mercado nacional de 73%. Além destas principais, em menor proporção, outras empresas também estão envolvidas no mercado do fumo em folha, seja na produção ou na compra e beneficiamento da matéria-prima para venda. Por exemplo: a ATC – Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda.; Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S/A; China Brasil Tabacos Exportadora S.A.; CTA – Continental Tobaccos Alliance S.A.; a Industrial Boettcher de Tabacos Ltda.; JTI Kannenberg Comércio de Tabacos do Brasil Ltda.; JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda.; a Intab – Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda.; a Premium Tabacos do Brasil Ltda.; a Tabacos Marasca Ltda.; Tabacos Novo Horizonte Ltda.; Unifumo Brasil Ltda. e a Valesul Brasil Tabacos Ltda (SINDITABACO, 2014).

4.3.4 Os órgãos de representação das indústrias processadoras de tabaco

Os principais representantes dos interesses das indústrias são a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO), o Sindicato das Indústrias do Tabaco (SINDITABACO) e a Câmara Setorial do Tabaco, além dessas, existem outras entidades ligadas ao setor (PRIEB, 2005). Segundo Buainain e Souza Filho (2009), a Câmara Setorial do Tabaco compõe a estrutura funcional do Conselho do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo por finalidade propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades da cadeia produtiva do tabaco e dos setores a ele associado. Esta organização tem caráter consultivo, sendo composta por representantes dos segmentos que constituem a cadeia, incluindo os segmentos montante e a jusante da produção.

O SINDITABACO foi criado em 1947, sua atuação dá-se através da representação em discussões com organizações governamentais sobre impostos, taxas e legislações, em dissídios coletivos de trabalhadores da indústria, levantamento dos custos de produção, juntamente com a AFUBRA. Atua, ainda, na promoção de atividades referentes à produção (técnicas, fornecimento de insumos, crédito rural e investimentos), comércio externo (legislação, tarifas e organismos internacionais), meio ambiente e comunicação social (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

A ABIFUMO representa a indústria perante os órgãos governamentais e a sociedade civil, exercendo um papel de relações públicas e *marketing* corporativo, com intuito de criar uma imagem de modernidade e de confiabilidade tecnocientífica diante dos negociadores globais, dos técnicos do poder público e da opinião pública (BOEIRA, 2002). A entidade foi fundada em 1979, para representar os interesses das indústrias fora da esfera sindical de atuação, essa função era desempenhada pelo SINDITABACO (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Essas entidades agem de forma articulada em benefício das indústrias. Em relação aos seus discursos, Prieb (2005, p. 47) aponta que:

Percebe-se que essas instituições possuem um discurso que defende as empresas fumageiras, sendo que na imprensa tentam inculcar a necessidade da continuidade do setor, justificando a importância que se traduz não apenas na renda dos agricultores, mas na geração de empregos e principalmente na manutenção do homem no campo uma vez que de forma crescente a parte agrícola da produção ocupa braços de pessoas desprovidas de terra. Os Seminários Nacionais do Fumo são, por sua vez, verdadeiros palcos que unem os interesses e cujas discussões resultam na busca de apoio político nas diferentes esferas do governo, prefeituras, estado e união, ou seja, a ideia defendida pela Abifumo e Sinditabaco é a de criação de um fundo especial

para os agricultores fumageiros na forma de garantia de um valor mínimo sem que isso se traduza na criação de novos impostos para as empresas.

4.3.5 As organizações: o governo e os bancos

Com o advento do Sistema de Produção Integrada de Tabaco – SPIT, a relação entre os bancos e os agricultores passou a ser intermediado pelas indústrias processadoras. Como previsto no contrato de integração, cabe às indústrias realizar toda a parte burocrática nas operações de crédito junto aos bancos, posteriormente, as indústrias que entram como avalistas dos agricultores, se encarregam de repassar a eles cópia dos documentos gerados nas operações de custeio ou financiamento (DESER, 2010).

Deste modo, as indústrias, já com autorização prévia dos agricultores, faz o pedido de empréstimo junto às instituições bancárias (SILVA, 2002). As indústrias e os bancos afirmam que seria mais difícil para os fumicultores obterem crédito individualmente, devido à burocracia envolvida para a liberação dos recursos (DESER, 2010). Nesse sentido, um dos problemas verificados no processo de financiamento é que as empresas não costumam fornecer cópia do documento de crédito gerado aos fumicultores, onde constam as informações sobre as operações realizadas, o que acaba gerando dúvidas e insegurança por parte dos agricultores (DESER, 2010).

Devido a pressões e mobilizações de setores representativos da agricultura familiar, que viam na fumicultura uma atividade não alimentar de um setor não estratégico, a partir de 2001, o Estado deixou de financiar a lavoura de fumo com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (LIMA, 2007). A partir de então, o custeio das lavouras de fumo vem sendo realizado através das exigibilidades bancárias (Recursos Obrigatórios – MCR 6.2). Desde então, os fumicultores podem acessar a linha Pronaf Custeio, desde que os recursos sejam destinados exclusivamente para a implantação de outras culturas (DESER, 2010).

O governo tem papel importante para estimular setores estratégicos da economia. Dentre estes setores, a agricultura é um dos quais a intervenção do estado está presente há muito tempo. Na análise de Delgado (2009, p. 16), as razões para a intervenção do estado na agricultura estão ligadas às particularidades deste setor:

[...] que condicionam a atuação dos agentes econômicos e dos atores sociais, introduzindo imperfeições e falhas no funcionamento dos mercados e gerando resultados que distorcem a distribuição intersectorial da renda e do emprego na economia, prejudicam o abastecimento alimentar doméstico e provocam

consequências sociais e políticas indesejáveis do ponto de vista do bem-estar econômico e social.

O padrão de intervenção estatal adotado pelos países em desenvolvimento no período pós guerra foi caracterizado por projetos de industrialização via substituição de importações, que impactaram consideravelmente a agricultura. Tais projetos pautados na transferência de recursos para o financiamento da industrialização impactaram consideravelmente a agricultura (DELGADO, 2009).

As indústrias processadoras de tabaco, que tiveram papel preponderante na consolidação do setor no Brasil, se beneficiaram deste contexto institucional. A inserção e instalação das mesmas no país teve auxílio dos governos militares, como parte do projeto de modernização da agricultura iniciada por eles (SILVA, 2002). Neste sentido, Prieb (2005, p. 28) enfatiza que “[...] a política de apoio estatal favorável à instalação de agroindústrias no país e a constituição dos complexos agroindustriais facilitaram, em um dado momento da vida nacional, a concretização da entrada dessas empresas no Brasil”. As medidas do governo favoreceram tanto as indústrias quanto os agricultores. Através da disponibilização de linhas de crédito voltadas para o custeio da safra, “[...] pode-se afirmar que a indústria a montante também desfrutou dos benefícios proporcionados pelo setor público brasileiro” (SILVA, 2002, p. 174).

Com incentivos como isenções de impostos e promessa de uma economia protecionista, os governos militares promoveram a vinda das indústrias visando fortalecer as exportações do país. Dessa forma, as indústrias também seriam beneficiadas com o bom desempenho do setor. A conjuntura internacional e o ambiente institucional do Brasil, que favoreciam os investimentos das indústrias, fizeram com que o setor do tabaco no país se tornasse dominado pelo capital internacional (SILVA, 2002).

Organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), através de avais dados às políticas governamentais, apoiavam os investimentos das indústrias multinacionais a investirem no Brasil. Aproveitando-se do ambiente já criado pela Souza Cruz, que havia se instalado no RS, as indústrias deram início a uma série de aquisições de empresas nacionais de menor porte (SILVA, 2002).

Há ainda outro componente da cadeia produtiva do tabaco, que age estritamente no processo de venda da produção, trata-se dos intermediários ou ‘picaretas’, esses agentes operam com significativo espaço no mercado de fumo. Eles são responsáveis por dinamizar o mercado e também por ‘servir’ aos dois lados do processo. Para os agricultores é uma alternativa de venda para o fumo de baixa qualidade ou para os excedentes de produção que

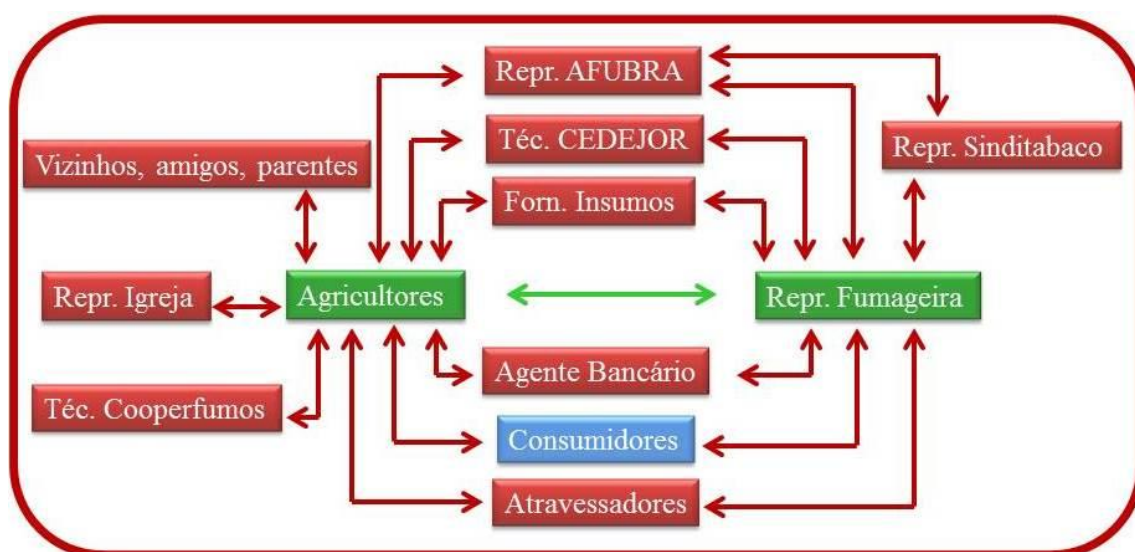
superaram o volume acordado com a empresa integradora. Por outro lado, para as empresas, são vistos como uma oportunidade de compra de insumos, caso haja falta de matéria-prima de qualidade (SILVA et al., 2013).

Os picaretas também entram em cena quando se verificam dificuldades nas negociações em torno do preço pago ao agricultor em consequência de uma suspensão temporária na compra pelas empresas. Neste momento os atravessadores circulam pelo interior dos municípios do VRP oferecendo uma remuneração bem abaixo do preço praticado na safra anterior (PRIEB, 2005), para posteriormente vender o fumo às indústrias maiores.

Assim, os atores apresentados até aqui são os principais responsáveis pela coordenação e operação do SIPT no VRP. O funcionamento do SIPT é resultado de uma estrutura organizacional e social complexa, composta por diversos agentes interdependentes. Na esfera das relações sociais, alterações no contexto institucional refletem nas realidades individuais dos agricultores, uma vez que não há limitação geográfica entre suas ações. A Figura 10 apresenta uma sintetização da rede de relações sociais dos agricultores entrevistados.

Um agente qualquer do setor produtivo, portanto, está ligado a vários outros com os quais interage e troca informações. O que liga os agentes são normas sociais, culturais e econômicas estabelecidas pelo contexto institucional, mas também são as regras internas à organização produtiva contida na infraestrutura tecnológica e nas relações existentes no núcleo familiar.

Figura 10 - Esquema dos integrantes da rede de relações sociais dos agricultores entrevistados no VRP (2013)



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

A relação do agricultor e a agroindústria é constituída por práticas econômicas, sociais e políticas, confrontando seus interesses, interação em suas propostas de organização e reorganização econômica e social. Com isso, considerando que o ambiente institucional não é um elemento estático, mas sim um agente com diversas composições, o que coloca os agricultores em situação de complexidade e incerteza. Neste contexto, os atores sociais não estão todos dotados dos mesmos recursos, capacidades e oportunidades, nem das mesmas relações e poderes, correndo o risco de que uns poucos privilegiados alcancem suas metas (GIOVENARDI, 2003).

Apresentada a conjuntura do setor produtivo do tabaco no VRP, evidenciando um pouco as articulações e elementos do contexto dos agricultores, resta tentar compreender o papel da racionalidade que estas famílias de agricultores elaboram e utilizam, bem como os fatores utilizados em suas avaliações. Este será o tema a ser tratado no capítulo a seguir.

5 A DIVERSIDADE DAS RACIONALIDADES DOS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO DO VALE DO RIO PARDO

O objetivo do presente capítulo é apresentar e analisar os principais dados empíricos da pesquisa, articulando-os com o referencial teórico e o problema de pesquisa, de modo a discutir a racionalidade que sustenta a opção dos agricultores familiares do VRP em produzir ou deixar de produzir tabaco. Deste modo, este capítulo responderá ao segundo objetivo específico ‘descrever as características dos perfis dos agricultores entrevistados nos municípios selecionados do Vale do Rio Pardo’ e; ao terceiro objetivo específico ‘identificar e analisar os fatores que influenciam no processo de racionalidade dos agricultores ao optar por produzir ou deixar de produzir tabaco’.

Os processos de percepção das situações e o raciocínio são básicos para a explicação do comportamento humano: o que uma pessoa aprecia e deseja influencia o que vê e interpreta, assim como o que vê e interpreta influencia o que ela aprecia e deseja. Em outros termos, a pessoa decide em função de sua percepção das situações. As pessoas são processadoras de informação, criadores de opinião e tomadores de decisão (CHIAVENATO, 2000).

Através dos dados levantados na pesquisa de campo, observou-se que os modelos das situações desenvolvidos pelos agricultores no momento de avaliar as alternativas em produzir ou deixar de produzir tabaco poderiam ser discutidos a partir de suas percepções em relação ao cultivo do tabaco. Sendo assim, identificou-se uma percepção negativa e outra positiva. Recorrendo-se ao referencial teórico, foram utilizados três critérios que, dentre outros, podem ser responsáveis pela criação das referências dos agricultores e influenciam diretamente na definição dessas duas percepções da seguinte maneira:

- a) o modelo da situação percebida pelos agricultores apresenta-se restrito e simplificado devido às informações que compõem esse modelo serem incompletas;
- b) a influência dos ambientes organizacional e social dos agricultores se manifesta na interação dos agricultores através de suas relações com as indústrias, com seus representantes, vizinhos etc.;
- c) o conjunto de experiências boas e ruins da vida dos indivíduos causam efeitos marcantes, neste sentido, muitos agricultores, a partir de suas realidades individuais, irão considerar essas experiências ao optarem por produzir ou deixar de produzir tabaco.

Através desses critérios, as racionalidades das 63 famílias de agricultores entrevistadas nesta pesquisa podem ser discutidas, independente das categorias em que foram enquadradas, em dois grupos de acordo com suas percepções em relação à produção do tabaco. As percepções são:

- a) percepção negativa do cultivo do tabaco: fazem parte desse grupo os agricultores descontentes com essa atividade agrícola, no campo da produção reclamam da intensidade do trabalho, do risco à saúde pelo uso de agrotóxicos, do custo da mão de obra e de sua gradual diminuição, dos altos custos de produção; na parte comercial apontam os baixos preços pagos pelo fumo e o pouco poder de barganha nas negociações;
- b) percepção positiva do cultivo do tabaco: agricultores que encaram essa atividade com pontos positivos e negativos, como outra qualquer, demonstram gratidão com a atividade, sendo ela a mais importante fonte de renda da família e a possibilidade de permanecerem no meio rural.

A divisão da amostra nesses grupos é importante para auxiliar e facilitar na compreensão da racionalidade dos agricultores, buscando responder aos objetivos propostos e a questão levantada no problema de pesquisa. No decorrer das seções desse capítulo serão apresentadas demais características das percepções negativas e positivas, além de evidenciar a relevância dos critérios utilizados para estabelecer os grupos.

Porém, entender como os agricultores formam suas percepções é tarefa que merece atenção e cuidado. A análise de seus relatos pode esconder questões muito sutis e que a real opinião das famílias, muitas vezes, parece encoberta pela leitura incompleta da situação. Contudo, o conhecimento da realidade das famílias de agricultores é importante para entender suas racionalidades. Na seção a seguir apresenta-se o perfil das famílias entrevistadas.

5.1 PERFIL DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS NO VALE DO RIO PARDO

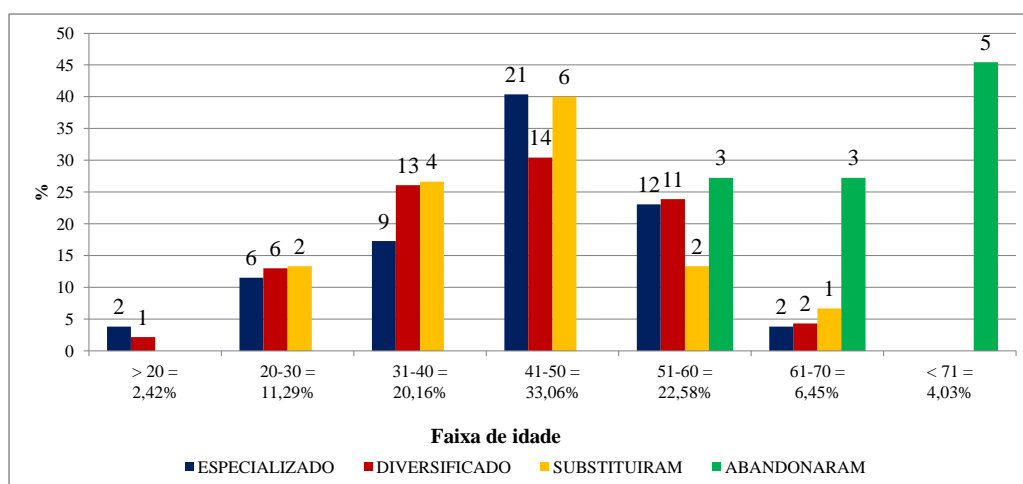
A diferenciação dos agricultores familiares entrevistados nos municípios do VRP está associada a um conjunto de fatores, dentre os quais são destacados os recursos naturais, financeiros, sociais e culturais. Somam-se a esses fatores as experiências subjetivas de vida e profissional de cada família. Chanlat (1999, p. 25), ressalta que “[...] antes de explicar e

compreender um fenômeno humano em sua dinâmica, é necessário possuir dados que o descrevam”.

Neste sentido, a análise da racionalidade da escolha entre produzir ou deixar de produzir tabaco depende do contexto dos agricultores e o delineamento de seu perfil é essencial para refletir sobre suas potencialidades e restrições. Discutir o perfil de agricultores produtores de tabaco é emergir e avaliar a complexidade e heterogeneidade da agricultura familiar brasileira.

De acordo com os dados empíricos da pesquisa, considerando os responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas (agricultor e esposa, quando casado) observa-se que os agricultores que compõem a amostra possuem idade média de 42,67 anos, onde 33,06% dos entrevistados estão entre a faixa de idade entre 41 e 50 anos, 22,58% entre 51 e 60 anos e 20,16% entre 31 e 40 anos. Os dados do Gráfico 3 a seguir, indicam que o percentual de agricultores jovens é baixo, apenas 11,29% dos agricultores possuem idade entre 20 e 30 anos e somente 2,4% possuem idade menor que 20 anos.

Gráfico 3 - Classe de idade por categoria de agricultores entrevistados no VRP (2013)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

Fazendo uma análise desses dados quantitativos, considerando as categorias de agricultores que ainda cultivam tabaco, os especializados e os diversificados, pode-se afirmar que a produção de tabaco tem sido mantida por agricultores com média de idade de 42,9 anos. No entanto as faixas de idade entre 41/51 e 51/60 somam 55,64% do total dos entrevistados.

De acordo com o Gráfico 3, que ilustra as faixas de idade por categoria de agricultores, é importante destacar algumas observações sobre o grupo de agricultores que abandonaram o cultivo do tabaco. A média de idade deste grupo é de 68,37 anos e todos os

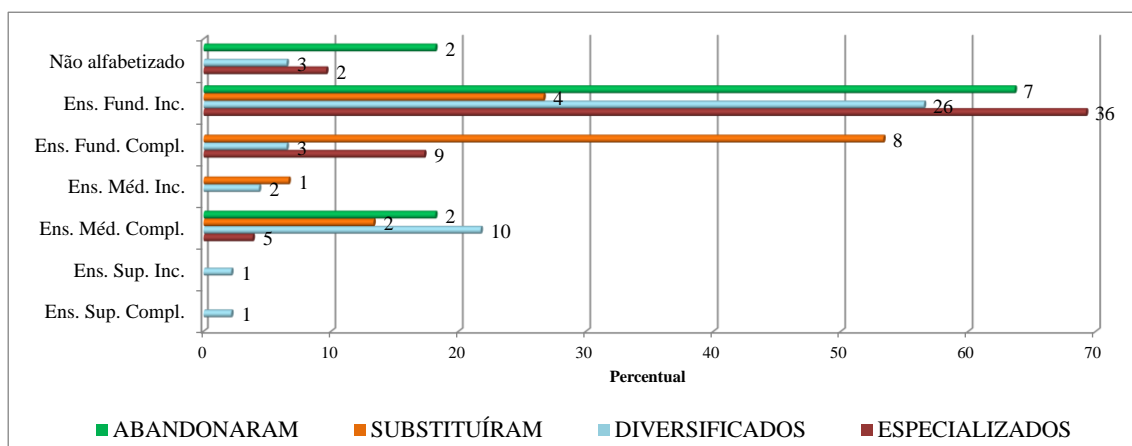
entrevistados (total de seis) estavam aposentados. A idade avançada e a fonte de renda proporcionada pela aposentadoria foram determinantes para o abandono do cultivo do tabaco, somados ao recurso mão de obra, que a maioria dos agricultores desse grupo relataram ter alto custo e em outros que estava em falta em suas regiões. Esta afirmação fica evidente nos dois discursos a seguir: “[...] faz 5 anos que parei de plantar fumo, hoje tenho 80 anos, estou aposentado. Com essa idade não dá nem para pensar em plantar fumo” (Agricultor 18, categoria abandonaram); “Queria seguir plantando e produzindo, mas não temos mais gente aqui na roça para trabalhar, então tive que parar com minhas atividades” (Agricultor 45, categoria abandonaram).

É importante outro comentário em relação ao grupo de agricultores que abandonaram. Embora a maioria faça parte do grupo com percepção positiva do tabaco, para alguns entrevistados, o abandono da atividade pode estar relacionado também com a falta de perspectiva de continuidade produtiva pelas próximas gerações e não pela percepção positiva ou negativa da atividade.

Já nos grupos de agricultores especializados (média de idade de 42,52 anos), diversificados (média de 43,28 anos) e que substituíram (média de 42,21 anos), observa-se pouca variação em suas médias de idade. A partir desses dados, pode-se inferir que a idade se apresenta como um fator limitante nas opções entre plantar ou deixar de plantar tabaco somente para o grupo de agricultores que abandonaram o cultivo do tabaco.

Contudo, não se pode afirmar que o elevado número de agricultores com idade avançada (acima dos 40 anos) seja resultado de fatores estruturais internos ou externos. Os fatores estruturais internos que poderiam estar limitando a baixa incidência de agricultores jovens nesta atividade seria a dificuldade de acesso à terra para começarem a produzir e formar sua própria família, ou o descontentamento desses jovens com a atividade de produção de tabaco. Ou ainda, a baixa incidência de jovens produzindo tabaco pode estar associada a uma tendência mais geral da agricultura em decorrência da emigração dos jovens devido à falta de oportunidades de trabalho no meio rural.

Os dados empíricos apresentados a seguir no Gráfico 4 demonstram que, de maneira geral, os agricultores entrevistados possuem baixo nível de escolaridade. Dentre os agricultores entrevistados, 54% possuem o ensino fundamental incompleto, 14,27% o ensino médio completo, 11,44% não foram alfabetizados e apenas 2,17% possuem ensino superior.

Gráfico 4 - Nível de escolaridade dos agricultores de acordo com as categorias encontradas no VRP (2013)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

Analisando os dados do nível de escolaridade por grupo de agricultores, nota-se que a categoria de agricultores que abandonaram o cultivo do tabaco é a que possui os menores níveis de escolaridade, 18,18% dos entrevistados não foram alfabetizados. Os agricultores dessa categoria que possuem o ensino fundamental incompleto equivalem a 63,64% dos entrevistados e apenas 18,18% possuem ensino médio completo.

Entre os agricultores que substituíram, 53,33% dos entrevistados tem ensino fundamental completo e 13,33% ensino médio completo. O percentual de agricultores com ensino fundamental e médio incompleto é de 26,67% e 6,67%, respectivamente.

Na categoria de agricultores especializados, os entrevistados que possuem ensino fundamental incompleto e os que não foram alfabetizados somam 78,85% do total. Já o percentual de agricultores com ensino fundamental e médio completo somam 21,15% dos entrevistados desse grupo.

Considerando os dados quantitativos da categoria diversificados, cabe destacar que nesse grupo foram registrados agricultores com ensino superior incompleto e completo (4,34% dos entrevistados). Nessa categoria encontram-se também o maior percentual de agricultores com ensino médio completo e incompleto (26,10% dos entrevistados). Porém, o percentual de agricultores não alfabetizados, com ensino fundamental incompleto e completo também é alto, somando 69,56% dos entrevistados.

O baixo nível de escolaridade dos agricultores entrevistados pode ser explicado devido ao fato dos agricultores começarem a trabalhar ainda na infância, muitos abandonaram a escola para trabalhar na lavoura de tabaco com os familiares. Esses dados empíricos corroboram com o estudo de Silva et al., (2013), com base no censo agropecuário de 2006, que indica que o baixo nível de escolaridade de agricultores produtores de tabaco está

relacionado com o meio de vida dos agricultores e seus acessos. Ou seja, na perspectiva dos agricultores, o ensino fundamental seria o bastante para atender suas prioridades, em termos de bem viver.

De maneira geral, produzir tabaco é uma tradição familiar que passa de pai para filho (ETGES, 1989), com exceção de um agricultor, todos os outros entrevistados iniciaram os trabalhos na atividade de tabaco na infância. Este fato fica evidente nos discursos dos agricultores, conforme relato: “[...] começamos com o pai, naquele tempo não era proibido criança trabalhar. Era tudo mais difícil, hoje um casal planta 30.000 pés, naquele tempo precisava de uma família de oito pessoas” (Agricultor 3, grupo percepção negativa, categoria especializados). Muitos entrevistados afirmam ter iniciado o trabalho com o tabaco aos oito anos, segundo relato: “[...] parei de estudar aos 10 anos e aos 11 já trabalhava direto na lavoura de fumo” (Agricultor 4, grupo percepção negativa, categoria diversificados); “Me criei plantando fumo, desde os oito anos que planto. Faz 31 anos que estou enriquecendo as fumageiras” (Agricultor 20, grupo percepção negativa, categoria especializados).

O discurso deste agricultor contrapõe o apontamento de Payes (1993), pois, nos casos encontrados neste trabalho, mesmo não tendo sido realizado levantamento quantitativo sobre rendimentos financeiros, pode-se afirmar que os agricultores não estão enriquecendo. Muitos apontam dificuldade em atingir um patamar mínimo de reprodução.

O nível educacional pode ser um fator importante na adoção de novas práticas agrícolas. A educação determina a habilidade de obter e processar informações e também facilita e viabiliza o uso de técnicas de gestão (BUAINAIN, 2006), importantes para a manutenção das atividades.

No que se refere ao acesso à informação, os agricultores componentes da amostra apresentaram diferentes fontes de acordo com as categorias. As principais fontes de informações dos agricultores entrevistados foram o rádio, em 18,44% dos casos, seguido pela TV e pelo orientador técnico da fumageira, em 16,05% dos entrevistados, a EMATER e técnicos privados são fontes de informações para 15,52% dos agricultores.

Os agricultores que abandonaram o cultivo do tabaco citaram cinco tipos de fontes de informações acessados por eles, que foram: TV, rádio, orientador, CEDEJOR e Secretaria Municipal da Agricultura. As categorias de agricultores que substituíram e os especializados citaram 10 tipos diferentes de fontes de informações: TV, rádio, orientador, MPA, EMATER, vizinhos, Sindicato Rural, técnicos particulares, revistas e jornal. A categoria de agricultores diversificados foi a que apresentou o maior número de fontes de informações, com 14 tipos diferentes: TV, rádio, orientador, MPA, EMATER, vizinhos, Sindicato Rural, livros, técnicos

particulares, cooperativas, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural -SENAR, CAPA, revistas e jornais.

A capacidade de acessar e processar informações são condicionantes, em muitos casos, mais relevantes que a própria disponibilidade da informação (BUAINAIN, 2006). Neste sentido, os dados empíricos permitem fazer algumas relações entre a escolaridade dos agricultores entrevistados com os principais meios de informações utilizados por eles. Dentre os agricultores especializados, onde o nível de escolaridade predominante foi o ensino fundamental incompleto (78,85%), as fontes de informações citadas com ampla vantagem sobre as outras foram o rádio (13 vezes), o instrutor técnico da fumageira (12 vezes) e TV (10 vezes). Por outro lado, os agricultores da categoria diversificados, cujos integrantes foram os únicos a possuírem ensino superior, apresentaram a maior diversificação de fontes de informações, sendo a única onde os agricultores citaram 'livros' como fonte de informação. Já a categoria de agricultores que substituíram o cultivo do tabaco foi a que mais utiliza a internet como recurso para informação e a que 20% dos agricultores possuíam o ensino médio completo.

Atualmente, a informação é um dos fatores mais importantes para na busca de eficiência de mercado, pois através dela os agentes podem ajustar os níveis de produção e de preços que levam ao máximo de bem-estar. A obtenção de mais informação representa um custo, mas também, uma alternativa de redução da assimetria de informação (CARVALHO; PEDROZO, 2012).

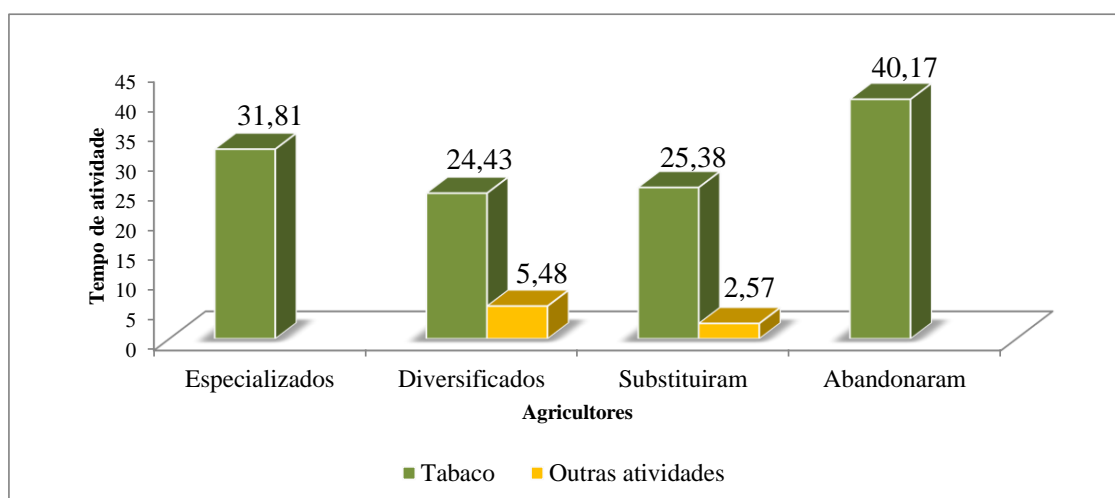
De modo geral, os entrevistados apresentaram bons índices de participação em reuniões, 82,53% do total de entrevistados. As reuniões mais frequentadas pelos agricultores entrevistados são as promovidas pelas seguintes entidades: MPA, CEDEJOR e associação de produtores rurais. Porém, os entrevistados citaram outras entidades: EMATER, cooperativas (bastante citada pelos agricultores que cultivam soja e arroz e os que produzem leite), grupo de mulheres rurais, escolas, igreja, sindicato rural. O número de agricultores que afirmaram não participar de nenhum tipo de reunião foi de 11, destes, cinco fazem parte do grupo especializados, quatro do diversificados e dois do que substituíram.

A tradição e a experiência são fatores importantes na agricultura, pois influenciam o desempenho das unidades de produção, já que agricultores com pouca experiência em atividade agrícola apresentam menores probabilidades de sucesso do que aqueles com maior experiência de gestão (BUAINAIN, 2007). Neste ponto, constatou-se que os agricultores entrevistados possuem elevada experiência no cultivo de tabaco (Gráfico 5). Os agricultores que abandonaram o cultivo do tabaco foram os que apresentaram o maior tempo de dedicação

a essa atividade, com média de 40,17 anos de trabalho, seguido pelos especializados com média de 31,81 anos, os que substituíram com 25,38 anos e os diversificados com média de 24,43 anos de dedicação ao cultivo do tabaco.

Através dos dados do Gráfico 5, observa-se que as práticas agrícolas com fins comerciais adotadas pelos agricultores que substituíram e pelos diversificados, em média são mais recentes em comparação ao tempo de cultivo do tabaco (na Tabela 10 estão descritas essas atividades). Nota-se que a experiência dos agricultores diversificados com outras atividades além do tabaco é de 5,48 anos em média e dos que substituíram é de 2,57 anos. Porém, foram encontrados agricultores com 15 e 13 anos de experiência com outras culturas comerciais no grupo de agricultores diversificados.

Gráfico 5 - Média de anos que os agricultores entrevistados se dedicam às atividades agrícolas no VRP (2013)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

Considerando os dados das categorias de agricultores diversificados e que substituíram, constituído por agricultores que cultivaram tabaco e os que atualmente cultivam outras culturas além do tabaco, nota-se uma diversidade de atividades agrícolas praticadas. Em geral, os agricultores da categoria diversificados possuem de três a cinco atividades agrícolas e os da categoria que substituíram de duas a três. As práticas agrícolas adotadas pelos agricultores podem ser visualizadas na Tabela 10 a seguir.

Em alguns casos, esses produtos também são destinados ao consumo doméstico, tais como as compotas, queijo, milho, ovos, leite e outros. Em outros casos, como a criação de gado, é uma atividade tida pelos agricultores como uma reserva de recurso de acesso rápido, uma vez que pode ser comercializada com vizinhos ou amigos.

Muitos agricultores relataram que tentaram diversas atividades antes de escolher as que praticam atualmente. Diversos fatores estão associados às suas opções: a disponibilidade de terra, mercado consumidor, informações e assistência técnica disponível, consideram também se as atividades a serem adotadas são intensivas ou poupadoras de mão de obra.

Tabela 10 - Atividades agrícolas e produtos produzidos pelos agricultores DIVERSIFICADOS e que SUBSTITUÍRAM o cultivo de tabaco entrevistados no VRP (2013)

Categoria de agricultor	Atividade agrícola	Nº de agricultores
SUBSTITUÍRAM	Hortaliças	1
	Criação de gado	3
	Erva mate	1
	Galinhas poedeiras	1
	Milho	1
	Arroz	2
	Leite	1
	Soja	3
DIVERSIFICADOS	Eucalipto	1
	Peixe	2
	Leite	8
	Frutas	1
	Mel	1
	Milho	9
	Mandioca	2
	Soja	5
	Criação de gado	6
	Criação de porcos	4
	Hortaliças	2
	Ovos	1
	Linhaça	1
	Batata	1
	Batata-doce	1
	Queijo	1
	Arroz	2
Compotas	1	
Melancia	1	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

A diversidade das atividades agrícolas dos agricultores diversificados e que substituíram se reflete também nas formas de comercialização. Alguns produtos são comercializados através de cooperativas, aquisição pública via Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e diretamente com consumidores.

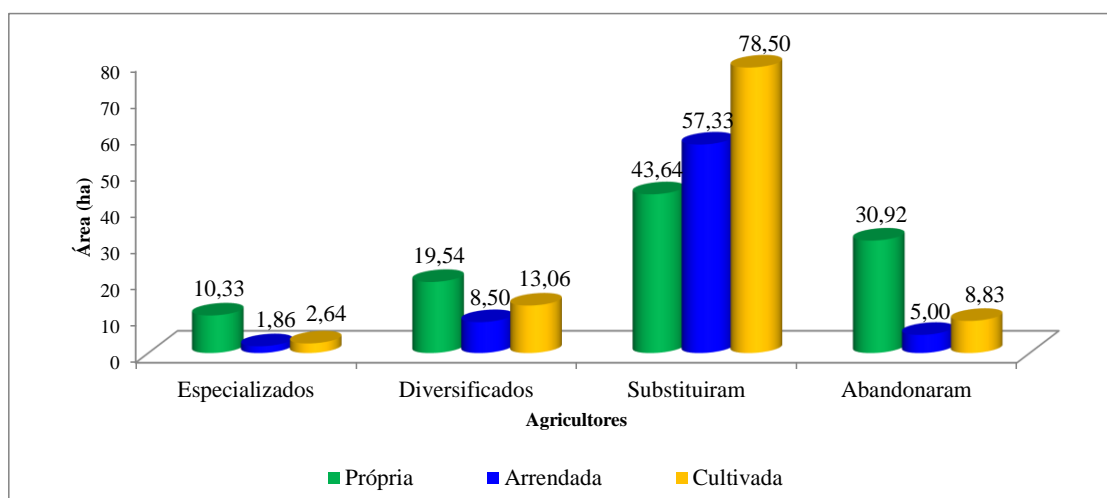
Em muitos casos encontrados, as escolhas das atividades produtivas dos agricultores foram influenciadas pela estrutura fundiária de suas propriedades e pela disponibilidade de mão de obra familiar. Este foi o caso dos agricultores que cultivam arroz e soja, que são culturas que exigem maiores áreas para a aplicação ser rentável. Além disso, essas culturas requerem o uso de equipamentos para seu cultivo e manejo. Esse é outro fator limitante, pois para a maioria dos entrevistados esses recursos são inacessíveis.

Referente à situação fundiária dos entrevistados, constatou-se que 87,3% são proprietários, o restante divide-se entre arrendatários, parceiros e meeiros¹⁹. Em relação ao tamanho das propriedades, dentre os agricultores especializados, estes possuem área média de 12,97 ha, encontrando-se propriedades entre 1 ha a 26 ha. No grupo de agricultores diversificados encontram-se propriedades com área média de 32,6 ha, com variação entre 2,5 e 53 ha. No grupo de agricultores que substituíram encontram-se as propriedades com área média de 43,64 ha e intervalo variando entre 1,5 e 111 ha. A maior disponibilidade de terras influenciou as escolhas dos agricultores nas atividades e culturas adotadas que exigem maior escala, como o arroz, a soja e a criação de gado. Por outro lado, neste grupo encontra-se grande percentual de arrendamentos, em média, 78,5 ha. Na produção do fumo, o número de agricultores arrendatários de terra é baixo porque, com o arrendamento a produção não se tornaria viável (BRAGA, 2009).

A área média cultivada com tabaco entre os agricultores especializados é de 2,64 ha e entre os diversificados é de 3,15 ha. Dentre os agricultores diversificados encontram-se as maiores áreas cultivadas com tabaco, com lavouras de 4 e 5 ha, algumas chegando a 10 ha. Pode-se notar através dos dados do Gráfico 6 que os agricultores que substituíram e os diversificados são os que possuem maiores áreas cultivadas.

O Gráfico 6 ilustra a comparação entre as áreas próprias, arrendadas e cultivadas entre as categorias de agricultores. Pode-se notar que os agricultores que substituíram e os diversificados são os que apresentam as maiores quantidades de área arrendada e cultivada.

¹⁹ Meeiro se refere ao um tipo de agricultor que, desprovido da posse de terras, cultiva a mesma em parceria com outro, com a incumbência de, ao final da safra, receber metade do que foi produzido.

Gráfico 6 - Situação fundiária dos agricultores entrevistados (média das áreas) no VRP (2013)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

Nota: Na coluna em amarelo representa a área cultivada com todas as culturas da propriedade.

Partindo-se do pressuposto de que “[...] a mão de obra é o principal ativo da agricultura familiar” (BUAINAIN, 2006, p. 100) e considerando que a cultura do tabaco é intensiva na utilização deste fator, o mesmo torna-se importante na descrição do perfil dos agricultores entrevistados neste trabalho. Assim, muitos agricultores declararam contratar mão de obra, porém, é mais expressiva a utilização de mão de obra familiar. De maneira geral, a mão de obra familiar corresponde, em média, a 79,09% da força de trabalho nas unidades de produção pesquisadas. Na Tabela 11, pode-se observar a associação entre mão de obra familiar e contratada entre as categorias de agricultores entrevistados.

Tabela 11 - Presença de mão de obra nas atividades dos agricultores entrevistados no VRP (2013)

Agricultores	ESPECIALIZADOS		DIVERSIFICADOS		SUBSTITUÍRAM		ABANDONARAM ²⁰	
Mão de obra	Nº de agricultores	%	Nº de agricultores	%	Nº de agricultores	%	Nº de agricultores	%
Familiar	23	88,5	16	69,6	6	75	5	83,3
Contratada	3	11,5	7	30,4	2	25	1	16,7
Totais	26	100	23	100	8	100	6	100

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Os dados empíricos apresentados na tabela acima indicam que o uso de mão de obra familiar é mais intensivo nas categorias de agricultores especializados (88,5%) e que abandonaram (83,3%). No entanto, ela é importante também nas categorias diversificados e que substituíram, equivalendo a, respectivamente, 69,6% e 75%. A categoria de agricultores

²⁰ Cabe ressaltar que os agricultores da categoria que abandonaram o cultivo do tabaco, atualmente dedicam-se à produção de alimentos para subsistência.

diversificados é a que apresenta o maior percentual de uso de mão de obra contratada (30,4%) seguido pela categoria de agricultores que substituíram o cultivo do tabaco (25%).

Considerando que a mão de obra seja o principal recurso do processo de produção a disposição de agricultores familiares, os dados empíricos demonstram que ela não é um fator abundante entre os entrevistados. De acordo com Silva et al. (2013), com base no censo agropecuário de 2006, 88% dos trabalhadores no cultivo de tabaco possuem algum laço de parentesco com o produtor. A partir desse dado, é pertinente uma análise um pouco mais detalhada sobre o número de filhos dos agricultores entrevistados.

Na maioria dos casos encontrados nas entrevistadas, os agricultores possuem poucos filhos, resultando em grupos domésticos pouco numerosos. Entre o grupo de agricultores especializados a média de filhos é 1,38 por família entrevistada. O maior número de filhos foi encontrado no grupo de agricultores que abandonaram o cultivo do tabaco, com média de 3,33 filhos por família. Nos grupos de agricultores diversificados e que substituíram, a média de filhos foi de 1,35 e 1,25, respectivamente.

Entre as 63 famílias de agricultores analisadas, o número total de filhos residindo na unidade de produção foi 55 jovens, com idade inferior a 23 anos. No entanto, deste total de jovens residentes nas unidades de produção, 47 são menores de 18 anos. De acordo com a legislação brasileira, os jovens menores de 18 anos são proibidos de exercerem qualquer trabalho sob condições insalubres. Além disso, as próprias empresas fumageiras, no contrato de integração, têm adicionado uma cláusula que proíbe os agricultores de utilizarem a mão de obra de filhos menores de idade.

Na amostra analisada foram encontrados somente oito jovens com idade acima de 18 anos residentes nas unidades de produção e que podem ser considerados como mão de obra disponível. A categoria de agricultores especializados é a que mais utiliza mão de obra familiar e também a que apresentou mais filhos com idade acima de 18 anos residindo na unidade (cinco filhos), em segundo aparece a categoria diversificados (três filhos). As categorias de agricultores que substituíram e que abandonaram não possuem filhos com idade acima de 18 anos residindo na propriedade.

Referente a esta questão, muitos agricultores explanaram descontentamento com a proibição dos filhos menores de idade não poderem trabalhar. Na perspectiva dos entrevistados, está proibição representa uma forma dos jovens se desgostarem das atividades laborais da propriedade. Os agricultores também demonstraram preocupação com a continuidade das atividades produtivas pelos jovens que, em suas opiniões, irão desenvolver interesses por outras atividades.

No que concerne à renda dos agricultores, considerando as atividades agrícolas e não agrícolas, 57,14% dos agricultores entrevistados declararam que possuem outras fontes de renda além da obtida com o cultivo principal da unidade de produção. Comparando os dados entre as categorias de agricultores, 78,26% dos entrevistados da categoria diversificados declararam que possuem fontes de renda alternativa à principal prática agrícola desenvolvida em suas propriedades. Dentre as principais fontes de rendas alternativas, destacam-se práticas não agrícolas diversas, como trabalhos permanentes motoristas de ônibus, professor e secretário de escola, comerciantes, comerciários, um número considerável de agricultores que arrendam parte de suas propriedades, agricultores aposentados, um agricultor com canil comercial, além de muitos agricultores desenvolverem trabalhos eventuais como diaristas ou safristas, nas indústrias de processamento de tabaco.

As fontes alternativas de renda estão presentes em 53,85% dos agricultores especializados. As atividades responsáveis pelas fontes de rendas alternativas desse grupo são: aposentadoria, arrendamento, aluguel de imóveis, safrista, diarista, motorista escolar e operário de frigorífico.

Nos agricultores que substituíram, o percentual de fontes de renda alternativa é de 50%. As fontes de renda são oriundas das seguintes atividades: aposentadoria, professor, representante de venda de produtos de beleza, manutenção e operação de máquinas agrícolas e prestação de serviços domésticos. Na categoria de agricultores que abandonaram, apenas uma família possui fonte de renda além da aposentadoria, esta é obtida através de arrendamento.

Percentual significativo de agricultores diversificados e que substituíram possuem outras fontes de renda, agrícola e não agrícola, essas, em sua maioria, oriundas de trabalho assalariado. Este fato, por conseguinte, proporciona maior segurança econômica, e, por sua vez, maiores possibilidades de tentativas de diversificação e substituição de culturas.

Em estudo realizado por Perondi et al. (2012), constatou-se que entre ex-fumicultores há uma melhor distribuição das diversas rendas. De acordo com os autores, as rendas não agrícolas representam importantes estratégias adotadas pelas famílias como alternativa à substituição do cultivo do tabaco e manter viáveis suas unidades de produção. O objetivo dessas famílias é buscar uma renda que possibilite o pagamento das contas mais urgentes, como compra de alimentos, pagamento de luz e telefone, enquanto aguardam o pagamento referente ao cultivo do tabaco (PERONDI, 2012).

O cultivo de alimentos para autoconsumo é uma prática comum na agricultura familiar, estando associada a uma forma de organização da produção que caracteriza a

sociabilidade e a identidade cultural desses agricultores (GRISA; SCHNEIDER, 2008). Todos os agricultores entrevistados afirmaram produzir alimentos para autoconsumo, desta forma mantém a lógica de produção para subsistência. Na Figura 11, pode-se observar algumas práticas agrícolas destinadas ao autoconsumo familiar (algumas criação de animais, mandioca e hortaliças, associação de pomar e horta), a diversidade inclui tanto a produção de alimentos como de técnicas de produção.

Figura 11 - Ilustração de algumas atividades produtivas para autoconsumo desenvolvida pelos entrevistados na pesquisa no VRP (2013)



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Questão interessante a ser destacada é a satisfação dos agricultores entrevistados em relação à agricultura de modo geral. Os dados apresentados na Tabela 12 demonstram que a maioria dos entrevistados, 46 agricultores, estão satisfeitos com a agricultura, enquanto 17 agricultores não estão satisfeitos.

Tabela 12 - Satisfação dos agricultores com a agricultura

Percepção	Especializados		Diversificados		Substituíram		Abandonaram	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Negativa	9	7	14	5	6	2	1	0
Positiva	9	1	2	2	0	0	5	0
Totais	18	8	16	7	6	2	6	0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

Pode-se notar que, mesmo entre os agricultores do grupo com percepção negativa do cultivo do tabaco, parcela significativa está satisfeita com a agricultura. Em relação aos agricultores que abandonaram o cultivo do tabaco, a satisfação de todos os entrevistados pode ser em razão desses agricultores terem pouco a almejar como agricultores. As pessoas desse grupo encontram-se com idade avançada e sua principal fonte de renda é proveniente da aposentadoria, suas propriedades estão quitadas e seus filhos criados.

Quando perguntado aos agricultores sobre o que mais valorizam, gostam ou acham importante em suas atividades agrícolas, as respostas são bastante variadas. Neste contexto, as respostas dos agricultores podem ser enquadradas, entre aqueles que estão satisfeitos com suas atividades, conforme as categorias de valores de Gasson (1973), apresentadas na seção 2.4.2. Os fragmentos dos discursos apresentados a seguir evidenciam as respostas que se enquadram nessas categorias de valores, especialmente as categorias expressivas e intrínsecas:

O trabalho faz parte da vida, não teria como viver sem algo para se envolver. Levantar e ver as vacas, ver as plantas, é um salto para a existência e sobrevivência, quando tu não quiseres fazer mais nada, não tem porque viver. É como dar a vida pra vida, o trabalho enobrece, mas dá um sentido também pra gente. (Agricultor 55, grupo percepção positiva, categoria abandonaram).

Me identifico com isso que eu faço, sinto satisfação, foi a agricultura que me ajudou a superar a depressão. (Agricultor 6, grupo percepção negativa, categoria substituíram).

Aqui na roça a gente é livre, não temos chefe, faz as coisas quando quer, ou precisa, não quando mandam. (Agricultor 32, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

Porém, alguns agricultores manifestaram insatisfação com suas atividades, conseqüentemente, fizeram apontamentos negativos. Os depoimentos a seguir revelam a percepção pessimista que alguns agricultores entrevistados possuem da agricultura e mesmo da vida, além de seu descontentamento com o cultivo do tabaco:

É difícil ser outra coisa, de construir outra vida. (Agricultor 16, categoria especializados).

A agricultura parece estar parada, tive oportunidade de estudar e não quis, hoje me arrependo. Meus irmãos estão bem melhor que eu na vida, eles estudaram mais que eu. (Agricultor 35, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

Eu gostaria de trabalhar numa fábrica ou indústria. Não gosto de ir na fumageira vender o fumo, eles colocam a gente numa situação de inferioridade, fico até com medo. (Agricultor 7, grupo percepção negativa, categoria especializados).

É muito trabalho nessas atividades. Já fui empregado também na cidade, na cidade se trabalha menos, o colono trabalha muito mais, empregado é mais folgado, é bom

ser empregado. [...] Enquanto a gente ganhar centavos pelas nossas produções não vai dar mesmo. (Agricultor 37, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

Plantar fumo é a pior profissão que tem, tu está sempre na pior, não remunera bem, dá uns trocos só. (Agricultor 40, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

Os fragmentos dos discursos dos agricultores elucidados acima buscam evidenciar a percepção que os agricultores possuem de suas atividades agrícolas. Neste sentido, eles são importantes porque a racionalidade dos agricultores em optar por produzir ou deixar de produzir tabaco passa pela forma como enxergam e se relacionam com suas atividades.

Outra questão que vale a pena ser mencionada é o alto número de agricultores endividados. Do total de 63 famílias entrevistadas, 57 afirmaram estarem endividadas. Dos 26 agricultores da categoria especializados, 22 possuem dívidas, entre os diversificados e os que substituíram todos afirmam estar endividados e entre os que abandonaram, somente um agricultor não possui dívida.

As origens dos endividamentos, na maioria dos casos, são: PRONAF, financiamento de lavouras e equipamentos, quitação da propriedade e dívidas com as fumageiras. Além desses, para cinco agricultores suas dívidas são em decorrência de terem sido avalistas para amigos, parentes ou vizinhos.

Em relação à organização administrativa e gerencial de agricultores familiares, o nível de utilização de instrumentos de gestão formais e eficientes entre os produtores é muito baixo. Geralmente, os produtores buscam ampliar seus conhecimentos técnicos, que em suas percepções irão incidir diretamente sobre a produção. Quando os agricultores utilizam algum controle, esses são sistemas de informações completamente informais. As informações relativas à unidade de produção resultam da vivência cotidiana e da observação direta, estando na memória do agricultor e dos demais membros da família (LIMA et al., 2001).

Os dados empíricos comprovam essa constatação, 25,39% dos 63 entrevistados afirmaram utilizar algum mecanismo de controle para anotações referentes à atividade produtiva, tais como custos de insumos e mão de obra, valores pagos pelos produtos, análise de custo benefício, quantidade de insumos etc. A categoria de agricultores diversificados é a que apresentou o maior número de famílias que utilizam mecanismos de controle (8), seguida pelos agricultores que substituíram (4), os especializados e que abandonaram empataram com (2) cada.

Cabe destacar que os principais meios utilizados para registro das informações são cadernos ou agendas e que a maioria dos agricultores afirma não ser disciplinado nas

anotações. Contudo, baseado no relato dos agricultores, em poucos casos encontrados (7 famílias), essas informações foram utilizadas para auxiliar na análise do desempenho da unidade de produção ou na tomada de decisão sobre produzir ou deixar de produzir tabaco.

Concernente à intoxicações com agrotóxicos, quase a metade dos agricultores entrevistados, 47,61% (30 famílias de agricultores) afirmam ter sofrido algum tipo de contaminação. A categoria de agricultores que substituíram, proporcionalmente, foi a que apresentou o maior percentual de contaminações de agricultores, seis das oito famílias dessa categoria. Entre o grupo de agricultores que abandonaram, foram quatro contaminações entre as seis famílias, no grupo de diversificados nove famílias das 23 entrevistadas e dentre os especializados foram 11 do total de 26 famílias.

Os dados apresentados nesta seção da dissertação foram oriundos da realidade individual de cada família entrevistada que, por sua vez, compõem o contexto local da microrregião do Vale do Rio Pardo. Como a produção de tabaco não é uma atividade dinâmica em termos de tecnologia e automatização em sua fase agrícola, o perfil dos agricultores tem sofrido poucas ou nenhuma mudança ao longo dos anos, se comparado a estudos anteriores, tais como o de Etges (1989), por exemplo.

5.2 PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES PRODUTORES DE TABACO: RACIONALIDADE E CONTRADIÇÃO

A suposição de que os seres humanos instituem critérios subjetivos na formação do modelo da situação quando precisam decidir é fundamental para entender a racionalidade desses indivíduos no processo de tomada de decisão. Um aspecto importante na conformação da racionalidade do agricultor familiar reside em seu discernimento sobre a cultura do tabaco.

No Quadro 5 a seguir, pode-se observar que, do total de 63 famílias entrevistadas, 44 (69,84%) possuem percepção negativa da cultura do tabaco, sendo que, entre as categorias de agricultores, os especializados e os diversificados são as que possuem o maior número de famílias com essa percepção, com 16 e 19 famílias, respectivamente. A categoria de agricultores que substituíram e que abandonaram possuem, a primeira 8 famílias e a segunda apenas 1 família com percepção negativa da cultura do tabaco. Já o grupo de agricultores com percepção positiva, cujo percentual equivale a 30,16% (ou 19 famílias), a categoria dos especializados é a mais numerosa, com 10 famílias, seguida pelos diversificados (5 famílias), os que abandonaram (4 famílias) e na categoria que substituíram, nenhuma família possui percepção positiva do tabaco.

Os dados mostram que parcela considerável dos entrevistados possui percepção negativa do cultivo do tabaco. Deste modo, esses agricultores possuem uma opinião mais crítica em relação a essa cultura. Isso é evidenciado pelo fato de boa parte dos agricultores diversificados e que substituíram esse cultivo fazer parte desse grupo. Essa postura mais crítica em relação ao cultivo de tabaco auxilia na explicação da construção da racionalidade dos agricultores.

Quadro 5 - Tipologias das famílias de acordo com as categorias de agricultores pesquisados no VRP (2013)

Tipologias	Categoria de agricultor	Nº de agricultores
Percepção negativa	Especializados	16
	Diversificados	19
	Substituíram	8
	Abandonaram	1
TOTAL		44
Percepção positiva	Especializados	10
	Diversificados	4
	Substituíram	0
	Abandonaram	5
TOTAL		19

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

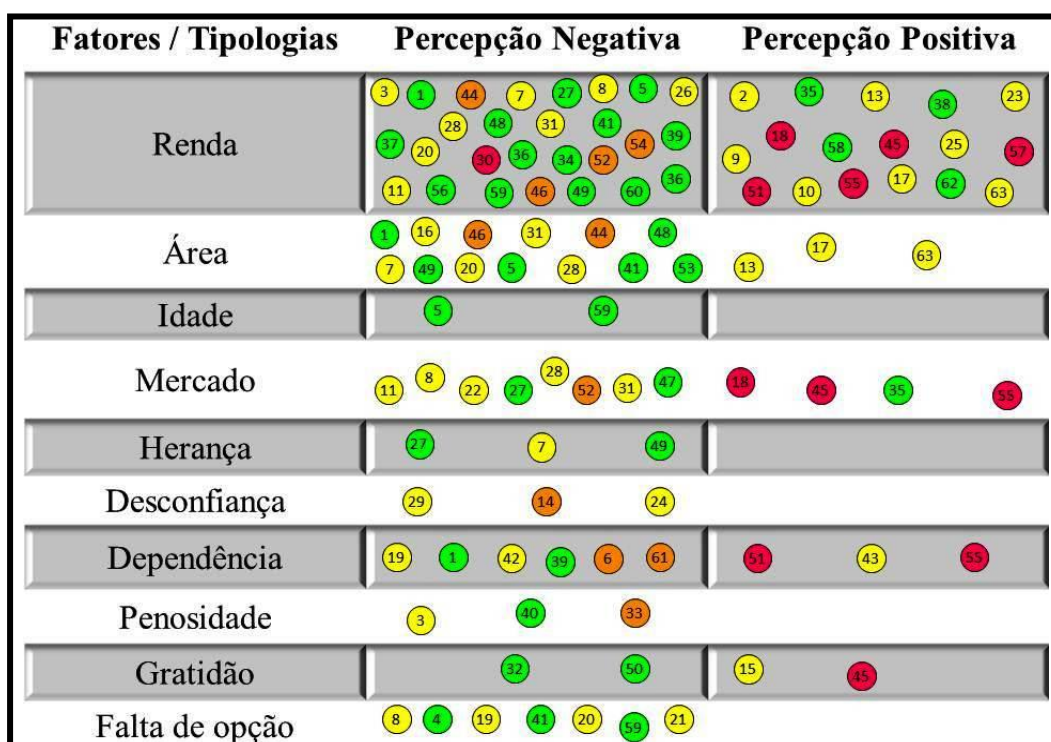
Ao ser perguntado aos agricultores ‘como o Sr.(a) entende a produção do tabaco, já que é uma cultura que não serve como alimento?’, os mesmos revelam os principais fatores acionados em suas análises e, conseqüentemente, demonstram a maneira como percebem essa atividade produtiva.

As respostas que surgiram a essa pergunta denotam a riqueza e complexidade dos indivíduos quando instigados a pensar e falar sobre um aspecto importante de suas vidas, sua atividade profissional, o meio de subsistência de suas famílias. Embora as respostas dos agricultores contenham uma diversidade de fatores que alicerçam a forma como entendem o cultivo do tabaco, empreendeu-se um esforço analítico, a partir do conteúdo de seus discursos, no sentido de tentar sintetizar esse entendimento e representá-los em um conjunto de fatores. Deste modo, a riqueza das condições objetivas e subjetivas do cotidiano de cada família, captadas a partir das respostas da pergunta acima, foi sintetizada em dez fatores que representam o conteúdo maior de seus discursos.

No Quadro 6, é possível observar os fatores considerados pelos agricultores, bem como sua dispersão, de acordo com as tipologias e categorias aos quais pertencem. Contudo, é necessária uma análise mais detalhada separadamente desses fatores elencados no quadro. Ressalta-se que esses fatores foram identificados a partir da interpretação do pesquisador,

baseado nas respostas dos agricultores, outros fatores podem ser identificados nos discursos, tais como a intoxicação com agrotóxicos, disponibilidade de mão de obra e de recursos financeiros ou endividamento etc. De fato, esses fatores estão presentes nos discursos das famílias, porém, os fatores apresentados no Quadro 6, foram os mais representativos na pergunta sobre o entendimento sobre a cultura do tabaco. Cabe destacar também que esses fatores aparecem de maneira mais enfática em vários momentos na coleta de dados empíricos.

Quadro 6 - Dispersão dos fatores que interferem no entendimento dos agricultores em relação ao cultivo do tabaco segundo as tipologias e categorias



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

Notas: As categorias de agricultores entrevistados estão representadas por cores: amarelo (Agricultores ESPECIALIZADOS); verde (Agricultores DIVERSIFICADOS); laranja (Agricultores que SUBSTITUÍRAM); rosa (Agricultores que ABANDONARAM).

A primeira observação que se pode inferir do quadro através da dispersão dos agricultores entre os fatores identificados é a predominância de agricultores cujo fator renda apresenta-se com maior frequência em seus discursos. A preocupação com o retorno financeiro é a principal variável no entendimento dos agricultores para o cultivo do tabaco, tanto para os agricultores com percepção negativa quanto para os com percepção positiva.

Em muitas famílias, o tabaco é a única ou principal fonte de renda, para os agricultores, essa atividade é responsável por ‘fazer um dinheiro’. Porém, muitos agricultores

fazem relação do retorno financeiro condicionado ao cultivo para subsistência. Isso fica claro nas falas a seguir:

É um tipo de cultura que, quem planta, vive muito mal, mas se vive, desde que se plante aquilo que a família vai comer. Se está ruim aqui, lá fora está pior ainda. (Agricultor 19, grupo percepção negativa, categoria especializados).

Poderiam pagar um preço melhor pra gente, [...] a gente planta porque é a única coisa que a gente consegue fazer um dinheiro, a comida a gente planta. (Agricultor 9, grupo percepção positiva, categoria especializados).

Ambos os agricultores concordam que a remuneração pelo tabaco é insuficiente e que precisam cultivar alimentos para subsistência. Esses dois discursos são emblemáticos porque muitas outras famílias possuem a mesma opinião, condicionam fazer um ‘dinheiro’ com o tabaco desde que cultivem seus alimentos. Outro fator importante referente ao retorno financeiro com o cultivo do tabaco é o montante recebido de uma única vez, esse é um ponto atrativo aos agricultores, mas que deve ser encarado com cautela, conforme o discurso a seguir:

Única e exclusivamente é a geração de renda para família, ele te dá o dinheiro de bolo, de uma única vez tu tem capital de giro. Mas tem um problema, tu ganha o dinheiro uma vez ao ano, depois tem que controlar pra não gastar tudo, vai dependurando tudo, quando começa uma safra tu já tá devendo da outra, tu entra num ciclo vicioso de trabalhar pra pagar o que já consumiu, e para iniciar a outra safra tem que pagar a conta da anterior. (Agricultor 4, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

A questão do retorno financeiro para os agricultores é assunto tão complexo que mesmo as famílias produtoras encontram, em certa medida, dificuldades em falar sobre isso. Em muitos relatos, como o apresentado acima, os agricultores expõem a atratividade em pegar um recurso de uma única vez, mas demonstram dificuldades em gerenciar esse recurso ao longo do ano, principalmente, por ser insuficiente para atender suas necessidades básicas.

Cabe notar que, a pergunta que foi feita aos agricultores não fazia nenhuma menção à questões financeiras, mas sim ao seu entendimento sobre o cultivo do tabaco. Deste modo, os fatores apresentados no Quadro 6, foram utilizados pelos agricultores, na quase totalidade dos casos, relacionados uns aos outros. No depoimento do agricultor 49 isso fica evidente, onde, em seu entendimento sobre a cultura do tabaco, estão presentes fatores como dependência, herança cultural, renda, área, falta de opção, mercado, além de outros fatores que não entraram na lista, mas que são igualmente importantes, tal como expressado na fala a seguir:

Na nossa região não é só uma cultura em quanto planta, mas uma cultura que se gerou, as pessoas tem isso como uma cultura, já se internalizou em vida em função do fumo, se tu falar em terminar com ele as pessoas nem conseguem imaginar a vida. Mas pra mim é mais uma cultura como outra. Só que o fumo tem uma coisa que me deixa chateado, ele não gera alimento, mas gera dependência e gera doença, isso é uma coisa chata. Gera também a dependência do agricultor com a fumageira, faz um casamento de alienação ao sistema. Contudo, não existe outra cultura, com relação a metro quadrado que renda mais recurso que o fumo, ainda não tem, nem o leite. Existe uma contradição aí, algo que deixa a gente em conflito, produzimos algo que gera dependência pra quem planta e pra quem consome. O produtor sabe que ele não vai conseguir se manter com a mesma renda do fumo, com muito agrotóxico e tudo mais. Aí que eu fico me questionando, as políticas públicas tem que pensar com essa perspectiva, o fumo é a fonte de renda para essas famílias e a única possível para essa quantidade de terra que elas dispõem. Quem tem só 12 hectares de terra sobrevive só plantando fumo. O que nós podemos apresentar de alternativa para essas pessoas? É uma questão de sobrevivência. É o fumo que dá o alimento pra eles. Tem outra, a gente precisa aprender a fazer outra coisa, tu não sabe como é difícil pra nós começar com o leite. (Agricultor 49, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

O agricultor chama atenção para a importância das políticas públicas e da aprendizagem no processo de busca de alternativas e de diversificação. Outro fator considerado pelos agricultores é a disponibilidade de área. Do ponto de vista dos agricultores, o cultivo do tabaco é a ‘única alternativa’ para a pouca quantidade e qualidade da terra que dispõem:

É uma fonte de renda muito boa para os pequenos agricultores da região, é um produto valorizado pelo mercado, mesmo com custos altos, não tem outro a altura com a mesma lucratividade por hectare. (Agricultor 35, grupo percepção positiva, categoria diversificados).

É a cultura que mais dá renda para a família em pouca área plantada. É uma coisa que já estamos acostumados, fazemos isso desde criança. (Agricultor 7, grupo percepção negativa, categoria especializados).

Os dados empíricos demonstram que o mercado é outro fator preponderante no entendimento dos agricultores sobre o cultivo do tabaco. Em seus discursos, o mercado é citado a partir de duas óticas. Uma é pela certeza da comercialização garantida do tabaco com as indústrias de processamento e outra pela incerteza, caracterizada pela ausência ou dificuldade de comercialização de outras culturas:

Na região é a fonte de renda, milho, soja e arroz não dão retorno pela pouca área plantada e pelos investimentos necessários. Nós em 1,5 ha tiramos em torno de R\$ 15.000,00, com outra cultura não tiramos nem R\$ 1.500,00. Pode ser uma cadeia ilusória, mas a nossa percepção é essa, verduras ou frutíferas também falta mercado, então, outras culturas também exigem conhecimento, a plantar fumo a gente aprende logo que começa a caminhar. (Agricultor 27, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

A gente planta o fumo porque tem comprador certo, só plantamos pela renda mesmo. Um ano é ruim a venda, no outro melhora um pouco. (Agricultor 47, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

É a única opção devido às condições adversas (distantes de tudo, terras com declive, ruínas para outras culturas), o fumo tem retorno garantido por ter comprador certo. Mas todos os colonos tem seus sonhos. (Agricultor 8, grupo percepção negativa, categoria especializados).

É a única coisa que dá dinheiro até agora é o fumo, outra coisa não tem mercado pra vender, é só o fumo. (Agricultor 13, grupo percepção positiva, categoria especializados).

É que ela é uma cultura remunerada, tem comprador certo, a firma paga em 4 dias úteis. A gente sabe que vai ter aquele dinheirinho. (Agricultor 63, grupo percepção positiva, categoria especializados).

É uma alternativa de renda, ter uma vaca pra vender nem sempre tem comprador. (Agricultor 18, grupo percepção positiva, categoria abandonaram).

Conforme apontam os discursos apresentados até o momento, muitos fatores surgem como complementares um ao outro. A falta de opção e a dependência são fatores que surgem nas falas concorrendo pela 4ª posição entre os fatores mais citados pelos agricultores em seu entendimento sobre o cultivo do tabaco:

Não dá para comer, mas quem não planta, também não come, pois é do fumo que muita gente tira a fonte de renda que vai alimentar a família. Pequeno produtor com pouca área não tem opção, ainda mais aqui nesta região, as terras não servem para muita coisa. (Agricultor 20, grupo percepção negativa, categoria especializados).

Não se pode comer, mas dá dinheiro, se a gente plantar as coisas pra comer ainda consegue ganhar dinheiro pra investir com o fumo. Não tem outra coisa pra fazer dinheiro, mesmo outra coisa como o leite a gente já tá velho, tem vez que tá bom e outras não, o leite é isso também. Então é o fumo mesmo. (Agricultor 59, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

Não se pode encher a terra só com fumo, devia ser uma cultura a mais, não só ele. Eles diziam pra nós plantar 5.000 pés a mais e comprar a comida, mas isso é errado, assim ficamos dependentes e refém deles. Minha depressão acho que veio disso também, um dia vi que todos esses anos trabalhando e ainda não tenho nada. (Agricultor 6, grupo percepção negativa, categoria substituíram).

Por não dar pra gente dar nem pros bichos comer é que a gente fica mais dependente das fumageiras. É só pra isso o fumo, o resto a gente usa pra engordar os porcos, com o fumo o colono tem que obedecer às fumageiras. Aí se terminar o fumo, a cidade depende dele, é um dinheiro seguro. (Agricultor 51, grupo percepção negativa, categoria abandonaram).

A penosidade do trabalho na atividade fumicultora é tema bastante debatido, o fumo exige muita mão de obra por utilizar poucos equipamentos que auxiliam a diminuir a intensidade do trabalho. As atividades no cultivo do tabaco são sistemáticas e de intenso trabalho na propriedade. A carga de trabalho se intensifica à medida que inicia o processo da

colheita das folhas de fumo e, logo após, envolve o secar, sortir e arrumar os fardos de fumo (FIALHO, 2006).

Mesmo estando presente no entendimento dos agricultores, a questão da idade surgiu com mais ênfase em outras perguntas deste trabalho. Conforme já relatado na seção 5.2, muitos entrevistados possuem idade avançada. Embora os agricultores, em grande medida, explanem descontentamento com a atividade do tabaco, alguns destacam gratidão e reconhecimento da importância que essa atividade representa em suas vidas.

Plantar fumo foi bom pra nós, a gente consegue alguns dias de férias, a gente consegue atender as vacas e as galinhas, as criações todas. Mas o escravo é quem cria gado ou galinha de corte, esses tem hora pra tudo. Mas nós estamos parando de plantar fumo, ano passado foi o último ano. (Agricultor 32, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

Não pode comer, mas deu dinheiro e ainda dá dinheiro, todo pedacinho de terra que tenho foi comprado com dinheiro do fumo. (Agricultor 45, grupo percepção positiva, categoria abandonaram).

Embora o fator desconfiança tenha estado presente em poucos relatos para o entendimento que os agricultores têm do tabaco, há de se considerar que o mesmo esteve presente em muitas outras oportunidades ao longo das entrevistas, principalmente quando os agricultores se referiam às firmas, à classificação do fumo, à AFUBRA e aos instrutores. Essa desconfiança foi manifestada também em relação às finalidades do tabaco, além das formas de conduta das indústrias:

Será que se usa mesmo só pra fumar? É muito fumo que a gente planta. Se for só pra fumar, porque tem tanta classe? Poderia ser bem menos e pagar mais parelho por elas. Quantos maços de cigarros se faz com um fardo de fumo? (Agricultor 24, grupo percepção negativa, categoria especializados).

Vejo o fumo como uma droga, tem bastante valor quando está na mão das multinacionais e um baixo valor quando está na mão do agricultor, quem planta. Fui prejudicado pelas multinacionais, tive que mudar bruscamente de atividade por conta delas. Tu é alguém pra elas enquanto está plantando fumo e entregando pra elas, sem isso tu não é nada. Tive que abandonar todo o conhecimento que tinha da cultura e começar outra atividade sozinho. (Agricultor 14, grupo percepção negativa, categoria substituíram).

Embora para a questão apresentada no início dessa seção o fator herança cultural tenha surgido de maneira tímida nas falas dos agricultores, ela esteve presente de maneira muito contundente nas entrevistas. Entende-se o fator herança cultural como uma habilidade adquirida para um trabalho específico, um conhecimento que garante os saberes necessários

para lidar com a terra. Neste sentido, o discurso do agricultor 55 é interessante por considerar, além deste fator, muitos outros:

Cada região tem que ter as coisas para sobrevivência do povo, para buscar progresso, lucratividade, cada um tem que partir para alguma coisa. Em determinada região foi o fumo, embora não dê pra comer, de certa forma faz um mal, por um momento econômico veio para a nossa região e trouxe muito progresso, embora também tenha matado muito da cultura da região. A gente olha pra região, pra metade sul, que não tem agricultura familiar, aqui ele trouxe progresso, mas matou a cultura alemã, matou a cultura de base da imigração açoriana, uma que pegou terras grandes e outra de terras pequenas, chegaram os alemães e construíram as colônias, todas com forte ênfase na agricultura familiar. A Souza Cruz enxergando que o fumo seria uma boa, veio para essa região que tinha mão de obra capacitada e se instalou. Daí começou a prática do fumo, as outras culturas foram perdendo espaço, e a pequena propriedade não tinha mais como se manter, o fumo foi uma alternativa, pois o sistema de integração foi uma alternativa viável. Com 2 ou 3ha foi a saída, abriu portas na década de 60/70, os que ficaram se apoiaram nisso daí, os que foram mais passivos. Por fim acabou sendo uma boa alternativa, por ser artesanal, com compra garantida, se um ano ganha mais e no outro perde, isso é culpa do sistema capitalista, é um perde e ganha constante. O fumo configurou uma alavanca boa na região. De São Leopoldo a São Pedro, com o vinho, fumo. A região de colonização alemã é a mais rica. Mas o alicerce mesmo é a agricultura familiar, e o fumo, mesmo com altos e baixos, foi muito bom, proporcionou progresso. Mas a capacidade pessoal de cada ser humano influencia muito nisso, ninguém é igual, uns vão mais pra frente, outros menos, a sua motivação, iniciativa de economizar, como é que uns ganham dinheiro e outros não? Capacidade administrativa, tem gente que ganha pouco e consegue economizar. (Agricultor 55, grupo percepção positiva, categoria abandonaram).

O que se depreende dos dados e relatos apresentados até aqui é que os agricultores familiares produtores de tabaco, em seu entendimento sobre o cultivo desta planta, mobilizam vários fatores associados para formar suas visões dessa atividade agrícola. O significado do cultivo do tabaco está relacionado ao meio de subsistência dessas famílias. Em contrapartida, a grande maioria dos entrevistados (87,3 %) que consideram o tabaco a melhor atividade em termos de retorno financeiro e geração de renda para pequenos agricultores, asseguram sobrar muito pouco ou quase nada no final das safras. Mesmo os instrumentos de gestão sendo pouco utilizados pelos agricultores, muitos afirmam que se fossem contabilizar tudo, não haveria lucro:

Plantamos pelo dinheiro, mas quando a gente para e faz as contas, calcular todos os custos, com a mão de obra, lenha, arrendamento, vê que sobra mesmo muito pouco. (Agricultora 30, grupo percepção negativa, categoria abandonaram).

Este fato leva à reflexão da contradição na racionalidade dos agricultores, mesmo produzindo alimentos para autoconsumo e com ao menos uma atividade agrícola voltada ao mercado, o cultivo do tabaco não é suficiente para garantir a reprodução simples das famílias

entrevistadas. Sendo assim, parece que o fator renda está legitimado entre os agricultores como algo irrefutável. Porém, seus próprios discursos colocam em xeque a legitimidade do retorno financeiro e evidenciam que essa remuneração não é suficiente para sua reprodução, muito menos para sua capitalização.

Em pesquisa realizada no VRP, Vargas (2013), dentre outros objetivos, comparou as rendas líquidas de agricultores produtores de tabaco e a de agricultores produtores de hortifrutigranjeiros, na safra dos anos 2007/2008, e verificou que o resultado financeiro líquido obtido pelos não fumicultores da amostra (equivalente a R\$ 20.064,39) supera em 14% a receita líquida dos fumicultores (R\$ 17.571,71) (VARGAS, 2013).

Adicionalmente, estudos anteriores sobre estratégias de diversificação da cultura do fumo na região do VRP baseados em estimativas das receitas de pequenos agricultores engajados em atividades de produção agroecológica demonstraram que tais atividades proporcionam alternativas viáveis ao cultivo do tabaco para os pequenos agricultores da região, em termos de rentabilidade, comercialização e financiamento da produção (VARGAS, 2013).

Denota-se, a partir dos dados dos agricultores, que o cenário que se apresenta a eles normalmente engloba uma complexidade tal que é impossível saber todos os aspectos existentes sobre outras culturas alternativas ao cultivo do tabaco e assim poder, racionalmente, auferir a melhor opção. Neste ponto, a racionalidade limitada age no sentido de simplificar o modelo da situação avaliada pelos agricultores, uma vez que não conseguem acessar todas as informações sobre alternativas, o cultivo do tabaco acaba por se apresentar como sua alternativa mais satisfatória.

A percepção negativa que a maioria dos agricultores entrevistados possui do tabaco pode ser percebida também quando perguntado se ‘sente vontade de trocar de atividade profissional ou plantar outra cultura’. As informações apresentadas na Tabela 13, considerando os agricultores com atividades agrícolas voltadas ao mercado, mostra que quantidade significativa demonstrou desejo em mudar.

Entre os agricultores da categoria que substituíram o cultivo do tabaco, nenhum explanou desejo de mudança. Já os agricultores das categorias especializados e diversificados, do total de 49 entrevistados, 33 (ou 67,34%) sentem vontade de mudar, nota-se que a maioria pertence ao grupo com percepção negativa do tabaco, somente três agricultores com percepção positiva não desejam mudar.

Tabela 13 - Agricultores com vontade de mudar de atividade

Agricultores		Vontade de mudar de atividade		Totais
Tipologias	Categorias	Sim	Não	
Percepção Negativa	Especializados	12	3	15
	Diversificados	19	1	20
	Substituíram	0	8	8
Percepção Positiva	Especializados	2	9	11
	Diversificados	0	3	3
	Substituíram	0	0	0
TOTAL		33	24	57

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

Recorrendo às informações qualitativas dos entrevistados, nota-se que os agricultores são conscientes do significado e dimensão que uma mudança de atividade pode acarretar. Por exemplo, entre os agricultores do grupo com percepção positiva do tabaco, componentes da categoria especializados, as principais justificativas para não querer mudar são a falta de opção, a idade avançada e a conformação com a situação, tentativas de mudanças frustradas, endividamentos, falta de recurso financeiro e a falta de mercado para outras culturas. Entre os diversificados, as outras culturas desenvolvidas são tidas como complementação da renda, o tabaco é a principal.

No grupo de agricultores com percepção negativa do tabaco, para boa parte dos entrevistados, as atividades diversificadas são encaradas como uma possibilidade de substituição da cultura do tabaco, não só como complementação da renda. Isso significa que, através da tentativa e erro, agindo com cautela, os agricultores estão buscando uma atividade capaz de proporcionar um retorno financeiro que satisfaça suas expectativas. Outra preocupação dos agricultores desse grupo é com a carga de trabalho, eles procuram atividades menos intensivas em uso de mão de obra, conforme constata-se nos depoimentos a seguir:

Queria me dedicar só à produção de alimentos, principalmente mel, leite e frutas. Um trabalho que não judie tanto, que não precise muito esforço, o cara tem que trabalhar sem se judiar. O fumo é pesado, te contamina do início ao fim. (Agricultor 4, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

Faz desde o ano passado que falamos em parar, esse ano vai ser o último. Ano que vem o 'véio' se aposenta, [...] daí vamos ficar só com as vacas. O fumo dá muito trabalho, vamos só tentar manter o que já temos. (Agricultor 47, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

Os apontamentos feitos até aqui dão indícios de que a racionalidade formulada pelos agricultores em relação a suas opções em produzir ou deixar de produzir tabaco é balizada por premissas estabelecidas a partir de suas experiências, negativas ou positivas, além de seus objetivos. Contudo, para auxiliar na compreensão de como os agricultores formam sua

percepção negativa ou positiva do cultivo do tabaco, cabe analisar os momentos marcantes em suas vidas como agricultores, assim como preconizado por Simon (1965), Lamarche (1993) e Lima et al. (2001). Quando solicitado aos entrevistados que ‘cite algum momento marcante na sua vida como agricultor’, na descrição desses momentos, de modo geral, a situação mais citada pelos entrevistados foi a compra ou quitação da terra, seguido pelo desempenho do ano agrícola (relacionando anos de safras boas ou ruins em relação ao preço pago pelo fumo, à produtividade, às perdas de safras devido a intempéries ou incêndios), em terceiro aparece as melhorias na propriedade, tanto na aquisição de máquinas e equipamentos, quanto estruturais.

No total, são 46,03% os agricultores entrevistados (29 dos 63), para quem os momentos marcantes de suas vidas estão relacionados à produção de tabaco, destes, 68,96% pertencem ao grupo com percepção negativa do cultivo do tabaco e 31,04% ao grupo com percepção positiva. A diferença dos momentos marcantes tiveram poucas variações entre as categorias, podem ser destacada duas. A categoria de diversificados cita o desafio da diversificação, de aprender uma nova atividade, buscar mercados e tecnologias. A categoria que substituíram aponta a troca de atividade e momentos políticos favoráveis e desfavoráveis à agricultura.

Durante a antiguidade e no período feudal, o trabalhador devia conhecer sua profissão a fundo e estar apto a executar todo o ciclo da produção. No período atual, o trabalhador não conhece o ciclo todo da produção, seu trabalho é complementar a outras atividades. Ele participa apenas de uma parcela da fabricação dos bens e, ao ver a mercadoria pronta para ser comercializada, não reconhece seu trabalho naquele produto.

As informações empíricas corroboram com essa proposição através das respostas dos agricultores ao seguinte questionamento: ‘quando vê um maço de cigarros, reconhece seu trabalho no produto?’. Para muitos agricultores essa pergunta soou estranha, em alguns casos acarretando constrangimento diante do fato de alguns produtores (2 agricultores) nunca terem pensado no assunto.

Deste modo, há uma divisão equilibrada de opiniões, 55,55% dos entrevistados (35 agricultores) responderam que sim, reconhece seu trabalho no maço de cigarros e 44,45% (26 agricultores) responderam que não reconhece. Porém, cabe uma análise um pouco mais detalhada das respostas dos agricultores.

Novamente os agricultores recorreram à associação de fatores para responder essa pergunta. Independente das tipologias e categorias, os agricultores fizeram comparações entre o valor de um maço de cigarros e o preço que as indústrias pagam por uma arroba de tabaco:

Com menos de uma folha de fumo se faz várias carteiras de cigarro. E quanto se paga pela carteira e quanto se paga pela folha do fumo? O cigarro é muito mais caro. (Agricultor 28, grupo percepção negativa, categoria especializados).

Quanto custa uma arroba e quanto custa uma carteira de cigarro e quantas carteiras eles fazem com uma arroba? (Agricultor 32, grupo percepção negativa, categoria especializados).

Considerando que 41,26% dos entrevistados compreendem agricultores fumantes, muitos fizeram referência à qualidade de seu produto:

Com certeza, minha esposa fuma, eu já fui fumante. Quantas vezes já me perguntei, será que a gente não é um fumo que a gente mesmo produziu? Mas o nosso fumo é bom, é bem bom mesmo, mas é todo exportado, aqui fica só o resto. (Agricultor 38, grupo percepção positiva, categoria diversificados).

Nós não fumamos, plantamos fumo, mas não gostamos do cigarro, tem um cheiro muito ruim, sei lá o que eles fazem pra deixar daquele cheiro. (Agricultor 17, grupo percepção positiva, categoria especializados).

As percepções subjetivas dos agricultores também surgiram em respostas a esta questão. Muitos aproveitaram para manifestar desprezo pelo cigarro:

Eu tenho pavor de cigarro, até não gosto de sair em locais como festas, porque não posso com o cheiro do cigarro. Acho que tenho implicância pessoal contra cigarros. (Agricultor 61, grupo percepção negativa, categoria substituíram).

O cigarro é outra coisa, não vejo relação com o que eu faço. Sei lá, é diferente, aqui a gente entrega as folhas pra eles. Eu não fumo e incentivo as pessoas a não fumarem. (Agricultor 56, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

Eu não incentivo ninguém a fumar, eu não fumaria para manter a produção de fumo. (Agricultor 60, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

Essa pergunta me pegou de surpresa, nunca pensei nisso, mas acho que não, porque nosso fumo vai tudo pra fora do país. Eu já fumei, há muito tempo atrás, [...]. Acho que porque nosso trabalho na produção de fumo não nos dá orgulho nenhum. (Agricultor 49, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

Dos depoimentos apresentados acima, deve-se destacar dois pontos de reflexão importantes: a quantidade significativa de agricultores que não reconhecem seu trabalho no produto final, o cigarro, e a desigualdade das relações, identificada na comparação do valor do maço do cigarro com o valor da arroba de fumo. Nesta última, embora recorrendo ao valor do produto, uma análise mais criteriosa indica que os agricultores querem chamar atenção para o quanto seu trabalho é desvalorizado e pouco reconhecido, ou seja, para a particularidade de uma relação que se caracteriza por meio de uma troca desigual. Para os agricultores familiares sua atividade profissional ocupa uma dimensão significativa em sua vida, pois seu trabalho

representa mais que a oportunidade de garantir sua subsistência, mas, sobretudo, ter um lugar, desempenhar um papel, preenchendo de sentido sua relação com o mundo (GUÉRIN et al., 2001). Neste sentido, não é a racionalidade econômica que está vigorando, mas uma racionalidade, utilizando as palavras de Schneider (2004, p. 116), “[...] informada pela realidade que tanto é a expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas e transmitidas culturalmente [...]”, o que resulta na não identificação pessoal dos agricultores com o produto final, o cigarro.

Contudo, a contradição não se manifesta só nos discursos dos agricultores, mas “[...] é a expressão maior da contradição no mundo de vivência do pequeno agricultor da região situada em torno de Santa Cruz do Sul, RS” (JANTSCH, 2001, p. 193). Essa proposição é corroborada por Prieb (2005, p. 48), quando afirma que “a harmonia e o conflito permeiam todo o processo de agroindustrialização, mas isso não é uma novidade, porque a contradição é peculiar a todo processo de desenvolvimento capitalista”.

5.3 A DIVERSIDADE DOS FATORES NA RACIONALIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Conforme apresentado no capítulo 2, na perspectiva da NEI os agentes organizam o sistema de modo que possam se beneficiar dele, não buscam eficiência social, mas atender aos interesses de quem tem maior poder de negociação. Deste modo, “[...] a maior capacidade de decisão se concentra nos agregados de mais alto investimento e maior retenção de valor dos produtos [...]” (GIOVENARDI, 2003, p. 54).

Os agricultores familiares produtores de tabaco, com poucos conhecimentos básicos sobre mercados, comercialização e gestão, além de poucas condições financeiras, são impossibilitados, por exemplo, de programarem projetos no sentido de aumentar sua autonomia. Neste contexto, somado às ações contraditórias do Estado ao fixar altas taxas à produção e comercialização de cigarro, assinar a Convenção-Quadro que visa à diminuição da produção de tabaco e não apresentar aos agricultores alternativas ao cultivo, lhes resta a alternativa de integrar-se. De acordo com Jantsch (2001, p. 204), “[...] a integração, aliada à consequente submissão aos pacotes científico-tecnológicos das agroindústrias, é a possibilidade vislumbrada para conquistar os tão sonhados “níqueis”, embora sob um trabalho manual [...]” submetido e coisificante de sua família.

Os agricultores reconhecem a situação de dependência que estão sujeitos ao aderirem ao SIPT. Os dados apresentados na Tabela 14 são ilustrativos dessa situação. Relacionando as

informações empíricas através da escala *Likert*, os agricultores com percepção negativa são os que apontam terem maior nível de dependência em relação às indústrias de tabaco, uma vez que, principalmente os agricultores especializados, classificaram sua situação em muita e totalmente dependente. No grupo de agricultores com percepção positiva a maior dependência também foi apresentada pelos agricultores especializados, seguido pelos que abandonaram.

Tabela 14 - Grau de dependência dos agricultores em relação às indústrias, conforme escala *Likert*

Agricultores		Escala <i>Likert</i>				
Tipologias	Categorias	1	2	3	4	5
PERCEPÇÃO NEGATIVA	ESPECIALIZADOS	1	1	2	6	6
	DIVERSIFICADOS	4	5	4	4	2
	SUBSTITUÍRAM	0	1	0	2	5
	ABANDONARAM	0	0	0	0	1
PERCEPÇÃO POSITIVA	ESPECIALIZADOS	0	0	2	4	4
	DIVERSIFICADOS	1	1	1	1	0
	ABANDONARAM	0	1	0	0	4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

Nota: 1- nenhuma dependência, 2- pouca dependência, 3- dependente, 4- muita dependência, 5- totalmente dependente.

A sensação de dependência é maior à medida que os agricultores demonstram desconfiança em relação à AFUBRA, sua principal entidade de representação. Esse dado é constatado quando perguntado aos agricultores o que pensam sobre a AFUBRA e se acham que o órgão está atendendo aos interesses dos agricultores. Para 65,07% dos entrevistados a AFUBRA não os representa. Os depoimentos dos agricultores apontam para uma opinião bastante crítica em relação àquela entidade, conforme depoimentos a seguir:

Como pode eles representar os produtores e trazer o contrato deles junto com o instrutor da fumageira? São dois interesses diferentes. Pra fazer a pesquisa dos preços eles também andam juntos. A AFUBRA não é amiga do produtor, é a pura realidade, não é defensora dos produtores, só tem o nome da gente. Mas o seguro é bom, mas brigar pelo preço eles não fazem, eles acordam com as fumageiras, junto com eles. (Agricultor 55, percepção positiva, categoria abandonaram).

As reuniões para estabelecer os preços do fumo são enganação, só batem boca, tem que levar os colonos nas reuniões. A AFUBRA nunca veio aqui na roça falar com o colono. Não entendo porque o contrato do seguro da AFUBRA quem trás é o instrutor da fumageira. (Agricultor 19, percepção negativa, categoria especializados).

É complicado isso aí. A função dela hoje é o seguro, o resto é farofa. Ela é mais fachada, mas representação mesmo é pouca, falta ouvir as bases, mas isso não se faz, não tem discussão aprofundada. O seguro é bom. Mas eles nunca vieram aqui discutir com agente, como é isso, eles nem me ouvem, como podem me representar? (Agricultor 49, percepção negativa, categoria diversificados).

Ela é uma seguradora, esse é o papel dela. O auxílio dela está no seguro agrícola. Mas o que ela pode fazer, se o governo também não ajuda, não consegue manter um preço mínimo? No preço quem manda mesmo são as fumageiras, ela não consegue ter voz ativa. (Agricultor 44, percepção negativa, categoria substituíram).

Os agricultores lembram frequentemente do seguro oferecido pela AFUBRA, muitos ignoram as outras funções que ela desempenha. Os agricultores demonstram insatisfação em relação aos valores praticados pela entidade em suas lojas de comercialização de insumos e demais produtos. Embora alguns se sintam representados, manifestam desconfiança em relação a ela. Mesmo os que reconhecem a segurança do seguro AFUBRA são desconfiados.

Outra relação caracterizada por controvérsias ocorre entre os agricultores e as indústrias. Conforme relatado pelos entrevistados, o nível dessa relação varia de acordo com o ano. Em anos em que as indústrias atingem suas metas e os agricultores conseguem bons preços pelo fumo, ela é boa. Quando ocorre o contrário, a situação é ruim. Deste modo, pode-se afirmar que a relação dos agricultores com a indústria é situacional, depende muito da política de compra do fumo da fumageira no ano agrícola.

De modo geral, do total de 63 entrevistados, somente três atestam ser ruim sua relação com a indústria. Isso pode ser resultado dos bons preços pagos pelo fumo na safra 2012/2013. Os dados empíricos, ilustrados na Tabela 15, demonstram através da escala *Likert*, que para 25 agricultores, sua relação com a indústria é classificada como boa, para 22 agricultores é muito boa e excelente para 12 agricultores.

Tabela 15 - Nível da relação dos agricultores com as indústrias, conforme escala *Likert*

Tipos	Agricultores	Escala <i>Likert</i>				
	Categorias	1	2	3	4	5
PERCEPÇÃO NEGATIVA	ESPECIALIZADOS	1	0	8	3	4
	DIVERSIFICADOS	1	1	9	6	2
	SUBSTITUÍRAM	1	0	2	3	2
	ABANDONARAM	0	0	1	0	0
PERCEPÇÃO POSITIVA	ESPECIALIZADOS	0	0	3	5	2
	DIVERSIFICADOS	0	0	1	2	1
	ABANDONARAM	0	0	1	3	1

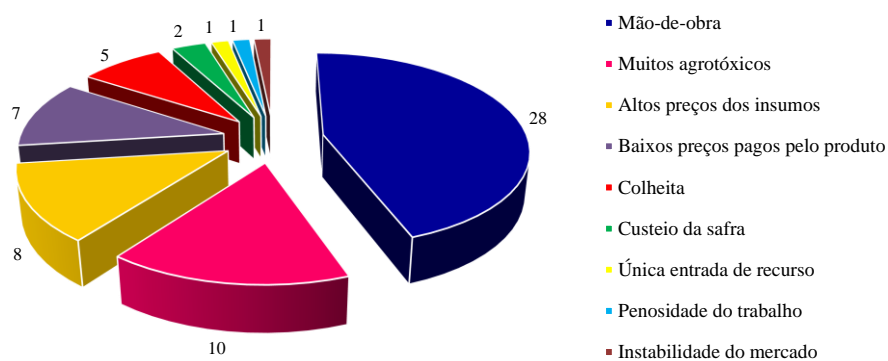
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).
Nota: Escala de valores: 1- ruim; 2- regular; 3- boa; 4- muito boa; 5- excelente.

De acordo com Rudnicki (2012, p. 45) “[...] os instrutores técnicos apresentam-se, então, como os principais atores na manutenção do Sistema de Produção Integrada, tendo em vista as relações de proximidade consolidadas entre o instrutor e a família produtora de tabaco [...]”. Essa proposição corrobora com a opinião de alguns agricultores entrevistados nesta

pesquisa, conforme depoimento a seguir: “o instrutor é nosso amigo há muitos anos” (Agricultor 22, grupo percepção negativa, categoria especializados). Por outro lado, muitos agricultores demonstram desconfiança em relação aos instrutores: “Não levo eles para padrinhos, cada um tem seu interesse. Às vezes tinha que trazer o fumo de volta, não adianta ser bonzinho, eles querem que tu consiga as metas deles, qual é a deles? O lucro” (Agricultor 1, grupo percepção negativa, categoria diversificados). Contudo, a situação mais comumente citada demonstra distanciamento dos agricultores com as indústrias, conforme depoimento que segue: “[...] varia de acordo com o ano, mas é assim, eles lá e nós cá. Só conhecemos o instrutor” (Agricultor 5, grupo percepção negativa, categoria diversificados).

No Gráfico 7, observa-se as principais dificuldades apontadas pelos agricultores na produção de tabaco. A falta de mão de obra foi a dificuldade mais citada pelos entrevistados (28), em seguida, para dez agricultores, foi destacado o alto uso de agrotóxicos, para oito agricultores são os altos preços dos insumos e para sete os baixos preços pagos pelo produto. As dificuldades menos citadas pelos agricultores foram a colheita (5), o custeio da safra (2), a instabilidade do mercado (1), a penosidade do trabalho (1) e a única entrada de recurso (1).

Gráfico 7 - Principais dificuldades da produção de tabaco



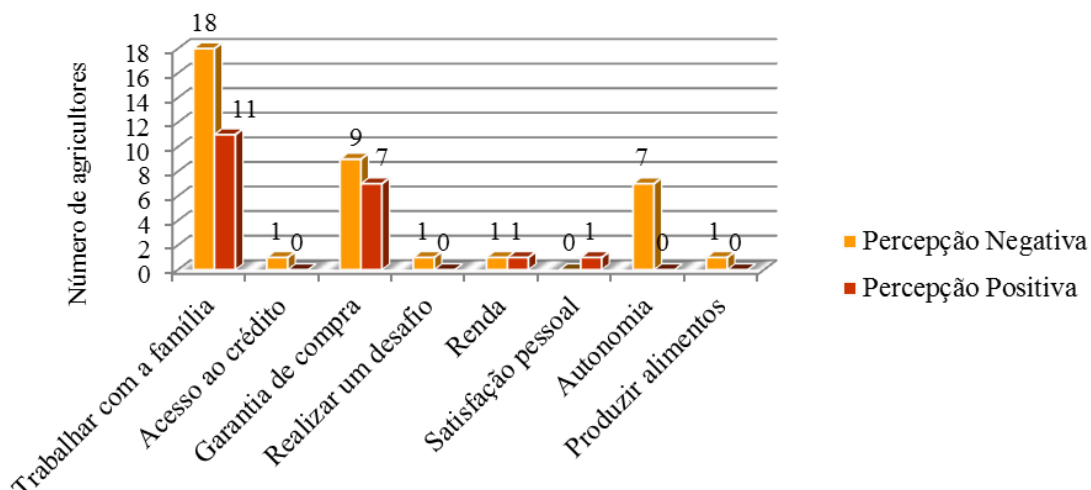
Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Os resultados do Gráfico 8 mostram que para a maioria dos entrevistados (29 do total de 63), a possibilidade de trabalhar ao ar livre com a família é o aspecto positivo mais citado, seguido pela garantia de compra do fumo (16 agricultores) e pela autonomia na realização das tarefas (7 agricultores). Em relação à venda garantida, os agricultores manifestaram, novamente, a dualidade deste aspecto. Embora a compra do fumo seja garantida, nem sempre o preço pago é satisfatório, de acordo com os depoimentos a seguir isso fica evidente:

Mas nem sempre o resultado é o esperado, já que a gente não sabe o valor que vai vender. (Agricultor 7, percepção negativa, categoria especializados).

A gente não sabe quanto vão pagar o fumo, muda de ano para ano, [...] é como jogar o dinheiro na terra e tentar pegar de novo, as vezes pega mais, as vezes menos. O que a gente faz é pensar no quanto vamos ter que trabalhar se plantar 20.000 ou 30.000 pés de fumo. (Agricultor 26, percepção negativa, categoria especializados).

Gráfico 8 - Aspectos positivos da produção de tabaco

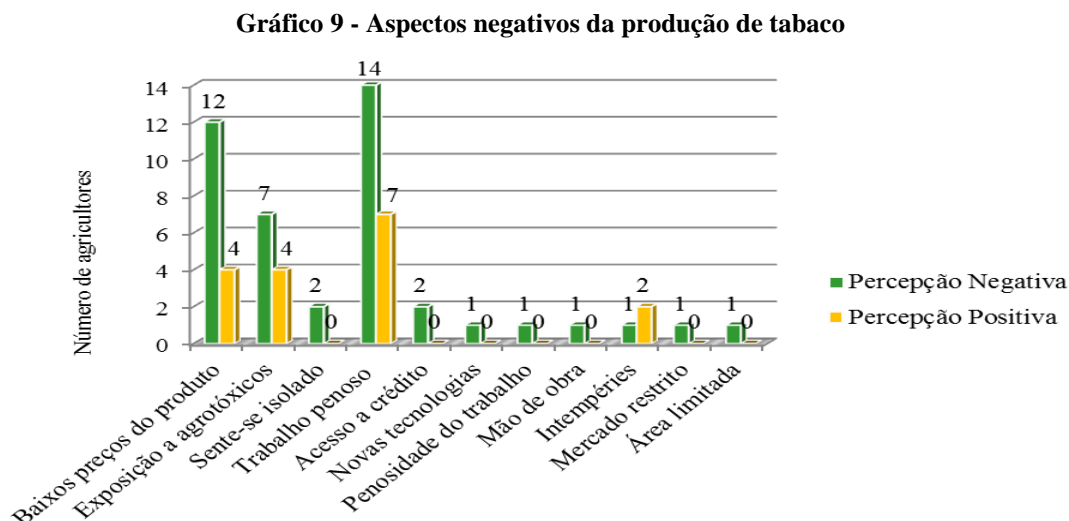


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

Autonomia na realização das tarefas, neste caso, se refere ao fato dos agricultores poderem ser seus ‘chefes’, desempenhar as atividades de acordo com seus planejamentos e rotinas, não ter tanta rigidez nos dias e horários para desempenhar as atividades. Dentre os aspectos considerados menos importantes para os agricultores estão o acesso ao crédito, à realização de um desafio, à renda, à satisfação pessoal e à possibilidade de produzir alimentos.

O ciclo produtivo do tabaco, a partir do momento da produção das mudas até a venda das folhas nas agroindústrias, dura entre nove e dez meses do ano agrícola. Neste sentido, considerando que os agricultores dedicam-se a outras atividades agrícolas e não agrícolas, a flexibilidade das ações não se mostra tão flexível assim. Isso pode ser evidenciado nos depoimentos a seguir: "Tu plantou fumo tu não se manda mais, tudo funciona em função dele, tem que organizar pro ano todo, pensar na semeadura, plantação, secagem, intercala o ano todo" (Agricultor 1, grupo percepção negativa, categoria diversificados); "Trabalho 365 dias por ano, trancado, não tenho como sair [...]" (Agricultor 5, grupo percepção negativa, categoria diversificados). Ademais, essa flexibilização se refere somente a quando fazer, com pouca margem para desenvolver ações que modifiquem a forma de fazer, ou mesmo que modifique a atividade em si.

Dentre os aspectos negativos da produção de tabaco, a penosidade do trabalho é apontada como o principal aspecto negativo para 21 dos 63 agricultores entrevistados. O baixo preço pago pelo fumo vem em seguida (16 agricultores), o terceiro aspecto negativo mais citado foi a exposição a agrotóxicos, para 11 agricultores (Gráfico 9).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

Um estudo realizado por Perondi et al. (2012), sobre os meios de vida de agricultores produtores e ex-produtores de tabaco, realizado em dois municípios localizados no Sudoeste do Paraná, identificou que as principais motivações que levaram as famílias a deixar de cultivar tabaco foram: o descontentamento com o retorno econômico da produção; problemas de saúde ocasionados pela intoxicação com agrotóxicos; a falta e o desgaste da força de trabalho familiar. Os autores identificaram também fatores subjetivos, como: a insatisfação com a atividade realizada pela família e a necessidade de maior autonomia, entre outros.

Quando perguntado aos agricultores o que seria mais importante para sua família almejar para o futuro (Tabela 16), 18 famílias entrevistadas almejam seguir plantando tabaco, mas tentar diversificar as fontes de renda. Essa resposta foi mais frequente entre os agricultores especializados e diversificados, isso demonstra que a renda obtida com o fumo não tem sido suficiente para os agricultores.

Não plantar mais tabaco e iniciar outra atividade no meio rural é o que almejam 17 famílias entrevistadas, todas do grupo com percepção negativa e a maioria da categoria diversificados (11). Boa parte desses agricultores manifestaram vontade de se dedicar somente à produção de alimentos, outros explanaram vontade de retomarem seus sonhos de adolescentes.

Mais educação para os filhos é a preocupação para 13 famílias entrevistadas, nove delas do grupo percepção negativa. Muitos agricultores apontam seu baixo grau de escolaridade como causa da situação em que se encontram, conseqüentemente, ela “[...] não lhes dá o subsídio necessário para constituir o saber real e autonomia necessários para superar o paradigma do determinismo/insumos, o autoritarismo da extensão (via instrutores) [...]” (JANTSCH, 2001, p. 165). Essa informação ressalta a veracidade de que os produtores de fumo têm consciência da necessidade de adquirirem novos conhecimentos que os habilitem a sobreviver em outras atividades, que não seja o fumo (ETGES, 2002, p. 13).

Tabela 16 - O que os agricultores almejam para o futuro, em ordem de importância

Almejar para o futuro	Percepção Negativa				Percepção Positiva			Totais
	ESP	DIV	SUB	ABA	ESP	DIV	ABA	
Continuar plantando tabaco, mas diversificar as fontes de renda	6	4	-	-	7	1	-	18
Não plantar mais tabaco e iniciar outra atividade no campo	6	11	-	-	-	-	-	17
Mais estudo para os filhos	2	4	3	-	-	3	1	13
Saúde/Tranquilidade	-	-	1	1	1	-	3	6
Continuar plantando tabaco, mas com mudanças para melhor	2	-	-	-	2	-	-	4
Diversificar	-	-	4	-	-	-	-	4
Outros	-	-	-	-	-	-	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa de campo (2013).

Legendas: ESP- Especializados, DIV- Diversificados, SUB- Substituíram, ABA- Abandonaram.

Como 33% dos entrevistados estão com idade acima dos 50 anos, a preocupação com a saúde e uma velhice tranquila foi o aspecto almejado para seis entrevistados. Porém, essa preocupação é reflexo também da manipulação de produtos perigosos durante muitos anos, sendo aplicados sem o uso de equipamentos de proteção adequados. Mas, também está presente nesta questão a precariedade de acesso aos serviços de saúde como o Sistema Único de Saúde (SUS), nas regiões de residência dos agricultores, muitas delas não dispõem de postos de atendimentos e em outras localidades, os postos mais próximos estão situados a mais de 30 km. A preocupação com a saúde demonstrada pelos agricultores é um fator que aumenta sua incerteza, já que em caso de serem acometidos por alguma doença, este fato pode acarretar na impossibilidade de suprir as necessidades de subsistência de sua família.

Para quatro famílias entrevistadas que almejam seguir produzindo tabaco, a atividade precisa de melhorias no sentido de facilitar o trabalho e melhorar a vida do produtor. Dentre essas necessidades destacam-se, na fase agrícola do processo produtivo, a colheita, tida como

muito pesada, a aplicação de agrotóxicos e manocar²¹ as folhas de fumo. Na fase não agrícola, os agricultores citam o excessivo número de classes do fumo, que em suas perspectivas, é em decorrência do grande número de classes que as indústrias conseguem diminuir os valores pagos pela folha do fumo. Neste ponto, os agricultores reclamam que as indústrias manipulam tanto o processo produtivo quanto o mercado.

A necessidade de manter a diversificação da propriedade é o que almejam quatro famílias, todas do grupo percepção negativa e que substituíram a produção do tabaco. Para esses agricultores a produção de várias culturas proporciona melhor inserção no mercado. A despeito disso, para Schneider (2010a, p. 89), “[...] quanto mais diversificada for uma unidade produtiva ou um estabelecimento agropecuário, maiores serão as chances e oportunidades que possa ter opções para fazer escolhas”. Para o autor, um conjunto maior de oportunidades e opções de escolha é essencial para que estratégias de combate às distintas formas de vulnerabilidade, como o clima, doenças, preços, possam ser estabelecidas.

As informações e dados apresentados nesta seção são importantes para demonstrar a complexidade e a correlação de diversos fatores coerentemente distintos que norteiam a racionalidade dos agricultores. Deste modo, os agricultores produtores de tabaco, frente à sua relação e dependência com as indústrias, os aspectos negativos e positivos dessa atividade, as dificuldades encontradas, suas perspectivas futuras, as oscilações do câmbio etc., encontram-se em meio a um ambiente de muitas incertezas. Deste ponto de vista, a permanência nesta atividade atribui identidade e uma prática de manejo por experiência, ou conhecimento técnico que, a despeito de seus tropeços inevitáveis, ajuda os agricultores a reduzir a margem de incerteza (ETGES et al., 2002).

Porém, para minimizar a incerteza em suas opções entre produzir ou deixar de produzir tabaco, é preciso levar em consideração as suas potencialidades internas em relação ao contexto do ambiente externo. Conforme apontado por Pereira e Fonseca (1997), considerando que a decisão é subordinada da percepção e a percepção é subordinada da estrutura da memória e da rotina, compreende-se que as decisões que tendem a manter a permanência desafiam menos o equilíbrio estrutural da rotina, conseqüentemente, exigem menos da racionalidade. As decisões no sentido de mudança tendem a desafiar/estimular mais esse equilíbrio estrutural (PEREIRA; FONSECA, 1997). Dessa forma, no caso dos agricultores que continuam se dedicando à produção de tabaco, manter-se nela é uma maneira

²¹ Manocar é juntar um conjunto de 20 a 25 folhas de tabaco atadas por outra folha enrolada para serem secadas e curadas.

de manter o equilíbrio estrutural (o conhecido) e não desafiar a racionalidade (o desconhecido).

Assim posto, pode-se afirmar que o SIPT e o ambiente institucional garantem a regularidade do comportamento dos agricultores. As indústrias fumageiras através da criação de mecanismos na divisão do trabalho com intuito de conduzir e limitar a atenção do agricultor para a tarefa de produzir tabaco, para a constante preocupação com a estimativa estipulada pela indústria, com o desenvolvimento de um canal de comunicação verticalizado pelo instrutor, foram eficientes em desenvolver um sistema de influência que fornece as informações necessárias para os agricultores criarem um modelo da situação cujos principais elementos foram estabelecidos com base nas garantias do SIPT.

Quanto à influência, Simon (1965) destaca que o conhecimento das consequências do comportamento são consideradas como fator de influência de primeira ordem no processo de decisão. A segunda influência refere-se às preferências do indivíduo por um determinado grupo de consequências, em detrimento de outra (SIMON, 1965). Em virtude de a percepção ser seletiva e a racionalidade dos agentes econômicos ser limitada, da grande variedade de estímulos que o ambiente oferece, apenas uma pequena parte prende a atenção do agente (MAXIMIANO, 2007).

A este respeito, March e Simon (1970) ressaltam que os indivíduos são propensos a visualizar coisas que sejam compatíveis com os termos de referência criados. Deste modo, segundo os autores, as percepções em desacordo com o quadro de referência são afastadas por meio de um processo de filtragem ou racionalizadas até que se elimine a discrepância.

Partindo-se do pressuposto de que as garantias do SIPT são referenciais seguros, os agricultores do grupo com percepção positiva do tabaco tendem a decidir pela alternativa menos arriscada. Em vista disso, as garantias oferecidas pelo SIPT podem ser apontadas como “mecanismos de influência” (SIMON, 1965, p. 107) de primeira ordem, uma vez que elas representam garantias e referenciais seguros aos produtores que diminuem as incertezas em tentar outros cultivos.

Deste modo, a compra de toda a produção, o transporte do produto, a assistência técnica e o financiamento oferecido pelo SIPT são termos de referência que influem na decisão dos agricultores em produzir tabaco. Recorrendo às contribuições de Pereira e Fonseca (1997), quando afirmam que a escolha de uma alternativa implica a renúncia de outras, o que faz com que determinadas decisões gerem um sentimento de perda, para os agricultores a decisão de deixar de produzir tabaco implica a perda de garantias e referenciais seguros nos quais ancoram sua reprodução.

Em virtude disso, a perspectiva desenvolvida por March e Simon (1970), de que, ao se planejar um conjunto de alternativas de ação, planeja-se também uma gama de consequências e avaliações que, posteriormente, ampliam os vínculos que estabelecem a relação entre as escolhas possíveis e os resultados prováveis, pode ser aplicada para a situação dos agricultores entrevistados nesta pesquisa. Em outras palavras, os agricultores estabelecem uma ordem de preferência das consequências que desejam enfrentar, a partir de informações incompletas.

Assim, embora descontentes com a situação, os agricultores decidem seguir plantando tabaco, mesmo estando sujeitos a um trabalho penoso, expostos a agrotóxicos etc., porque esta atividade, bem ou mal, lhes confere certa garantia e uma possibilidade, nem sempre concretizada, de um retorno financeiro satisfatório. Afinal, se a produção de fumo é contraditória, à medida que é tida como a mais segura fonte de renda capaz de prover as condições de vida de agricultores familiares, a monetarização da atividade, é submetida aos desígnios do capital, o que justifica os meios, conclui Jantsch (2001).

Embora os agricultores não eliminem uma racionalidade econômica, fatores sociais, culturais, valores, regras formais e informais são igualmente importantes. O fato da quase unanimidade dos agricultores não se referirem a si mesmos como fumicultores, mas sim como ‘colonos’, é um indicativo disso. Pois, a fumicultura está relacionada a uma atividade produtiva econômica, ao passo que colono designa um modo de vida, mais que um tipo econômico (ABRAMOVAY, 1992).

Segundo a abordagem de Simon, a racionalidade limitada está associada a aspectos da situação que não são identificados pelos agentes na análise da situação. Na seção a seguir discute-se alguns elementos subjetivos e estruturais que influenciam na racionalidade dos agricultores.

5.4 A CONSTRUÇÃO DAS RACIONALIDADES: RELAÇÕES ENTRE A SITUAÇÃO E OS OBJETIVOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

A decisão em produzir ou deixar de produzir tabaco neste trabalho é analisada através da perspectiva da racionalidade limitada (SIMON, 1965), sendo a atividade produtiva avaliada a partir da ótica da agricultura familiar (LAMARCHE, 1993; LIMA et al., 2001; SCHNEIDER, 2006). Diante dos dados empíricos apresentados neste capítulo e por meio do cruzamento das informações quantitativas e qualitativas, pode-se fazer algumas inferências no sentido de identificar a racionalidade da decisão dos agricultores produtores de tabaco.

A primeira delas corrobora com os apontamentos de Lima et al. (2001, p. 70), ao afirmarem que na avaliação do comportamento de agricultores deve-se considerar que “[...] há uma dupla adaptação entre a situação e objetivo. A situação depende dos objetivos do agricultor e os objetivos dependem da situação”. Tendo isso em mente, as informações apresentadas na seção anterior indicaram que na racionalidade dos agricultores estão presentes vários fatores que são dependentes da situação atual dos agricultores, bem como de seus objetivos futuros.

Para os autores da NEI, o homem é fruto das escolhas que o meio lhe oferece (NORTH, 1994). Deste modo, no processo de decisão dos agricultores estão presentes diversos elementos relacionados a fatores internos e externos, porém, enquanto uns apresentam mais peso que outros, muitos são ignorados. Um indício desta afirmação pode ser constatada no Quadro 6, apresentado na seção 5.3.

Consoante a isto, constatou-se que os fatores que influenciam a racionalidade da decisão dos agricultores entrevistados no VRP em produzir ou deixar de produzir tabaco podem ser agrupados em dois conjuntos de elementos de grande importância e que estão presentes de maneira estreita em seu comportamento. Esses elementos são os principais termos de referência dos agricultores, sendo eles:

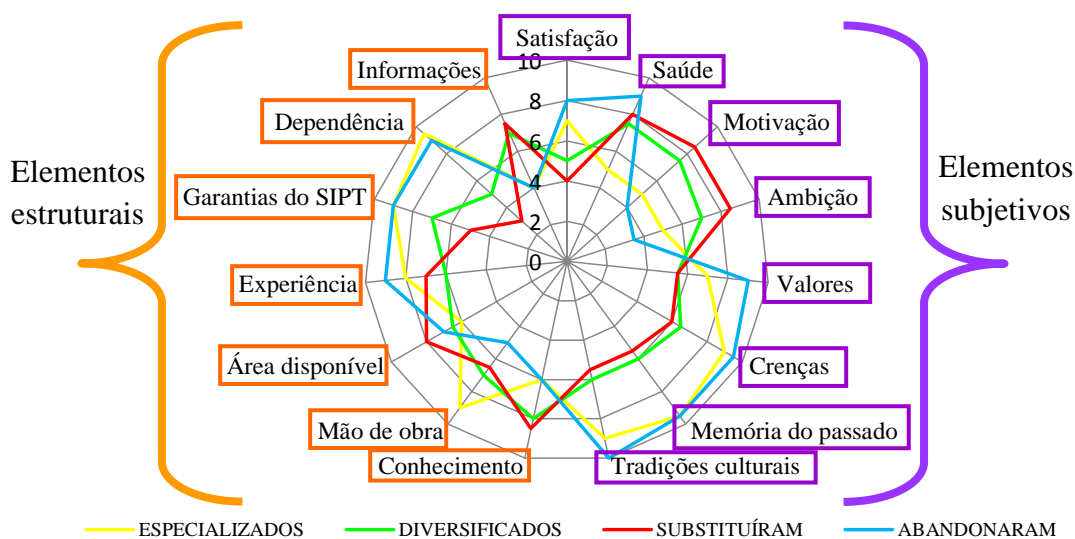
- a) elementos estruturais, constituído pelas relações sociais (família) e forças produtivas (forte peso da mão de obra familiar e da estrutura fundiária) (ABRAMOVAY, 1992) e o ambiente institucional, constituído, principalmente, pelas garantias do SIPT;
- b) elementos subjetivos, constituído pelas características individuais de cada agricultor, como a inteligência, conhecimento, crenças, valores, motivações, saúde, tradições culturais, estado emocional, memória do passado, ambição, satisfação individual.

Conforme demonstrado no Gráfico 10 a seguir, as interações entre os elementos estruturais e subjetivos de cada categoria de agricultores formam redes de conexões complexas que variam de intensidade de acordo com sua influência na construção da percepção e posterior reação dos agricultores. Sendo assim, é a proporção ou a intensidade desses elementos que irão definir a racionalidade dos agricultores na decisão entre produzir ou deixar de produzir tabaco.

De maneira geral, do ponto de vista da racionalidade, os agricultores especializados, diversificados, que substituíram e que abandonaram o cultivo do tabaco, apresentam características distintas em relação a suas decisões. Os agricultores especializados, tanto do grupo com percepção negativa quanto com percepção positiva do cultivo do tabaco, os elementos estruturais estão mais presentes e as garantias do SIPT exercem maior influência sobre suas reações.

Todavia, há uma distinção em relação ao conflito cognitivo desses agricultores. Nos agricultores do grupo com percepção positiva o conflito cognitivo é reduzido ou inexistente, já que suas reações exigem menor esforço de suas racionalidades, uma vez que se sentem amparados pelo SIPT. Nos agricultores com percepção negativa o conflito cognitivo é maior, já que questionam as garantias do SIPT e não vislumbram alternativas para mudança da situação. A sensação de conflito é maior à medida que expressam passividade diante da possibilidade de mudar seus destinos, conforme depoimentos apresentados anteriormente.

Gráfico 10 - Elementos que constituem a estrutura da racionalidade dos agricultores



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Retângulos na cor laranja representam os elementos estruturais e na cor roxo os elementos subjetivos.

A presença e intensidade dos elementos estruturais e subjetivos podem representar limitações cognitivas, mas, considerando que os agentes são dotados de uma racionalidade semi forte ou limitada, assim como discutido por Williamson (1985), a apreensão de todos os elementos em suas racionalidades é algo difícil, devido à racionalidade limitada. Assim posto, o estudo apresentado por Voss (2009) sobre a cognição humana pode ser associado ao caso estudado nesta pesquisa, já que os elementos presentes na racionalidade dos agricultores,

apresentados na figura acima, reportam-se à vida do agricultor, à comunidade onde está inserido, a um período de tempo e a uma sociedade. Neste sentido, essa afirmação se relaciona com a abordagem da NEI por apontar a importância dos aspectos cognitivos e do arcabouço social no suporte à racionalidade dos agricultores.

É graças à relação entre os elementos estruturais e subjetivos e à situação e objetivos dos agricultores que surgem conflitos cognitivos relacionados à decisão de produzir ou deixar de produzir tabaco. Assim posto, observa-se uma multiplicidade de comportamento em reação a este conflito, ou seja, é o nível ou a intensidade do conflito cognitivo entre a situação e seus objetivos que determinará sua reação a este conflito. Disto depreende-se que é a presença e a amplitude dos elementos estruturais e subjetivos que serão os responsáveis pela diversidade de reações dos agricultores: especializar, diversificar, substituir ou abandonar o cultivo do tabaco.

Diante dessas constatações, o cruzamento dos dados quantitativos e qualitativos permitem afirmar que os agricultores com percepção positiva da produção de tabaco atuam a partir de uma conduta guiada pelo reconhecimento de que esta atividade é a melhor alternativa para pequenos produtores. Em suas avaliações eles consideram a relação custo/benefício dessa atividade como sendo boa, considerando suas situações socioeconômicas e estruturais. Deste modo, em seus depoimentos internalizam os discursos das indústrias, ancorando suas decisões nas vantagens do SIPT.

A explicação para a decisão dos agricultores com percepção positiva da produção de tabaco são, sobretudo, os termos de referências relacionados aos elementos estruturais, ou seja, as garantias proporcionadas pelo SIPT, a relação de dependência econômica com a agroindústria e a ideia de que essa atividade é a melhor em termos de rendimento por hectare. Neste ponto reside a racionalidade limitada dos agricultores, uma vez que, segundo os próprios discursos dos entrevistados, a renda obtida é insuficiente para satisfazer as necessidades básicas das famílias.

O discurso de que a produção de tabaco é a única ou a melhor fonte de renda para pequenos agricultores demonstra a limitação da racionalidade dos mesmos quando afirmam que tem anos em que, ao final da safra, sobra muito pouco ou quase nada de dinheiro, somente o suficiente para pagamento do seguro e do financiamento agrícola. É por ter uma racionalidade econômica incompleta (ABRAMOVAY, 1992, p. 130) que os produtores de tabaco depositam tanta certeza no retorno financeiro dessa atividade.

O fator renda é necessário para explicar as opções dos agricultores, mas isolado, não é suficiente para representar sua motivação. Essa proposição corrobora com a conclusão de

Perondi et al. (2012) quando afirmam que o aspecto econômico é relevante na decisão sobre qual atividade pode substituir a produção de tabaco, mas, por si só não é determinante.

No grupo de agricultores com percepção negativa do tabaco, na construção de suas racionalidades, destaca-se com maior expressão e influencia os elementos subjetivos. Para os agricultores desse grupo, embora a produção de tabaco seja importante em termos de reprodução familiar, a relação custo/benefício dessa atividade é tida como ruim, diante da qual os agricultores apresentam uma postura crítica. Assim, o ponto central da conduta dos agricultores desse grupo está nesta postura crítica em relação ao setor. Logo, suas reações são determinadas por uma rede mais complexa dos elementos estruturais e subjetivos que contraria as condutas tradicionais que defendem a ideia de que o tabaco é a ‘melhor’ ou ‘única’ alternativa para pequenos agricultores.

Esta proposição contribui na explicação da grande presença neste grupo de agricultores das categorias que substituíram e diversificaram a produção de tabaco. Deste modo, esta postura mais crítica explica a maior diversidade de reação no sentido de buscar alternativas ao cultivo do tabaco. A reação no sentido de diversificar ou substituir a produção de tabaco intensifica-se a partir da descoberta de novas perspectivas, capaz de criarem alternativas que antes não eram vislumbradas pelos agricultores.

Especificamente nos casos dos agricultores com percepção negativa das categorias que substituíram e diversificaram, não há uma vinculação tão direta com os elementos estruturais representados pelas garantias do SIPT, assim como ocorre com os agricultores com percepção positiva do tabaco. Esta postura pode ser entendida enquanto manifestação de mudanças institucionais, estando pautada, principalmente, nos elementos subjetivos dos agricultores.

Advêm disso novas estratégias de ações no sentido de transformações produtivas, novas formas de produção e comercialização, construção de outros saberes e conhecimentos que contrariam o discurso dominante no setor. Cabe lembrar que condições desfavoráveis em termos de elementos estruturais podem inibir a influência de elementos subjetivos e vice versa. Deste modo, conforme apontado por Lima et al. (2001) e por Lamarche (1983), o comportamento dos agricultores é resultado de suas necessidades atuais e futuras, mas considerando suas potencialidades e limitações na situação presente.

Deste modo, os dados empíricos encontrados nesta pesquisa coadunam com os de Perondi et al. (2012, p. 694), ao afirmarem que a decisão sobre a atividade para substituir a produção de tabaco está relacionada “[...] as possibilidades financeiras e uma melhor qualidade de vida, determinada por uma atividade que oferece menor risco à saúde da família do produtor, com trabalho menos intenso e executado com menor penosidade [...]”. A

diversificação, vista como uma decisão deliberada possui duas características essenciais: a possibilidade de buscar e praticar algo novo e a potencialidade de rompimento com os fatos estabelecidos historicamente.

Neste sentido, a partir dos dados qualitativos da pesquisa, pode-se afirmar que as decisões em deixar de produzir tabaco dos agricultores estão relacionadas à busca por autonomia financeira e melhor qualidade de vida. Com exceção de um agricultor, que substituiu o cultivo do tabaco devido a suas terras terem sido infectadas por uma bactéria que impede o desenvolvimento da planta, todos os outros produtores que substituíram e diversificaram o cultivo do tabaco tentaram mais de uma atividade produtiva. Isso permite concluir que a diversificação é uma condição para a substituição do cultivo do tabaco.

Para Schneider (2010b), a consolidação da diversificação depende de sua institucionalização e enraizamento nas estruturas cognitivas, mentais e culturais, tanto dos agricultores quanto da população em geral, incluídos os gestores públicos e instituições governamentais. Segundo o autor, a sustentabilidade do sistema está sujeita à possibilidade dos agentes estabelecerem formas de governança mantendo a capacidade de controle e regulação democráticos e participativos.

Tendo em vista que analisar a racionalidade de agricultores familiares produtores de tabaco é tarefa complexa, um ponto relevante para o presente estudo está exatamente na coexistência de racionalidades que envolvem elementos estruturais de ordem econômica, social, cultural e ambiental e a presença de um componente subjetivo dessa racionalidade. O componente subjetivo, por estar baseado, principalmente, em aspectos cognitivos dos agricultores (nos saberes e experiências individuais, produzidos pela experiência), funciona como limitante de suas racionalidades. Tendo isso em mente, os agricultores agem na busca de alternativas satisfatórias, o que aproxima os agricultores produtores de tabaco do VRP da concepção de homem administrativo. Ou seja, um indivíduo que toma decisões sem poder procurar todas as alternativas possíveis, sua motivação não está na procura do lucro máximo, mas no lucro adequado, não na busca do preço ótimo do tabaco, mas do preço razoável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta dissertação objetivou-se analisar o processo de racionalidade que sustenta a decisão de agricultores familiares em produzir ou deixar de produzir tabaco. Para tanto, foram mobilizados dados empíricos junto a esses agricultores e referencial teórico sobre agricultura familiar, produção de tabaco, cognição humana e racionalidade limitada, esta dentro da abordagem da NEI. As opções teórico-metodológicas convergiram para a compreensão dos elementos conformadores da racionalidade desses agricultores.

A pergunta levantada na problemática da dissertação incidiu sobre a caracterização da racionalidade dos agricultores familiares ao decidirem produzir ou deixar de produzir tabaco. Para responder a este questionamento, foram formuladas duas hipóteses: a primeira segundo a qual a racionalidade limitada interfere no comportamento dos agricultores à medida que dificulta que os mesmos vislumbrem alternativas de substituição ao cultivo do tabaco; a segunda, para muitos agricultores cultivar tabaco não foi uma opção realizada individualmente de forma deliberada, mas foi uma condição herdada de seus pais e sustentada por seus contextos socioeconômicos.

Por meio da identificação e análise dos principais agentes envolvidos na produção de tabaco no VRP, constatou-se que a atividade é resultado de uma estrutura organizacional e social complexa, constituída por diversos agentes interdependentes. Suas atuações são baseadas em normas sociais, culturais e econômicas estabelecidas pelo contexto institucional.

Neste contexto complexo, um dos principais agentes do setor produtivo são os agricultores familiares que cultivam tabaco. Constatou-se que a racionalidade da decisão desses agricultores implica a existência de uma relação lógica de elementos subjetivos e estruturais, bem como avaliação de suas necessidades atuais e futuras, suas limitações e potencialidades. As características das condutas dos agricultores foram discutidas a partir da identificação de suas percepções em relação ao cultivo do tabaco, negativa ou positiva.

Constatou-se que as decisões dos agricultores são tidas enquanto fruto de necessidades pessoais de reprodução da família ou reações as suas percepções em relação à atividade. Independentemente de qual seja a motivação, são resultados do esforço individual das famílias em construir ou determinar seus projetos futuros de vida. Deste modo, embora com perfis muito parecidos, é a presença e a intensidade dos elementos subjetivos e estruturais dos agricultores que irá refletir na maneira que criam o modelo da situação e, conseqüentemente, em suas reações a esse modelo. Esta constatação justifica os quatro tipos de comportamentos encontrados na pesquisa e podem ser tomadas como racionalidade de estratégia e conduta nos

agricultores especializados, diversificados, que substituíram e que abandonaram o cultivo do tabaco.

Nesta perspectiva, os dados empíricos permitem concluir que a decisão por parte dos agricultores em cultivar tabaco não foi resultado de um processo de escolha buscando a maximização, nem dos lucros nem de sua racionalidade. Mas, é o resultado histórico da sucessão da atividade desenvolvida por seus pais. Esta constatação confirma a segunda hipótese da dissertação.

Por outro lado, as reações no sentido de deixar de produzir tabaco são resultantes de uma estrutura complexa de metas, mais ou menos hierarquizadas e sujeitas a contradições internas e externas, além de estarem suscetível à evolução, assim como discutido no referencial teórico. Considerando as particularidades das categorias de agricultores, os que abandonaram o cultivo do tabaco os fatores preponderantes foram as limitações físicas para desempenho das atividades em decorrência da idade avançada e em segundo a garantia de renda proporcionada pela aposentadoria.

Assim, a reação dos agricultores diversificados tem dois momentos. No primeiro, adotado pelos agricultores com percepção positiva do tabaco, os mesmos buscam a diversificação das atividades produtivas, conseqüentemente, das fontes de renda. Neste caso, a produção de tabaco é tida como uma delas, embora seja a principal. Para esses agricultores, cujas garantias do SIPT estão muito presentes, uma mudança de atividade ameaça deixar a família 'abandonada', por isso essa ideia é refutada.

O segundo momento, este identificado nos agricultores com percepção negativa do tabaco, o descontentamento com a atividade resulta numa postura crítica. Assim, a conduta ao diversificar é caracterizada por uma busca por outra atividade mais atrativa do que o tabaco. Essa atratividade é tanto em termos financeiros, quanto laborais e ambientais, que sejam capazes de proporcionar maior autonomia. Deste modo, ela é uma tentativa de adquirir capacidades de transposição do cultivo do fumo para outras culturas.

Já os agricultores que substituíram o cultivo do tabaco, esta reação foi resultado de insatisfações pessoais e resultados frustrantes. A partir de diversas tentativas promoveram uma reconversão de suas atividades.

Sendo os agricultores familiares seres racionais e estando sujeitos à racionalidade limitada, os mesmos estão suscetíveis a mudanças de comportamento. O reconhecimento de que por si só a percepção negativa do cultivo do tabaco não é suficiente para desencadear reações em direção à diversificação, substituição ou abandono das atividades agrícolas, trás à tona a importância dos elementos estruturais e subjetivos dos entrevistados. Deste modo, as

mudanças que são desencadeadas a partir da presença e da intensidade dos elementos estruturais e subjetivos ocorrem de forma gradual, em etapas, onde o intuito dos agricultores é buscar alternativas satisfatórias.

A partir dos dados quantitativos e qualitativos constatou-se que a racionalidade limitada está presente entre os agricultores e opera à medida que os mesmos possuem limites em suas capacidades cognitivas, detêm informações incompletas e são desprovidos de recursos que maximizem a busca de informações e alternativas viáveis ao cultivo do tabaco. Sendo assim, este estudo mostrou que a racionalidade da decisão em produzir ou deixar de produzir tabaco está intimamente associada às certezas do SIPT, à incerteza da comercialização de outras culturas e nos esforços individuais na busca de alternativas. Optar pelo cultivo do tabaco produz certo conforto cognitivo à medida que minimiza a racionalidade limitada, enquanto deixar de produzir constitui um desconforto cognitivo já que exige mais da racionalidade limitada dos agricultores.

Embora essas constatações sejam suficientes e permitam confirmar a primeira hipótese da dissertação, são necessárias algumas ressalvas. Certamente que na racionalidade dos agricultores os elementos estruturais e subjetivos são condicionados à racionalidade limitada. Mas suas percepções e conseqüentes reações não podem ser explicadas somente pela racionalidade limitada que é inerente ao ser humano, mas por um conjunto variado de fatores, que agem de modo a produzir distintos comportamentos entre os agricultores.

Desta maneira, é difícil estabelecer explicações que permitam abarcar toda complexidade da conduta dos agricultores, de tal forma que, tais explicações devem considerar fatores que estão além da racionalidade limitada. Contudo, são fatores como a disponibilidade de mão de obra, mercado garantido, retorno financeiro, tecnologia, conhecimento, estradas e transportes, enfim, é uma associação dos elementos estruturais e subjetivos dos agricultores, somados a um ambiente institucional favorável que irão determinar a profundidade da mudança.

Apesar da racionalidade limitada, as reações dos agricultores frente ao conflito cognitivo causado pelo descontentamento com sua situação atual e as poucas ou inexistentes alternativas de mudanças, estão essencialmente ligadas a esta associação de fatores.

Cabe salientar que, de modo geral, o nível de escolaridade dos agricultores é muito baixo, os próprios agricultores reconhecem que a privação da possibilidade de frequentar a escola é um fator que influencia em suas capacidades intelectuais e, de certo modo, se reflete na racionalidade limitada. As conseqüências deste processo repercutem tanto na inabilidade de redefinir sua relação com as indústrias processadoras, quanto no sentido de empreender

modificações nas características de reprodução da família. Deste modo, esses fatores associados a outros não menos importantes, fazem com que, tanto o perfil dos produtores de tabaco, quanto sua relação com as agroindústrias, se mantenham constantes.

Neste sentido, mesmo considerando a ação da racionalidade limitada, os elementos estruturais e subjetivos, a situação atual dos agricultores e seus projetos futuros, em muitos casos encontrados nesta pesquisa, suas reações frente a esses fatos são mais pautadas por falta de opção do que pela ação da racionalidade limitada dos agricultores. Soma-se a esses fatores carências de organização dos agricultores, que se mostraram desarticulados entre si e de seus órgãos de representação, informações incompletas sobre o setor produtivo.

No âmbito das políticas públicas, identificou-se ausência de instituições de apoio técnico para capacitação e representação socioprofissional que objetivam fortalecer suas potencialidades. Embora o MPA estivesse desenvolvendo um projeto de incentivo à diversificação na microrregião do VRP no período de realização da pesquisa, o mesmo teve duração de um ano. Assim, de acordo com os dados da pesquisa, não foi encontrada nenhuma estratégia de ação, no sentido de diversificação ou substituição do cultivo do tabaco, que tenha sido resultado de política local. Este fato leva à reflexão de qual o papel do Estado neste processo de busca de alternativas ao cultivo do tabaco. Considerando que discutir a busca por alternativas de diversificação em áreas produtoras de tabaco requer ações multi e intersetoriais de forma a contemplar questões integradas como a organização social, saúde, cultura, meio ambiente, lazer, segurança alimentar e tecnologias apropriadas, como reconhece o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Que alternativas o estado dá aos pequenos agricultores nesta busca por outras atividades que lhes proporcionem maior satisfação?

O Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, criado após a assinatura da Convenção Quadro, uma ação conjunta dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Saúde (MS), da Casa Civil, das Relações Institucionais e da Fazenda, é uma política que os agricultores desconhecem. Esta constatação lança um desafio para os elaboradores de políticas públicas no sentido de buscarem ações que visem maior capacitação profissional e educacional desses agricultores.

Para finalizar, verificou-se que as relações dos agricultores e as agroindústrias se caracterizam por um padrão de evolução desigual e contraditório. A desigualdade e a contradição se refletem tanto na relação comercial, na qual os agricultores possuem pouco poder de barganha, quanto na produção, onde os agricultores executam as técnicas desenvolvidas pelas indústrias. Desta forma, concorda-se com a constatação de Abramovay (2001), quando afirma que os países que conseguiram transpor o subdesenvolvimento, a partir

da segunda metade do Século XX, foram aqueles cujo crescimento dinâmico apoiou-se numa ampla redistribuição de renda, de ativos e de oportunidades.

Uma limitação deste trabalho consiste em reconhecer que, embora seja possível discutir a racionalidade da decisão dos agricultores por meio de suas vinculações com o tabaco (as categorias criadas), suas percepções e reações frente ao cultivo, é necessário reconhecer a existência de racionalidades individuais que estão pautadas em regras formais e informais, principalmente embasadas no SIPT. Assim, estudos futuros poderiam investigar de que maneira são formuladas essas regras. Se são fruto da construção democrática entre os agentes do setor produtivo ou estabelecidas por relações de poder desiguais.

Cabe ressaltar também que a análise efetuada neste trabalho esteve restrita a agricultores entrevistados nos sete municípios selecionados no VRP, deste modo, tais observações não podem ser generalizadas ou extrapoladas para outras regiões fumicultoras do estado e do país. Porém, essas observações permitem generalizações a agricultores da mesma região, mas que apresentem perfis semelhantes aos dos agricultores encontrados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992. 275 p.

_____. Desenvolvimento e instituições: a importância da visão histórica. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo. (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Edunesp/Edusp, 2001, p. 149-163.

AGROTABACO. **O produtor**. [S.n.e.]. Disponível em: <<http://sites.ruralbr.com.br/agrotabaco/sobre-o-setor-3/o-produtor/>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

AGUIAR, Audrey Merlin Leonardi de et al. **Agricultura Familiar: a heterogeneidade da racionalidade camponesa em diálogo com as práticas no Sudoeste do Paraná**. Pato Branco: Synergismus Scyentifica UTFPR, v. 6, 2011.

ANDRADE, Jeanice Jung de. **O processo de tomada de decisão dos produtores rurais no município de Sant'Ana do Livramento/RS**. 2010. 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/doutorado/PGDR_D_028_JEANICE_ANDRADE.pdf>. Acesso em: 08 out. 2013.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **Teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 246 p.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2002. Edição Especial, n. 6, 2002.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2012. Disponível em: <<http://www.anuarios.com.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2011. Disponível em: <<http://www.anuarios.com.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2010. Disponível em: <<http://www.anuarios.com.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO PARDO - AMVARP. O motor da arrecadação do Vale do Rio Pardo. **Boletim Informativo AMVARP**. 2012, p. 8. Disponível em: <http://www.famurs.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=241>. Acesso em: 19 dez. 2013.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. A Nova Economia Institucional. In: **Competitividade: mercado, estado e organizações**. (Org.) Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, Paulo Furquim de Azevedo, Maria Sylvia Macchione Saes. São Paulo: Singular, p. 1-286, 1997.

BAERT, Patrick. Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Fev. 1997, vol.12, n. 35.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300005>.

Acesso em: 18 out. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASSAN, Dilani Silveira. **Desenvolvimento desigual na região do Vale do Rio Pardo**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, 2002. Disponível em: <<http://btd.unisc.br/Dissertacoes/DilaniBassan.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BEGNIS, Heron Sergio Moreira; ZERBIELLI, Jerusa; ESTIVALETE, Vânia de Fátima Barros. Considerações sobre o desenvolvimento rural sob o enfoque da Nova Economia Institucional. **Estudos do CEPE** (UNISC), Ribeirão Preto, v. 24, p. 07-30, 2006.

BELING, Romar Rudolfo. **A história de muita gente: um exemplo de liderança**. Santa Cruz do Sul: Afubra, 2006. 200 p.

BIBLIOTECA VIRTUAL DE SAÚDE. **Doença da folha verde do tabaco**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/dicas/204_doenca_folha_verde.html>. Acesso em: 8 fev. 2014.

BOEIRA, Sérgio Luís. **Atrás da cortina de fumaça**. Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica. Itajaí: Editora UNIVALI, 2002. v. 500, 476 p.

BRAGA, Luís Carlos. Autonomia formal do trabalho do agricultor integrado a indústria fumageira. **Geografia em Questão** (Impresso), v. 2, p. 118-129, 2009.

BROSSIER, Jacques. Un essai de liaison entre recherche, la formation et l'action – partir des décisions économiques des agriculteurs. **Annales de Economie et de Sociologie Rurales**, Paris, v. 2, n. 2, p. 111-119, 1973.

BUAINAIN, Antonio Marcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. 1. ed. Brasília: IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2006. v. 5, 135 p.

_____. (Org.). Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil características, desafios e obstáculos. **Coleção Agricultura, Instituições e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. v. 1, 238 p.

BUAINAIN, Antonio Marcio; SOUZA FILHO, Hildo Mierelles de. **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas/SP: ed. Unicamp, 2009. 238 p.

CANZIANI, José Roberto Fernandes. **Assessoria administrativa a produtores rurais no Brasil**. 2001. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências, área de concentração economia aplicada). Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-28042004-105912/pt-br.php>>.
Acesso em: 13 dez. 2013.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: **Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares**. COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Org.). Rio de Janeiro: Mauad X - Edur, 2008, v. 1, p. 271-290.

CARRARO, André; BASSAN, Dilani Silveira; SOUZA, Nali de Jesus de. Indicadores de desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo. In: **Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo**. SOUZA, Nali de Jesus de Souza (Coord.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.1, p. 121-154, 2002.

CARVALHO, Bruno Sciberras de. **A Escolha Racional como teoria social e política: uma interpretação crítica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, 281 p.

CARVALHO, Bruno Sciberras. Instituições e razão coletiva: as normas da escolha racional como sociologia política. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28, 2004, Caxambu. **Anais...** São Paulo: Anpocs, 2004. Disponível em:
<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3894&Itemid=319>. Acesso em: 28 set. 2013.

CARVALHO, Daniela Moreira de; PEDROZO, Eugênio Ávila. Caos, complexidade e tomada de decisão: como conciliar? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 7, p. n.1, p. 203-230, 2011.

CHANLAT, Jean-François. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: TORRES, Ofélia de Lanna Sette (Org.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 21-45.

CHANLAT, Jean-François. **Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social**. Trad. Ofélia de Lanna Sette Torres. São Paulo: Atlas, 1999, 100 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 700 p.

_____. **Recursos humanos**. Ed. compacta. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul/dez. 2002.

_____. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, v. 19, n. 36, mar., p. 25-45, 2000.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, v. 1, p. 17-54.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS - DESER. **Tabaco, da produção ao consumo:** uma cadeia de dependência. Curitiba/PR, 2010. p. 104.

Disponível em: <<http://www.deser.org.br/publicacoes/revistaTabaco-Elabora%C3%A7%C3%A3oDeser-ACT.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. In: GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 31-50.

DUTRA, Alberto Silva; MACHADO, João Armando Dessimon; RATHMANN, Régis. Alianças estratégicas e visão baseada em recursos: um enfoque sistêmico do processo de tomada de decisão nas propriedades rurais. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco. **Anais...** Acre, 2008.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Calda Bordalesa:** utilidades e preparo. Dourados, 2008. Disponível em:

<<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/242170/1/FOL200837.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2013.

_____. **Calda Sulfocálcica:** preparo e indicações. Dourados, 2008. Disponível em:

<<http://www.cpao.embrapa.br/publicacoes/online/zip/FOL200836.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2013.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Sujeição e resistência:** os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. 1989. 246 f. Dissertação (Mestrado em geografia humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

ETGES, Virgínia Elisabeta et al. O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana. **Textual** (Porto Alegre), v. 1, n.1, p. 14-21, 2002.

FELIPE, Ednilson Silva. Racionalidade limitada e modelos mentais: aspectos cognitivos do agente econômico na teoria institucionalista. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, p. 141-160, 2008.

FERNANDES, Adriana Sbicca. **A evolução dos conceitos de racionalidade na teoria econômica.** 2010. 84 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em:

<<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/6586/disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado%20Adriana%20Sbicca%20Fernandes.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 8 out. 2013.

FERNADEZ, Sarita Mercedes; MIGUEL, Lovois de Andrade; WAGNER, Saionara Araújo. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários da encosta da serra de Santa Cruz do Sul/RS.** Franca, 2008. Disponível em:

<http://legacy.unifacsf.com.br/quartocbs/artigos/A/A_117.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2014.

FERREIRA, Marcos Artemio Fischborn. Os produtores de fumo da Bacia do Rio Pardinho: o cotidiano subalterno e a difícil mudança. In: ETGES, Virgínia Elisabeta; FERREIRA, Marcos

Artemio Fischborn (Org.). **A produção do tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na Região de Santa Cruz do Sul/RS**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 142-169, 2006.

FIALHO, Raquel Ribas. Os sentidos do trabalho para os agricultores e as agricultoras familiares de pequenas unidades produtoras de tabaco no município de Santa Cruz do Sul/RS. In: **A produção de tabaco: impactos no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 170-195.

FOCHEZATTO, Adelar. Evolução da estrutura produtiva da região do Vale do Rio Pardo, 1986/1998. In: SOUZA, Nali de Jesus de (Coord.). **Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 87-120.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Issues in the global tobacco economy - selected case studies**. Roma, 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/006/y4997e/y4997e0k.htm#TopOfPage>>. Acesso em: 7 out. 2013.

FREITAS, Henrique Mello Rodrigues de; MOSCAROLA, Jean. **Análise de dados quantitativos e qualitativos: casos aplicados**. Porto Alegre: Sphinx: Editora Sagra Luzzatto, 2000. 176 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **COREDE Vale do Rio Pardo**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Vale+do+Rio+Pardo>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php>. Acesso em: 13 nov. 2013.

FURLANETTO, Egidio Luiz. Instituições e desenvolvimento: a importância do capital social. **Revista de Sociologia e Política** (Online), Curitiba, v. 16, p. 55-67, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16s0/a05v16s0.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

GASSON, Ruth. Goals and values of farmers. **Journal of Agricultural Economics**, Oxfordshire, v.24, n. 3, p. 521-537, 1973.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

GIOVENARDI, Eugênio. **Os pobres do campo**. Porto Alegre: Tomo, 2003. 96 p.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre as famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Campinas, v. 46, n.2, 2008.

GUÉRIN, François et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.

_____. **Índice dos mapas estatísticos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 777 p. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas_estatisticos/censo_2010/mapa_municipal_estatistico/>. Acesso em: 3 mar. 2014.

_____. **Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISAS – IBRAP. **Pesquisa de Produtores de Fumo**. julho de 2000. Porto Alegre: IBRAP. 2000.

JANTSCH, Ari Paulo. **Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa**. Florianópolis: Núcleo de Publicações (UFSC/CED), 2001. 252 p.

KANAANE, Roberto. **Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999, 131 p.

KARNOPP, Erica. Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável: o caso da região do Vale do Rio Pardo (Brasil). **Actas L.de V.**, Varsovia, 2003. Disponível em: <<http://www.wgsr.uw.edu.pl/pub/uploads/actas03/10-ERICA.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. 336 p.

LIEDKE, Elida Rubini. **Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul**. 1977. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

LIMA, Arlindo Prestes de. et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 2ª ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2001, 221 p.

LIMA, Ronaldo Guedes de. Por que os projetos alternativos à fumicultura não vêm se tornando prioridade entre os agricultores do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul? **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 10, p. 156-175, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75223533006.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

_____. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 190-225. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a10.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

LUZ, Manuel Ramon Souza; FRACALANZA, Paulo Sérgio. A Gênese do Indivíduo e o Indivíduo da Gênese: uma abordagem multidisciplinar acerca do papel da ideologia cristã nas origens do homem (econômico). **Economia** (Brasília), v. 14, p. 189-210, 2013.

MARCH, James Gardner; SIMON, Herbert Alexander. **Teoria das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 2. ed. 1970, 353 p.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007, 491 p.

MEIRELES, Manuel; SANCHES, Cida. **ST-ODA: Strategic Trade-Off Decision Analysis – Processo de tomada de decisões gerenciais multicritério subordinadas à vantagem competitiva**. São Paulo: FACCAMP, 2009, 154 p.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, Carlos Manuel Mesquita. **Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística**. Bragança: Escola Superior de Educação, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10198/7325>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. **Teoria geral da administração: uma introdução**. 8 ed. São Paulo, Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1973.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, 256 p.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração**. São Paulo: Brasiliense, 1996, 432 p.

NEVES, Delma Pessanha. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista Nera**, São Paulo, v. 7, p. 68-93, 2006.

_____. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, Bernardo Mançano MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 211-270, 2007.

NEVES, Nanete. **Lavoura dourada: a saga dos produtores de tabaco do Sul do Brasil**. São Paulo: Évora, 2010, 176 p.

NORTH, Douglass. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994. 38 p.

_____. Entendendo o processo de mudança econômica. Clássicos Liberais. **Revista Banco de Ideias**, n. 46. 2009, 18 p.

PAULILLO, Maria Ignez Silveira. A integração no sul de Santa Catarina: recorte do objeto. **Cadernos de Ciências Sociais** (Porto), Florianópolis, n. 49, p. 21-42, 1987.

PAYES, Manuel Antonio Munguia. **O empresário familiar rural: integração à agroindústria de fumo e diferenciação**. 1993. 255 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000069917>>. Acesso em: 04 Nov. 2013.

PEREIRA, José Carlos. Sobre o emprego do termo racional em economia e administração. **Revista de Administração de Empresas/EAESP/FGV**. São Paulo, v. 33, n. 3, p. 76-83. maio/jun.1993.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão**. São Paulo: Makron Books, 1997. p. 275.

PERONDI, Miguel Angelo et al. Prospecção de meios de vida alternativos ao cultivo do tabaco no Sudoeste do Paraná. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, p. 675-695, 2012.

PIMENTA, Carlos Gomes. Em busca da racionalidade perdida. **Africana Studia**, Porto, n.1, 1999. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS01_027.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2013.

PONDÉ, João Luiz Simas Pereira de Souza. Instituições e mudança institucional: uma abordagem Schumpeteriana. **Economia**, Campinas, v. 6, n.1, p. 119-160, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

PRIEB, Rita Inês Pauli. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, 195 p.

QUIVY, Raymond. **Manual de investigação em ciências sociais**. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2008, 282 p.

RAMALHO JÚNIOR, Alvaro. Liberalismo. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha Org. **Dicionário de políticas públicas**. Belo Horizonte: Universidade do Estado de Minas Gerais; Barbacena, p. 74-301, 2012.

RUDNICKI, Carlise Porto Schneider. **As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil**. 2012. 198 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54520/000856395.pdf?sequence=1>> Acesso em: 1 dez. 2013.

SAES, Maria Sylvia Macchione. Organizações e instituições. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava (Org.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, p. 165-186, 2000.

SANTOS, Selma Regina Simões. Nova Economia Institucional. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO CENTRALIDADE E FRONTEIRAS DAS EMPRESAS NO SÉCULO XXI, I, 2007, São Carlos. **Anais...** Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCsQFjAA&url=http%203A%202Fd.yimg.com%202Fkq%202Fgroups%202F16643321%202F270946459%202Fname%202FA%202Bnova%202Beconomia>>

2BInstitucional.pdf&ei=8dVvUreQBs2NkAeUjICQAg&usg=AFQjCNFurTfUgAr282WtUzlLMStzbIV1vQ&bvm=bv.55123115d.eW0>. Acesso em: 29 out. 2013.

SBICCA, Adriana; FERNANDES, André Luiz. A racionalidade em Simon e a firma evolucionária de Nelson e Winter: uma visão sistêmica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXIII, 2005, Natal. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A014.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

SCHERER, Catarina de Miranda. **Caracterização do ambiente institucional e sua mudança no Brasil entre 1889 e 1945**. 2007. 207 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12590/000631311.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 out. 2013.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), São Paulo, v. 18, n.51, p. 99-121, 2003.

_____. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 205 p.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (Org.). **Desenvolvimento Rural** - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, p. 1-24, 2006.

_____. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, Campinas, v. 4, p. 88-131, 2010.

_____. Desenvolvimento rural através da diversificação dos meios de vida rurais: visão geral a partir da experiência brasileira. In: INTERNATIONAL CONFERENCE - DYNAMICS OF RURAL TRANSFORMATION IN EMERGING ECONOMIES, April 14-16, 2010. New Delhi, Índia. **Anais...** Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/405/artigo_Sergio_Schneider.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2014.

_____; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, Fábio Gelape; FARIAS NETO, Austeclínio Lopes de (Org.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SEFFRIN, Guido. **O fumo no Brasil e no mundo**. Santa Cruz do Sul: AFUBRA. 1995, 186 p.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das letras, 1999, 143 p.

SILVA, Adilson Aderito da; BRITO, Eliane Pereira Zamith. Incerteza, racionalidade limitada e comportamento oportunista. **RAM. Revista de Administração Mackenzie** (Online), v. 14, p. 176-201, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n1/08.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. Rurais Agroind.**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, Leonardo Xavier da. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da Economia dos Custos de Transação**. 2002. 279 f. Tese (Doutorado em Economia), Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/629.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

_____; BORGES, Renata de Lacerda Antunes; ANDRADE, Marcelo Moraes de. Interpretações e análise das relações contratuais e da interdependência na cadeia agroindustrial do Tabaco sul-brasileiro. In: CONGRESSO DA SOBER, 51, 2013, Belém. **Anais...** Pará: 2013. v. 1. p. 1-20. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.3>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

_____, et al. **Descrição e análise do perfil socioeconômico das áreas e dos produtores de fumo em folha no Sul e no Nordeste do Brasil**: um estudo baseado nos resultados do censo agropecuário 2006. (Relatório de pesquisa). Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/resultpesq/2.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 31-42, 2009.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo-RS. 2007. 578 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina. 2007. Disponível em: <<http://btd.unisc.br/Teses/RogérioSilveira.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

_____. Ocupação e primeiros usos do território na região do Vale do Rio Pardo - RS: dos primeiros habitantes indígenas à apropriação militar dos campos de Rio Pardo. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 104 - 128, mai/ago. 2008. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/338/544>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

_____; CAMPOS, Helenza Ávila. Processos participativos em experiências recentes de planejamento regional: o caso do Vale do Rio Pardo (RS). **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 203–216, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/download/2687/1875>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

SIMON, Herbert Alexander. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965, 311 p.

_____. **A capacidade de decisão e de liderança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972, 79 p.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010. 423 p.

SOTO, William Héctor Gómez; VALENTIN, Rosa. Formação econômica da região do Vale do Rio Pardo. In: SOUZA, Nali de Jesus de (Coord.). **Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 13-41, 2002.

THIRY-CHERQUESA, H. R. **Saturação em pesquisa qualitativa**: estimativa empírica de dimensionamento. Butantã, 10 fev. 2009. Disponível em: <http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2013.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas** (Impresso), Rio de Janeiro, v. 8, p. 26-29, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. Núcleo De Pesquisa Social.

O perfil da composição familiar dos produtores de tabaco, dos municípios que fazem parte do projeto: Banco de Indicadores Sociais – Região de abrangência da Sede da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2011. Disponível em: <<http://www.unisc.br/portal/pt/a-unisc/areas/nucleos/73/nucleo-de-pesquisa-social-nupes-.html>>. Acesso: 26 jan. 2013.

VARGAS, Marco Antônio. Cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil: uma análise comparativa em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). **Tabaco, sociedade e território**: relações e contradições no Sul do Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.1, p. 123-156, 2013.

_____; OLIVEIRA, Bruno Ferreira de. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), Brasília, v. 50, p. 157-174, 2012.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, 1849-1993**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997, 283 p.

VOSS, Rita de Cássia Ribeiro. Cognição e valores: dois aspectos da educação. **Ciências & Cognição** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 14, p. 255-264, 2009. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v14_1/m318328.pdf>. Acesso em 3 out. de 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, p. 23-56, 1999.

_____. Os estudos rurais no Brasil: as ciências sociais e as questões da sociedade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu. **Anais...** São Paulo: Anpocs, 2009. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=213&Itemid=412>. Acesso em: 21 dez. 2013.

WEBER, Max. **Economy and society: an outline of interpretive sociology.** Berkeley: University of California, 1978.

WILLIAMSON, Oliver. **Las instituciones económicas del capitalismo.** México: Fondo de Cultura Economica, 1985, 434 p.

WORLD BANK. **Curbing the Epidemic: Governments and the Economics of Tobacco Control.** Washington, DC. 1999. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/08/02/000094946_99092312090116/Rendered/PDF/multi_page.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

ZOTTI, Cleimary Fatima. Meios de vida alternativos a cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto – PR. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36381/000817095.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 out. 2013.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Economia das organizações. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava (Org.). Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, p. 23-37, 2000.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL – PGDR
PESQUISADOR: MARCELO MORAES DE ANDRADE – MESTRANDO PGDR/UFRGS/2012

FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS DE CAMPO

Identificação

Nome:		Idade:		Data:	
Cidade:		Localidade:		Distrito:	
Origem da família:			Escolaridade:		
Demais membros da família		Idade	Ocupação	Escolaridade	
Culturas comerciais					
Cultura		Área plantada	Produtividade	Comprador	
Culturas para o consumo familiar:					
Usos da terra					
Área cultivada:			Área total:		
Área própria:			Área arrendada:		
Área com floresta:			Área de Preservação Permanente:		
Possui bloco de produtor rural? () Sim () Não - Proprietário da terra? () Sim () Não					

Questões introdutórias.

1- Fale um pouco de sua rotina de trabalho.

.....
.....
.....

2- Quando o Sr.(a) pensa no seu trabalho, o que lhe vem à mente?

() Satisfação () Segurança () Insegurança () Decepção () Orgulho

() Outro:

3- Está satisfeito por ser agricultor? Por quê?

() Sim () Não () Sente-se realizado () Sente-se frustrado () Outro:

.....
.....

4- O que mais valoriza, gosta ou acha importante em sua atividade agrícola?

() Reconhecimento da sociedade () Boa remuneração () Condições de trabalho

() Independência de decisões () Tranquilidade do campo () Outro:

5- Como o Sr.(a) entende a produção do tabaco, já que é uma cultura que não serve como alimento?

.....

6- Na sua opinião, qual a maior dificuldade na produção de tabaco?

- () Altos preços dos insumos () Baixos preços pagos pelo produto () Poucos compradores
 () As fumageiras () Pouca organização dos agricultores () Os bancos () Intempéries
 () Custeio da safra () Muitos agrotóxicos () Mão-de-obra () Outro:

7- Quem o Sr.(a) julga ser responsável por esses problemas? A quem caberia resolver?

- () O governo () As fumageiras () Os representantes dos agricultores () Os agricultores
 () Outro:

8- Sente vontade de trocar de atividade profissional ou plantar outra cultura? Para qual? () Sim () Não

.....

9- Quem o Sr.(a) acha que poderia lhe ajudar nesta mudança?

- () O governo () A família () A igreja () Os bancos () Outro:

10- O que o Sr.(a) pensa sobre a AFUBRA? Acha que o órgão esta atendendo aos interesses dos agricultores?

.....

11- Há quanto tempo pratica a atividade agrícola responsável pela renda da família?

.....

12- Que informações o Sr.(a) acredita serem mais importantes sobre a principal atividade produtiva que exerce? Quais informações gostaria de ter mais acesso?

- () Criação de novas variedades () Variação de preços () Custo dos insumos
 () Novas tecnologias () Outro:

13- Quais suas principais fontes de informações?

- () Lê revistas semanais ou mensais () Lê revistas especializadas () Conversa com vizinhos
 () Escuta Rádio () Assiste televisão () Orientador da empresa integradora
 () Internet () Palestras () Técnicos da cooperativa () Outros:

14- Participa de reuniões?

- () Não () Sim () Sindicatos () Igreja () Cooperativas
 () Prefeitura () Escolas () Outros:

15- O Sr.(a) conhece alguma política pública de auxílio aos produtores de tabaco, ou alguma que auxilie no processo de transição da produção de tabaco? Quais?

.....

16- Já ouviu falar da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco? Qual sua opinião sobre ela?

- () Sim () Não

.....

 17- Houve algum caso de doença na família provocada pelo cultivo do tabaco? Quais e quantas?

() Sim () Não

Perguntas que respondem ao 2º objetivo específico.

18- Por quanto tempo cultivou tabaco?

.....

19- Porque decidiu substituir/diversificar sua produção? A quanto tempo tomou essa decisão?

() Penosidade do trabalho () Idade avançada () Problemas de intoxicação
 () Endividamento () Insatisfação pessoal () Altos custos dos insumos
 () Baixos preços pagos pelo produto () Doença na família () Falta de mão-de-obra
 () Outros:

20- Fale sobre como está ocorrendo a substituição/diversificação da produção?

.....

21- O que significa para a família essa substituição/diversificação?

() Alívio () Frustração () Autonomia () Melhores condições de trabalho
 () Maior remuneração () Gratificação () Outro:

22- Sua decisão foi incentivada por alguém? Quem? () Sim () Não

() Família () Cooperativa () Amigos () Emater () Sindicato Rural () ONG's
 () Outros:

23- Quem lhe auxilia neste processo de substituição/diversificação?

() Cooperativa () Sindicato Rural () Emater () ONG's () Prefeitura
 () Outros:

24- De que forma é esse auxílio?

() Assistência técnica () Recurso financeiro () Recursos materiais () Palestras
 () Outros:

25- Quais são suas maiores dificuldades em substituir/diversificar a produção?

() Acesso ao crédito () Acesso à informações () Penosidade do trabalho
 () Endividamento () Falta de tecnologia () Falta de mão-de-obra () Outros:

26- Há a possibilidade de voltar a cultivar tabaco? Por quê? () Sim () Não

.....

27- Cite algum momento marcante na sua vida como agricultor.

() Realização de melhorias nas estruturas da propriedade () Compra da terra () Quitação da terra
 () Compra de máquinas ou equipamentos () Introdução de nova variedade
 () Implementação de nova tecnologia () Outro:

28- O que o seu trabalho representa na vida da sua família e para a comunidade?

() Respeito () Prestígio social () Exercer atividade importante e criativa
 () Satisfação pessoal () Outro:

- 29- Qual é hoje o principal objetivo (fim) do seu trabalho? Recebe o que merece?
 Sustentar a família Pagamento de dívidas Realização pessoal em fazer o trabalho
 Um desafio Outro:
- 30- Quais são seus principais anseios em relação a sua atividade?
 Medo que seja proibida Insegurança devido à variação nos preços pagos pelo produto
 Insegurança devido às questões institucionais
 Outro:
- 31- O que o Sr.(a) pensa sobre o futuro da cultura do tabaco?
 Têm poucas perspectivas devido às campanhas de erradicação
 Irá se manter mesmo com as campanhas contra a produção
 É importante, mas é necessário desenvolver formas alternativas de produção
 Outro:
- 32- Quais os pontos positivos na atividade que exerce?
 Possibilidade de trabalhar ao ar livre com a família Assistência técnica especializada
 Acesso ao crédito Garantia de compra do produto final Ser proprietário da terra
 Realizar um desafio Outro:
- 33- Quais os pontos negativos em sua atividade produtiva?
 Baixos preços pagos pelo produto Exposição a agrotóxicos Sente-se isolado
 Muitas horas de trabalho penoso Dificuldade de acesso a crédito
 Outros:
- 34- Possui outras rendas além da agricultura? Sim Não
 Aposentadoria Prestação de serviço eventualmente Aluguel de imóvel
 Arrendamento Outros:
- 35- Para qual empresa vende seu produto? Há quanto tempo trabalha com ela? Por que escolheu essa empresa?

- 36- Como é e em que nível colocaria sua relação com a empresa que o Sr.(a) vende seu produto?
 Boa Ruim
 1 - () 2 - () 3 - () 4 - () 5 - ()
- 37- Ao relacionar sua atividade profissional com a de vizinhos e amigos que não produzem tabaco, considera ela:
 Mais fácil Mais difícil Mais gratificante Menos gratificante
 Outro:
- 38- Comparando sua atividade produtiva com a de vizinhos ou amigos que não produzem tabaco, considera ela mais ou menos lucrativa? Por quê? Menos Mais

- 39- O que significa para o Sr.(a) o sistema de produção integrado?
 Forma de viabilização da produção Forma de inserção no mercado Menor autonomia
 Outros:
- 40- Quais os principais pontos positivos no contrato de integração?

() Venda garantida do produto () Não há vantagem () Financiamento da produção
 () Acha bom tudo () Os seguros () Não lê o contrato () Outro:

41- Quais os principais pontos negativos no contrato de integração?

() Não lê () Obrigação em vender o produto () Nada negativo () Juros altos
 () Altos preços de insumos () Não cumprem o contrato () Outro:

42- Por que sua família decidiu ingressar no sistema de produção integrado?

() Facilidade de acesso aos meios de produção () Assistência técnica especializada
 () Não tem outra alternativa () Garantia de compra de toda a produção
 () Outra:

43- Sua família já manteve relações comerciais com “atravessadores”? Por quê?

() Sim () Não

.....

44- Qual tem sido o nível de apoio de sua família para continuar cultivando tabaco? Por quê?

1 – () 2 – () 3 – () 4 – () 5 – ()

.....

45- Quando o Sr.(a) tem um problema com sua atividade produtiva, procura quem?

() A empresa integradora () A cooperativa () Emater () Sindicato Rural
 () Prefeitura () Outro:

46- É atendido prontamente? () Sim () Não

() Algumas vezes () Sempre que solicitado

47- Ao receber as informações, as segue conforme indicação fornecida? Por quê?

() Sim () Não

.....

48- O que o Sr.(a) entende por qualidade de vida?

.....

49- Para o Sr.(a) o que é mais importante para se ter qualidade de vida?

() Boa remuneração () Residência confortável () Ter saúde física e mental
 () Ter bom relacionamento com a família, amigos e vizinhos
 () Outros:

50- Em sua opinião, qual o nível de qualidade de vida de sua família? Por quê?

1 – () 2 – () 3 – () 4 – () 5 – ()

.....

51- Se tivessem outra atividade produtiva que não fosse produzir tabaco, teriam mais qualidade de vida? Por quê?

.....

52- Em sua opinião, o que seria mais importante para sua família almejar para o futuro?

- () Continuar plantando tabaco, mas com mudanças para melhor
 () Não plantar mais tabaco e iniciar outra atividade no campo
 () Continuar plantando tabaco, mas tentar diversificar a produção para aumentar a renda
 () Deixar de plantar tabaco e ir embora para a cidade
 () Continuar plantando fumo da forma atual
 () Mais estudo para os filhos
 () Outros:

53- Dedicar-se a essa atividade em função de análise custo/benefício ou por outro motivo? Qual?

- () Sim () Não

.....

54- O Sr.(a) compara os preços dos insumos anualmente? Por quê? () Sim () Não

.....

55- O Sr.(a) compara os preços pagos pelo seu produto anualmente? Por quê? () Sim () Não

.....

56- Possui algum sistema para controlar e comparar esses dados? () Sim () Não

57- O Sr.(a) se sente dependente das indústrias processadoras de tabaco? Em que nível? Por quê?

- () Sim () Não
 1 - () 2 - () 3 - () 4 - () 5 - ()

.....

58- Houve alguma ação em nível municipal ou local que auxiliou sua família a abandonar a produção de tabaco? () Sim () Não () Não sabe responder

- () Disponibilidade de recurso financeiro () Doação de sementes () Assistência técnica
 () Outros:

59- Quem toma as decisões referentes à produção agrícola geradora de renda familiar?

- () O conjunto familiar () Somente o Sr.(a) () Orientador da empresa integradora
 () Seus filhos () Outros:

.....

60- Quando vê um maço de cigarros, reconhece seu trabalho no produto? Por quê?

- () Sim () Não

.....

61- Tem alguma dívida atualmente? Qual? () Sim () Não

.....
